

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - MESTRADO

SAMIRA MAFIOLETTI MACARINI

**AUTONOMIA E INTERDEPENDÊNCIA: SISTEMA DE CRENÇAS PARENTAIS
DE MÃES RESIDENTES EM PEQUENAS CIDADES E CAPITAIS DO BRASIL**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Mauro Luis Vieira

FLORIANÓPOLIS

2009

SAMIRA MAFIOLETTI MACARINI

**AUTONOMIA E INTERDEPENDÊNCIA: SISTEMA DE CRENÇAS PARENTAIS
DE MÃES RESIDENTES EM PEQUENAS CIDADES E CAPITALS DO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção de grau de Mestre em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Luis Vieira.

FLORIANÓPOLIS

2009

Samira Mafioletti Macarini

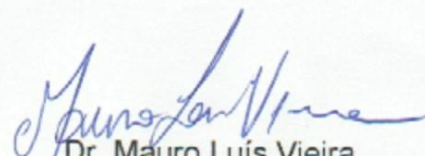
Autonomia e Interdependência: sistema de crenças parentais de mães residentes em pequenas cidades e capitais do Brasil

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

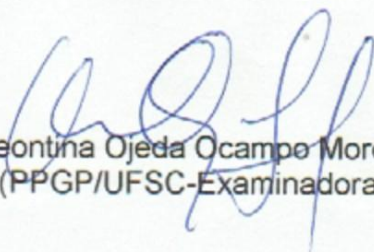
Florianópolis, 30 de novembro de 2009.



Dra. Kátia Maheirie
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



Dr. Mauro Luís Vieira
(PPGP/UFSC-Orientador)



Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(PPGP/UFSC-Examinadora)



Dra. Maria Lucia Seidl-de-Moura
(UERJ-Examinadora)

Dra. Daniela Ribeiro Schneider
(PPGP/UFSC-Suplente)

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Nelson e Marlene, que com sabedoria e
exemplo me ensinaram a viver.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, Nelson e Marlene, que são meus maiores exemplos de vida, por sempre me incentivarem a trilhar caminhos desafiadores e me darem todo o apoio necessário para isso. Suas crenças e práticas parentais me ensinaram a voar.

Aos meus irmãos, Maiara e Renato, meus parceiros de investimento parental, por, apesar de longe fisicamente, também me apoiarem nas minhas lutas e conquistas.

Ao Tiago, meu fiel companheiro, pela parceria e por me escutar nos momentos de angústia. Obrigada pelo apoio, amor, carinho e por acreditar em mim.

Ao meu avô Luiz e à minha avó Armely, ele por seu exemplo de sabedoria e ela por suas rezas e promessas. Agradeço também a toda a família extensa pelo apoio devotado.

Ao Prof. Mauro, que acreditou em mim e foi como um pai desde a metade da faculdade. Obrigada pelo investimento e por me ensinar a trilhar os caminhos da curiosidade e da busca pelo saber. Obrigada também pelo incentivo e apoio em todas as minhas decisões.

À amiga e parceira Gabriela Martins. Agradeço primeiramente por ter me indicado pra ser parte do NEPEDI (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento Infantil). Com você também aprendi o fazer científico e juntas trilhamos boa parte de nossa formação. Obrigada por todos os momentos que vivenciamos juntas, enquanto amigas, alunas de faculdade, de iniciação científica, de Mestrado... E parafraseando você mesma: “fica a torcida para que nossos caminhos se cruzem novamente”.

Às colegas do NEPEDI e da faculdade, pelos momentos compartilhados, discussões, trocas, auxílios. Em especial à Sandra, minha companheira na Missão de Estudos em Natal.

A todos os integrantes do Instituto do Milênio (Psicologia Evolucionista). Primeiramente aos professores, pelas ricas oportunidades que me proporcionaram: participar ativamente do projeto de pesquisa e ainda desfrutar das missões de estudos realizadas

(Salvador e Natal). Agradeço também aos alunos dos outros estados que participaram comigo dessas missões de estudo, pelas positivas e intensas discussões teóricas e trocas de idéias.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, por me inserirem no mundo da Psicologia e do fazer científico.

Às mães que participaram da pesquisa, por dedicarem um pouco do seu tempo e de sua rotina com suas crianças para o estudo.

Aos membros da banca examinadora, por terem aceitado o convite e pelas contribuições no trabalho.

Aos colegas de curso e de trabalho na Força Aérea Brasileira, que nesse último estágio do Mestrado, têm sido meus principais apoiadores.

Finalmente agradeço a todos, que de uma forma ou de outra, contribuíram para que esse trabalho pudesse se concretizar.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE TABELAS	xi
1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	6
2.1 Objetivo Geral.....	6
2.2 Objetivos Específicos	6
3. REVISÃO DA LITERATURA	7
3.1 A Perspectiva Evolucionista	7
3.2 Sistema de Crenças Parentais	19
3.2.1 <i>Modelo de Harkness e Super: O Nicho de Desenvolvimento</i>	22
3.2.2 <i>Modelo de Componentes da Parentalidade: a contribuição de Heidi Keller</i>	27
3.3 Modelos culturais prototípicos.....	33
3.4 Sistemas de crenças parentais: Estudos nacionais e internacionais	39
4. HIPÓTESES	54
5. MÉTODO	56
5.1 Caracterização da Pesquisa	57
5.2 Participantes.....	57
5.3 Contextos	58
5.4 Instrumentos.....	59
5.5 Procedimento de coleta de dados	61
5.6 Análise dos dados	62
6. RESULTADOS	64
6.1 Caracterização Sociodemográfica da Amostra	64
6.2 Crenças sobre práticas de cuidado, Metas de socialização e Alocentrismo familiar: semelhanças e diferenças entre contextos	68
6.3 Relações entre as dimensões de Crenças sobre Práticas, Metas de Socialização e Alocentrismo Familiar com as características sociodemográficas dos contextos estudados.....	73
7. DISCUSSÃO	77
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
9. REFERÊNCIAS	92
10. ANEXOS	102

MACARINI, S. M. **Autonomia e interdependência: sistema de crenças parentais de mães residentes em pequenas cidades e capitais do Brasil**. Florianópolis, 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Mauro Luis Vieira

Data da defesa: 30/11/2009

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar dimensões de autonomia e interdependência no sistema de crenças maternas no Brasil. Participaram do estudo 606 mães, maiores de 18 anos, com pelo menos um filho de até seis anos de idade, distribuídas em dois tipos de contexto (capitais e pequenas cidades) em seis estados brasileiros. As mesmas foram entrevistadas, individualmente, através de escalas de Alocentrismo Familiar, Crenças sobre Práticas de Cuidado e Metas de Socialização. Foram realizadas análises de comparação de média (*teste t*) para grupos independentes e pareados, correlações de Pearson e análise de regressão. Os resultados indicaram que embora as mães dos dois contextos valorizem a autonomia, as mães residentes nas cidades pequenas atribuíram ainda maior importância a dimensão de interdependência; enquanto que mães das capitais valorizaram igualmente as duas dimensões tanto nas crenças sobre práticas quanto em suas metas de socialização. Mães das cidades pequenas ainda apresentaram maior grau de alocentrismo familiar. Nesse sentido, comprovou-se que o contexto de residência pode ser considerado uma variável relevante na modulação das crenças maternas. Além disso, a análise de regressão indicou uma correlação positiva entre os anos de escolaridade da mãe e a importância atribuída à autonomia. Por outro lado, a interdependência mostrou-se relacionada com menor escolaridade da mãe, menor idade da criança, menor renda e menor número de cômodos na residência. Os resultados são discutidos em termos de sua contribuição para o entendimento da complexa relação entre dimensões de autonomia e interdependência nas crenças maternas, apontado para a coexistência de ambas tanto a nível cultural quanto individual.

Palavras-chave: Autonomia; Interdependência; Crenças sobre práticas de criação infantil; Metas de socialização; Alocentrismo familiar.

MACARINI, S. M. **Autonomy and interdependence: mother's beliefs system in Brazilian capitals and small cities.** Florianópolis, 2009. 121 f. Dissertation (Master in Psychology) – Psychology Graduate Program, Federal University of Santa Catarina.

ABSTRACT

This study aimed to investigate characteristics of Brazilian mothers' beliefs system, in the dimensions of autonomy and interdependency. A group of 600 women, older than 18 years, with at least one child less than six years old, from six Brazilian States, distributed in two types of contexts (capitals and small cities) participated of the study. They were individually interviewed with Scales of Allocentrism, Beliefs about Parental Practices and Socialization Goals. Paired and Independent samples *t* tests, Pearson Correlations and Regression analysis were performed. The results indicate that although mothers from both contexts value autonomy, mothers inhabiting small towns considered the relational dimension as more important; whereas mothers inhabiting the capitals valued equally both dimensions either in their beliefs about practices and on their socialization goals for their children. Mothers from small towns have a higher mean score of allocentrism than mothers residing in capital. Thus place of residence proved to be a relevant variable in the modulation of maternal beliefs. Also, the regression analysis showed a positive correlation between years of schooling of mother and the importance attributed to autonomy. On the other hand, the interdependence was related with less years of schooling of mother, younger children, lower income and less number of rooms in the residence. The results of the study are discussed in terms of their contribution to the understanding of the complex relationship between dimensions of autonomy and interdependence in mothers' beliefs system, indicating for the co-existence of both dimensions in a cultural and individual approach.

Keywords: Autonomy; Interdependence; Childrearing beliefs about practices; Socialization goals; Family Allocentrism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nicho de Desenvolvimento (Adaptado de Super & Harkness, 1997, p.26)	24
Figura 2: Modelo Teórico das Etnoteorias Parentais, Práticas e Conseqüências Desenvolvimentais (Adaptado de Harkness & cols., 2007, p. 10).....	26
Figura 3: Esquema teórico proposto por Keller (2009) sobre modelos culturais prototípicos, estratégias parentais e desenvolvimento infantil.....	33
Figura 4: Sistematização das principais diferenças e semelhanças entre capitais e cidades pequenas	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cidades estudadas em cada Estado, população total e distribuição percentual por situação do domicílio (urbana ou rural).	59
Tabela 2: Resumo das principais características sociodemográficas das participantes.....	65
Tabela 3: Teste qui-quadrado de associação entre o contexto (capital ou cidades pequenas) e o nível de escolaridade das mães.	67
Tabela 4: Teste qui-quadrado de associação entre o contexto (capital ou cidades pequenas) e a faixa de renda familiar mensal das mães	68
Tabela 5: Comparação das dimensões de interdependência e autonomia nas crenças sobre práticas, metas de socialização e do aloctrismo familiar dentre e entre os grupos de mães.....	70
Tabela 6: Médias, desvios-padrões e comparações entre os contextos nos itens da escala de Crenças sobre Práticas	72
Tabela 7: Médias, desvios-padrões e comparações entre os contextos nos itens da escala de Metas de Socialização.....	73
Tabela 8: Matriz de Correlação entre variáveis sociodemográficas e as dimensões de crenças sobre práticas, metas de socialização e aloctrismo familiar.....	75
Tabela 9: Modelos de regressão múltipla (<i>stepwise</i>) prevendo efeitos de variáveis sociodemográficas sobre as dimensões de crenças sobre práticas de cuidado e metas de socialização	76

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia do Desenvolvimento tem como objetivo estudar o ser humano em suas diversas etapas do ciclo de vida, dentre elas, a constituição de uma família e o nascimento e cuidado dos filhos. O envolvimento familiar chama a atenção de pesquisadores, pelo fato de ser o principal “nicho ecológico” para a criança e em virtude do modo pelo qual parece exercer influência expressiva no seu desenvolvimento. Nos primeiros anos de vida, a criança, em função de sua dependência e imaturidade, necessita de cuidados e da presença de adultos para garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, o papel dos pais nesse período torna-se fundamental.

Para compreender o desenvolvimento infantil, portanto, é necessário considerar o ambiente familiar em que a criança vive, incluindo as práticas de cuidado a que é submetida, bem como o sistema de crenças que seus cuidadores possuem sobre a forma de criação de filhos. Este sistema de crenças traduz em parte o ambiente em que a criança vive (Goodnow, 1996) e pode ser considerado como uma “força motivacional para ação dos pais (Keller, Demuth & Yovsi, 2008). Ainda, segundo Keller, Demuth e cols. (2008), as crenças modificam-se mais lentamente do que as práticas, sendo seu estudo necessário para que o comportamento parental, e conseqüentemente o desenvolvimento da criança, possa ser mais bem compreendido.

Em termos conceituais, o *sistema de crenças parentais*, também denominado de *etnoteorias parentais*, é caracterizado como o conjunto organizado de idéias implícitas na atividade cotidiana, julgamentos, escolhas e decisões dos cuidadores, agindo como modelos para suas práticas parentais. As crenças estão intimamente relacionadas com o ambiente físico e social em que a criança vive, bem como com os costumes e práticas de cuidado

compartilhadas e estabelecidas cultural e historicamente, constituindo o *Nicho de Desenvolvimento* em que a criança se desenvolve (Harkness & Super, 1996).

Ao mesmo tempo, tais formas de pensar ocorrem em um determinado contexto cultural, em locais e momentos históricos específicos, os quais devem ser considerados. Nesse sentido, o sistema de crenças é também parte de Modelos Culturais mais amplos. Dois modelos culturais têm sido identificados e estudados em função de seus impactos nos processos de socialização e desenvolvimento da criança, considerados modelos culturais prototípicos: o independente/autônomo e o interdependente/relacional (Keller, 2007).

O primeiro deles, o modelo de independência e autonomia, enfatiza a construção do *self* como único e distinto, sendo priorizadas metas pessoais, necessidades e direitos do indivíduo, bem como qualidades como autocontrole e competitividade (Keller, Borke, Yovsi, Lohaus & Jensen, 2005; Keller, Yvosi, Borke, Jensen & Papaligoura, 2004). Nele predominam as dimensões de autonomia e separação, característicos de sociedades urbanas pós-industriais com alto nível de escolaridade (Kagitçibasi, 1996; 2005; 2007).

Já no modelo interdependente, o *self* é concebido como fundamentalmente conectado aos demais membros do grupo em que está inserido, geralmente a família, sendo priorizadas metas grupais e a focalização de papéis sociais, deveres e obrigações. O indivíduo é definido como parte deste sistema social, respeitando hierarquias e visando a harmonia nas relações sociais do grupo (Keller, Yovsi & cols., 2004; Keller, Borke & cols., 2005). Nesse modelo predominam as dimensões de heteronomia e relação, características de ambientes rurais baseados em economia de subsistência (Kagitçibasi, 1996; 2005; 2007).

Kagitçibasi (1996; 2005; 2007) acrescentou uma importante contribuição para a discussão desses modelos, propondo uma terceira possibilidade que inclui tanto a autonomia quanto a interdependência, denominando-a de modelo autônomo-relacional. Neste, o *self* é definido como autônomo quanto à sua ação e interdependente com relação à sua proximidade

relacional. Este modelo tem sido identificado em famílias de classe média, com alto nível educacional, em contextos urbanos de sociedades tradicionalmente interdependentes.

A partir dessa perspectiva, estudos vêm sendo realizados a fim de responder a diferentes questões relacionadas ao sistema de crenças parentais, como: 1) Quais são as crenças sobre práticas parentais que os pais de diferentes grupos culturais possuem? 2) Qual a origem das crenças parentais? 3) Qual a relação entre as crenças e as práticas parentais? e 4) Qual a relação entre as crenças e o desenvolvimento infantil?

A fim de compreender algumas dessas questões um grupo de pesquisadores brasileiros sistematizou um amplo projeto de pesquisa visando contribuir para a construção de um modelo interacionista de parentalidade. Intitulado: “*Investimento e cuidado parentais: aspectos biológicos, ecológicos e culturais*”¹, o estudo contou com a participação de diversos pesquisadores, de seis universidades do Brasil: UERJ (Rio de Janeiro), USP (São Paulo), UFSC (Santa Catarina), UFPA (Pará), UFBA (Bahia) e UFES (Espírito Santo). O mesmo teve como objetivo caracterizar semelhanças e diferenças entre os valores, as crenças e as práticas de criação de filhos em mães residentes nas cidades da capital e interior (cidades pequenas) dos Estados em que a pesquisa foi realizada, incluindo assim participantes residentes em contextos que possuem diferentes graus de urbanização.

A presente dissertação, por sua vez, é parte deste projeto e tem como foco a investigação do sistema de crenças parentais das mães participantes nesta pesquisa nacional. Trata-se de um recorte realizado, uma vez que o estudo, em sua totalidade, investigou diversos outros aspectos relacionados ao investimento parental como a história familiar e reprodutiva das mães, estilos de apego e percepção de apoio social. Mais especificamente, neste estudo serão investigadas as crenças sobre práticas de cuidado durante o primeiro ano

¹ Este projeto é parte da proposta contemplada pelo Edital “Institutos do Milênio” do CNPq em 2005, denominada de “*O moderno e o ancestral: a contribuição da Psicologia Evolucionista para a compreensão dos padrões reprodutivos e de investimento parental humano*”.

dos filhos, bem como as metas de socialização que as mães estabelecem para o desenvolvimento de seus filhos até os três anos de idade; as quais serão estudadas através das dimensões de autonomia e interdependência. Além disso, também será avaliado o grau de conexão das mães com sua família de origem, medida que auxiliará na caracterização dos modelos culturais de *self* das participantes e, conseqüentemente, na compreensão de seu sistema de crenças.

Dadas as dimensões territoriais do país e sua variabilidade cultural, estudos que contribuam para a construção de um modelo integrativo dos sistemas de crenças parentais para o Brasil podem trazer complementações à literatura existente. Os estudos já realizados no país, que incluíram participantes residentes em diferentes regiões brasileiras, contemplando de certa forma a diversidade existente, tiveram como foco as mães residentes apenas em ambientes urbanos de capitais (Seidl de Moura & cols., 2008; Vieira & cols., no prelo). Por outro lado, alguns estudos foram desenvolvidos focando somente mães e cuidadores habitantes em comunidades rurais (Kobarg & Vieira, 2008; Ruela, 2006; Ruela & Seidl de Moura, 2007).

Diante dessa realidade, considera-se necessário incluir também participantes residentes em contextos que possuem diferentes graus de urbanização, distribuídos ao longo do país, a fim de contemplar diferentes modulações de autonomia e interdependência nas crenças maternas. Nesse sentido, a relevância científica do presente estudo encontra-se no caráter inovador de mapear os sistemas de crenças parentais em diferentes regiões e contextos do Brasil.

Ainda, partindo da premissa de que o desenvolvimento infantil é resultado do processo de interação entre aspectos biológicos do indivíduo e características específicas do ambiente ecológico e cultural em que o mesmo se insere, sua relevância social justifica-se na medida em que os resultados encontrados poderão auxiliar na compreensão dos aspectos do nicho de

desenvolvimento de crianças em diferentes contextos brasileiros. Estes dados poderão orientar profissionais que atuam na área da saúde e educação, bem como os próprios pais, sobre as diferentes formas de criação e educação dos filhos. Além disso, poderão fornecer dados para subsidiar políticas públicas e fundamentar propostas de intervenção que enfoquem as relações pais-filhos no período da infância.

Diante do exposto, verifica-se a possibilidade de caracterizar modos de cuidado diversos em função de modelos culturais predominantes. Tal caracterização pode ser realizada com base na investigação de diferentes aspectos dos sistemas de crenças parentais, assim como a partir de uma melhor compreensão de como se dá a vinculação das mães estudadas com sua família de origem. Dessa forma, lança-se a seguinte pergunta de pesquisa:

Quais são os sistemas de crenças parentais, em termos de autonomia e interdependência, nas crenças sobre práticas de cuidado e metas de socialização de mães residentes em cidades pequenas de interior e capitais do Brasil?

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Investigar os sistemas de crenças parentais, em termos de autonomia e interdependência nas crenças sobre práticas de cuidado e metas de socialização, bem como o alocentrismo familiar, entre mães residentes em cidades pequenas de interior e capitais de seis estados brasileiros.

2.2 Objetivos Específicos

- Descrever as crenças sobre práticas de cuidado, as metas de socialização e o grau de alocentrismo familiar das mães residentes em cidades pequenas de interior e capitais do Brasil;
- Comparar as dimensões de autonomia e interdependência nas crenças sobre práticas de cuidado e nas metas de socialização de mães residentes em cidades pequenas de interior e capitais do Brasil;
- Comparar o grau de ligação com a família de origem (alocentrismo familiar) de mães residentes em cidades pequenas de interior e capitais do Brasil;
- Relacionar as dimensões de crenças sobre práticas de cuidado, metas de socialização e alocentrismo familiar com as variáveis sociodemográficas características de cada contexto.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A Perspectiva Evolucionista

A perspectiva evolucionista refere-se à aplicação dos princípios da evolução das espécies para explicar as estruturas físicas e os processos comportamentais predominantes na natureza. Darwin lançou sua teoria no livro “A origem das espécies”, publicado em 1859, considerando o ser humano, assim como outros organismos vivos, o resultado de um processo evolutivo, denominado seleção natural.

Um primeiro pressuposto para que a seleção natural possa ocorrer, é a existência de variabilidade entre os membros de uma espécie, resultante da combinação entre os genes recebidos dos pais e das diferenças ambientais vivenciadas. Quando algumas dessas variações influenciam a capacidade de sobrevivência e reprodução dos organismos, o processo de seleção está atuando. Aqueles indivíduos que possuem as características anatômicas, fisiológicas e comportamentais que melhor lhes possibilitam resolver os problemas impostos pelo ambiente terão maiores chances de sobreviver e se reproduzir. Essas características são transmitidas aos seus dependentes e, ao longo de gerações, as mesmas podem se estabelecer na população e tornarem-se adaptações, ou seja, estruturas que possibilitam a resolução de problemas evolutivos específicos (Mayr, 2005; Souza, Ferreira, Cosentino, & Varella, 2007).

Ainda, outros dois pressupostos necessários para a compreensão dos processos de seleção natural consistem na noção de hereditariedade e de reprodução diferencial, uma vez que as adaptações são características herdáveis e os indivíduos melhor adaptados ao ambiente em que vivem poderão se reproduzir e deixar mais descendentes com características bem adaptadas a este ambiente (Mayr, 2005; Souza & cols., 2007).

O processo evolutivo, no entanto, não origina somente adaptações, mas também subprodutos e ruídos. Assim, é incorreta a idéia de que todas as características humanas hoje são o resultado de processo evolutivo e podem ser explicadas filogeneticamente. Os subprodutos são características que não solucionam problemas adaptativos, nem possuem um design funcional, mas foram herdados junto com características adaptativas. Os ruídos, por sua vez, são considerados efeitos aleatórios, originados de mutações e efeitos ambientais adversos no desenvolvimento. O umbigo, por exemplo, não possui uma função na espécie e é considerado um subproduto que foi selecionado junto com o cordão umbilical, sendo que a forma individual de cada umbigo é explicada como um ruído (Souza & cols., 2007).

Outro conceito que deve ser levado em conta para a compreensão dos mecanismos de seleção é o ambiente de adaptação evolucionário (AAE), bastante diferente do mundo moderno atual. Os ancestrais humanos passaram aproximadamente 99% da história evolucionária vivendo em sociedades nômades caçador-coletores, em grupos pequenos de 30 a 60 indivíduos. Durante 10 milhões de anos, geração após geração, a seleção natural lentamente esculpiu o cérebro humano, favorecendo circuitos que melhor resolviam os problemas do dia-a-dia dos ancestrais naquele ambiente, como encontrar um parceiro, caçar animais, coletar plantas para alimentação, negociar com os outros, defenderem-se contra agressões, escolher um bom habitat, etc (Cosmides & Tooby, 1997).

A partir desta perspectiva, os mecanismos cognitivos existentes hoje seriam aqueles adaptados para esse ambiente evolucionário ancestral, muito diferente do mundo atual caracterizado pelo período pós-revolução agrícola em constante transformação. A diferença entre esses dois ambientes, o ancestral e o moderno, resultaria hoje em possíveis comportamentos conhecidos como mal-adaptativos, que deixaram de ser vantajosos para a sobrevivência e reprodução no ambiente atual. Souza e cols. (2007) explicam este fenômeno em função das mudanças bruscas e rápidas existentes no ambiente pós-revolução agrícola, as

quais não permitem um novo processo de seleção de mecanismos de reação às novas condições, uma vez que o estabelecimento de uma adaptação exige um período de tempo prolongado (centenas ou milhares de gerações) em um ambiente com condições relativamente estáveis.

Um exemplo bastante típico de um comportamento mal adaptativo é o consumo exagerado de alimentos ricos em gorduras e açúcares, o qual associado com o modo de vida sedentário é uma característica marcante de quadros de obesidade e outras doenças como cardiopatia, diabetes, etc. Por outro lado, no AAE, o consumo deste tipo de alimento possivelmente era um aspecto vantajoso, uma vez que não havia reservas de comida e a disponibilidade de novos recursos era incerta. Assim, em um meio que demandava um grande gasto energético, a preferência por tais recursos alimentares pode ter sido selecionada.

No entanto, a mudança constante do ambiente pode não levar a tantos comportamentos mal-adaptativos. Uma explicação levantada é que os problemas enfrentados são os mesmos, ou seja, o homem continua a se alimentar, selecionar parceiros e tem a necessidade de se localizar espacialmente, para citar alguns exemplos. Ainda, em geral, as mudanças foram somente quantitativas, tais como a busca de alimento, através da coleta direta ou de uma ida ao supermercado. A flexibilização dos mecanismos mentais, portanto, poderiam se ajustar a tais mudanças, gerando estratégias alternativas e eficientes (Souza & cols., 2007).

Por fim, um aspecto a ser considerado com relação à teoria da evolução, que será necessário para a compreensão do foco de estudos da Psicologia Evolucionista, consiste no fato de que o que é selecionado são os mecanismos psicológicos que produzem comportamento, e não o comportamento em si. Por exemplo, ao falar de seleção natural, torna-se inadequado pensar em objetivos ou intenções desse processo evolutivo, quando o que está em cena são resultados, efeitos e funções das características físicas e comportamentais da

espécie, ao responder às pressões e necessidades geradas pelo meio em que está inserida (Piovanotti, 2007).

A partir dessa breve descrição a respeito dos principais pressupostos da teoria da evolução, pode-se agora pensar em sua inserção na história da Psicologia e no desenvolvimento de uma Psicologia Evolucionista. Ades (2009) aponta quatro momentos de inserção desses conceitos na história da ciência psicológica, desde o Funcionalismo de William James, passando pela Etologia e pela Sociobiologia e, por fim, a formação de uma Psicologia Evolucionista (PE). Segundo o autor, inicialmente os processos psicológicos eram apenas interpretados de uma forma evolucionista, enquanto que com a consolidação de uma PE, assimilou-se um modo de pensar evolucionista, sendo criado um programa nascido de dentro da própria Psicologia. Nesse sentido, tal perspectiva é considerada bastante recente, sendo seus primeiros protagonistas os pesquisadores John Tooby e Leda Cosmides (University of California – Santa Barbara/EUA), Martin Daly e Margo Wilson (Mc-Master University - Hamilton/Canadá) e David Buss (University of Texas - Austin/EUA).

Além da contribuição das abordagens citadas anteriormente, o desenvolvimento da PE foi propiciado por alguns avanços na Ciência, citados por Tooby e Cosmides (2005). O primeiro deles consiste na *revolução cognitiva*, que proporcionou uma linguagem para descrever os mecanismos mentais como programas que processam informações, sendo possível estudar a mente humana com mais profundidade. O segundo avanço é caracterizado pelo *desenvolvimento da paleoantropologia, estudos com povos caçador-coletores e da primatologia*. Tais estudos permitiram compreender o modo de vida dos ancestrais humanos e os problemas adaptativos que eles tiveram que solucionar para sobreviver e reproduzir-se naquele ambiente.

O terceiro avanço foi possibilitado pelas *pesquisas sobre comportamento animal, lingüística e neuropsicologia*, as quais permitiram verificar que a mente não é uma tábula

rasa, moldada apenas pela experiência. Tais estudos têm verificado que os organismos já nascem com algum conhecimento sobre o mundo, o que lhes permite estabelecer determinadas relações de acordo com as características do ambiente em que se inserem. Por fim, o quarto avanço consiste na *revolução da biologia evolucionista*, a qual passou a ser tomada de forma mais consistente, tendo seus conceitos como seleção de grupos, por exemplo, passado por um refinamento através de caracterizações mais precisas do processo evolucionário da espécie.

Verifica-se, então, que tanto avanços na própria Psicologia, quanto avanços na Ciência como um todo permitiram que a PE pudesse se consolidar enquanto uma disciplina científica. Segundo Cosmides e Tooby (1997), o objetivo da pesquisa nessa perspectiva é descobrir e compreender a estrutura da mente humana, utilizando, para isso, os conhecimentos e princípios da biologia evolucionária. Nesta visão, a mente caracteriza-se por uma série de circuitos especializados de processamento de informação, os quais foram delineados pela seleção natural para resolver problemas adaptativos vivenciados pelos ancestrais caçador-coletores da espécie humana (Tooby & Cosmides, 1992).

A fim de melhor compreender, então, a concepção de mente abordada pela PE, pode-se pensar em conceitos-chaves desta abordagem (Laland & Brown, 2002). Um primeiro aspecto consiste na delimitação de seu objeto de estudo: os mecanismos psicológicos evoluídos que estão por trás do comportamento e são base das características humanas universais. Como já citado anteriormente, o comportamento em si não é produto da seleção natural, mas sim os mecanismos psicológicos, os quais consistem de adaptações resultantes da evolução em função de terem resolvido um problema de sobrevivência ou reprodução no AAE. Nessa perspectiva, o comportamento resulta do mecanismo psicológico evoluído para resolução de problemas existentes no ambiente. Como exemplo, pode-se citar o cuidado parental, selecionado na história de evolução da espécie por possuir um valor de

sobrevivência para os indivíduos da mesma. A forma com que o mesmo será colocado em prática, por sua vez, dependerá de diversos fatores individuais, ecológicos e ambientais.

Um segundo conceito chave da PE, citado por Laland e Brown (2002), consiste no ambiente de adaptação evolucionário, aspecto já comentando anteriormente. De acordo com os autores, é de suma importância que a Psicologia Evolucionista tenha conhecimento dos problemas enfrentados pelos ancestrais nesse ambiente, a fim de que se possam prever os mecanismos psicológicos necessários para resolvê-los. Os mecanismos que apresentaram uma melhor resposta, em termos de sobrevivência ou reprodução da espécie, foram aqueles selecionados e existentes até hoje.

O terceiro conceito-chave da Psicologia Evolucionista é a visão de mente modular especializada (Laland & Brown, 2002). A posição adotada por Tooby e Cosmides (1992) descreve a mente a partir de uma perspectiva de alta especialização, de “modularização” maciça, representada pela imagem de um canivete suíço. Nessa perspectiva, a mente é composta de diversos mecanismos psicológicos dedicados a encontrar soluções rápidas e eficientes para problemas específicos que foram significativos para nossos ancestrais. Assim, acredita-se que cada mecanismo evoluiu para operar em um domínio específico, como a linguagem, escolha de parceiros, comportamento sexual, investimento parental, amizade, comportamento social, etc.

A partir disso, pode-se afirmar que a PE proposta por seus protagonistas tem como objetivo maior compreender o *design* da mente humana e seu funcionamento no presente, tendo como base as influências do passado evolucionista (Cosmides & Tooby, 1997; Tooby, 1985; Tooby & Cosmides, 1992; 2005). Embora tais pressupostos influenciem pesquisadores que se utilizam de uma abordagem evolucionista para compreender o desenvolvimento humano, pode-se afirmar que dentro dessa perspectiva distingue-se uma Psicologia do

Desenvolvimento Evolucionista (PDE) (Bjorklund & Pellegrini, 2000; Bjorklund & Smith, 2003; Charlesworth, 1992; Geary & Bjorklund, 2000; Keller H. , 2007).

A PDE tem por objetivo principal compreender o desenvolvimento humano através da relação entre biologia e cultura, considerando a inseparabilidade de diferentes planos de análise: o filogenético, o ontogenético, o histórico-cultural e o microgenético (Seidl de Moura & Ribas, 2009; Vieira & Prado, 2004). Para Seidl de Moura e Ribas (2009, p. 77), “pensar em desenvolvimento na ontogênese é pensar em um processo que se dá em um tempo histórico e um contexto, mas, antes disso, que é, ele próprio, fruto de uma evolução por seleção natural”.

Nessa linha de análise, um aspecto bastante enfatizado na abordagem evolucionista é a relação entre biologia e cultura, sendo ambas consideradas aspectos em interação de um mesmo processo de desenvolvimento. Nesse sentido, o homem é considerado “biologicamente cultural”, termo cunhado por Bussab e Ribeiro (1998) para designar a concepção interacionista de natureza humana. Segundo tais autores, provavelmente assim que os ancestrais humanos desenvolveram uma dependência da cultura para sobreviver, a seleção natural começou a favorecer genes para o comportamento cultural. Isto é, quando a sobrevivência da espécie ficou afetada pela cultura, uma pressão seletiva do comportamento cultural passou a exercer suas forças, criando-se aí um contexto especial de seleção natural. Por esta razão, é esperado que aquelas características favoráveis ao desenvolvimento e transmissão de cultura tenham sido selecionadas.

Keller (2007) também parte desse pressuposto da existência de uma predisposição biológica humana para adquirir cultura. Segundo a autora, o comportamento e os padrões de desenvolvimento refletem adaptações a demandas do ambiente, de modo que cultura e história cultural são entendidas como epifenômenos que evoluem a partir de processos biológicos, que devem servir primariamente a propósitos adaptativos. Nessa mesma perspectiva, em um trabalho anterior, Keller (1996) explica que a cultura constitui o conhecimento ambiental que

deve ser passado de uma geração para a outra. Pode ser entendida como uma tentativa de evitar construções individuais desnecessárias, as quais atrasariam o desenvolvimento ontogenético, porque resumem e conceituam as características contextuais mais estáveis ou mesmo invariáveis.

Uma vez entendida como interacionista a postura epistemológica da PDE frente ao seu objeto de estudo, torna-se necessário o questionamento de como se dá esse interacionismo entre biologia e cultura e de que forma ele se diferencia de outras abordagens, já que hoje tal posição é praticamente um “a priori” no campo da Psicologia. Lança-se, então, a necessidade de especificar a natureza e a direção da interação entre biologia e cultura, sendo que um dos passos iniciais consiste na discussão do conceito de cultura na Psicologia Evolucionista.

Para Keller e seus colaboradores (Keller, 2007; Greenfield, Keller, Fuligni, & Maynard, 2003), a cultura é entendida como um processo de construção, socialmente interativo, entre dois componentes: práticas culturais (atividades compartilhadas) e interpretações culturais (significados compartilhados). Tais processos são considerados cumulativos, uma vez que ocorrem entre e dentre as gerações. Além disso, eles também se transformam ao longo do tempo, tanto em um único ciclo de vida quanto durante a história. Ao mesmo tempo, a autora considera que tais processos culturais são baseados na natureza biológica humana, ou seja, biologia e cultura não são componentes opostos, mas intrinsecamente relacionados e complementares.

Essa noção de cultura possui semelhanças com as idéias de Cole (2002), o qual enfatiza a utilização de artefatos nos processos culturais, distinguindo-os em materiais e conceituais/ideais. Para o autor, um artefato caracteriza-se por ser um aspecto do mundo material que foi modificado ao longo da história de sua incorporação na ação humana. Assim, considera que o principal aspecto da cultura consiste tanto no que pode ser visualizado através das práticas culturais (artefatos materiais), bem como nos valores e crenças culturais que os

acompanham (artefatos conceituais). Cole (2002) fala ainda a respeito dos mecanismos de transmissão de cultura e de sua relação com o desenvolvimento humano, apresentando vários níveis de análise, como a filogênese, história, ontogênese e microgênese. Isso significa que, logo as nascer, a criança recebe influências da história filogenética e cultural da espécie, bem como da história ontogenética da própria mãe, a qual já projeta um futuro cultural para o filho baseado na sua própria história, o que, por sua vez, terá repercussões na história ontogenética da criança através de suas crenças e práticas de criação.

Tooby e Cosmides (1992), por sua vez, propõem que o conceito de cultura deve ser decomposto em três componentes, denominados *metacultura*, *cultura evocada* e *cultura epidemiológica*; os quais devem ser diferenciados na discussão sobre as relações entre biologia e cultura. Nesta concepção, cultura e comportamento social são considerados um conjunto de sofisticados programas para resolver problemas adaptativos. Além disso, em todos os casos, a cultura é vista como reconstruída, e não apenas transmitida, enfatizando-se a primazia do mecanismo psicológico do aprendiz que, através da observação e inferência, reconstrói as representações existentes.

A metacultura, o primeiro e mais abrangente componente da cultura, compreende conteúdos e organizações mentais universais gerados por mecanismos funcionalmente organizados para responder às similaridades e regularidades transculturais do mundo social e não social. Mais especificamente, a metacultura pode ser identificada pelos aspectos semelhantes existentes em diversos contextos culturais, como por exemplo, o pesar e luto diante de perdas, gestos de apaziguamento, as tarefas desenvolvimentais, etc. Tais regularidades transculturais existem apenas em função das semelhanças entre os organismos que compartilham suas culturas.

A cultura evocada, por outro lado, descreve as semelhanças entre as pessoas de um mesmo grupo e as diferenças entre pessoas de grupos diferentes, geradas por mecanismos

psicológicos funcionalmente organizados, de conteúdo específico, que são ativados por circunstâncias locais ecológicas e geográficas. Tais condições são compartilhadas pelos membros de uma população local e podem explicar numerosas similaridades em aspectos como padrões de criação de filhos, hábitos de alimentação, tecnologias de trabalho, entre outros. Condições geográficas, como clima, relevo, vegetação e altitude influenciam demasiadamente vários aspectos do ambiente, como as fontes de recursos, vegetais e animais, presas e predadores, etc.; aos quais os grupos sociais devem responder através de adaptações locais. Por exemplo, o clima pode interferir na forma de vestir as crianças bem como nos arranjos de dormir, o que, possivelmente, terá conseqüências relevantes no seu desenvolvimento.

Por fim, a cultura epidemiológica descreve representações disseminadas em uma população, as quais são transmitidas também a outros grupos sociais. Mais especificamente, refere-se a representações compartilhadas por uma população e que são construídas por mecanismos inferenciais do observador, sendo tais mecanismos similares entre todos os membros da espécie. Existe aqui uma capacidade humana de produzir e disseminar cultura, sendo a facilidade de disseminação dessas representações afetada por mecanismos psicológicos específicos.

Com essa visão de cultura, é possível tomá-la como um fenômeno com existência particular, que exerce efeitos no mundo e que também sofre influência dele; e, simultaneamente, estabelecer relações de interdependência com a biologia. No presente estudo, considera-se que o sistema de crenças parentais está em correspondência com o conceito de cultura proposto pela perspectiva de Keller e seus colaboradores (Cole, 2002; Greenfield e cols., 2003; Keller, 2007). Sendo assim, as crenças que os pais possuem a respeito de suas práticas de criação, bem como as metas que possuem para o desenvolvimento de seus filhos, constituem um artefato conceitual da cultura, sendo seus significados

compartilhados por um grupo social específico. Ao mesmo tempo, verifica-se que tais crenças também constituem um aspecto da cultura evocada, como proposto por Tooby e Cosmides (1992), sendo que o julgamento dos pais a respeito de seu papel parental dependerá do contexto físico, cultural e social em que estão inseridos, bem como de suas características específicas, como o grau de escolaridade, renda e outras variáveis.

Tendo-se definido o conceito de cultura utilizado pela PE, pode-se pensar em como se dá a interação entre biologia e ambiente cultural ao longo do desenvolvimento humano. Uma perspectiva para explicá-la é através da proposta de Greenfield (2002), a qual enfatiza a não oposição entre as duas dimensões, mas explicita a existência de pelo menos seis formas de relação entre as mesmas, a saber: 1) a cultura reforça a biologia; 2) a cultura apropria a biologia; 3) cultura e biologia são mutuamente adaptadas para sobrevivência; 4) a cultura seleciona a partir da biologia; 5) a cultura respeita a biologia; e 6) a cultura modela e atualiza o potencial biológico. Tais relações constituem formas em que cultura e biologia definem-se e influenciam-se mutuamente ao longo do desenvolvimento.

Para explicitar essas relações, a autora apresenta conclusões de suas investigações com povos Zinacantecos Maias, no México. Nessa localidade, por exemplo, foi verificado um padrão nos recém nascidos em que predominam o comportamento motor restrito, maior atenção visual e um menor nível de atividade física. Tais características são atribuídas, por um lado, a heranças genéticas, uma vez que se assemelham ao comportamento de bebês que possuem a mesma origem, como os Chineses. Porém, a autora verificou que a própria cultura dos povos Zinacantecos acaba por reforçar esse padrão, na medida em que existe uma prática cultural de enfaixar o bebê, a qual é considerada uma proteção adaptativa ao frio. Além disso, as próprias mães durante a gestação utilizam movimentos motores mais restritos, o que acaba por prover ao bebê, antes mesmo de nascer, um limitado estilo de ambiente de movimentos

pré-natais. Assim, tais normas culturais a respeito do cuidado de crianças acabam por reforçar o componente genético do comportamento motor restrito.

Em síntese, pode-se afirmar que a Psicologia Evolucionista considera a herança biológica e cultural atual como componentes de um mesmo processo, apresentando várias formas de interação ao longo do desenvolvimento. Além disso, tal perspectiva postula relações transacionais entre o organismo e o ambiente, rejeitando qualquer determinismo biológico. Ao considerar a herança biológica e, portanto, a repercussão do passado evolucionário, a PDE introduz novas variáveis que possibilitam um entendimento mais abrangente a respeito do processo de desenvolvimento humano, sem negar a influência dos aspectos sociais e antropológicos (Keller, 2002).

Para finalizar, destacam-se duas matrizes conceituais que têm contribuições para a Psicologia do Desenvolvimento e que estão relacionadas com a perspectiva evolucionista. A primeira refere-se à noção de características típicas da espécie (universais), comportamentos ou motivações que usualmente aparecem em diferentes contextos culturais e históricos e que estão associados com a sobrevivência e perpetuação da espécie. Já a segunda diz respeito às diferenças individuais relacionadas a aspectos do ambiente físico e social (mortalidade infantil, abuso, negligência, desnutrição, qualidade no cuidado e na educação infantil, etc.), os quais devem ser analisados no sentido de investigar quais fatores ecológicos, econômicos e culturais os modulam (Charlesworth, 1992).

Nesse sentido, em se tratando de PDE, atualmente verifica-se uma preocupação em realizar estudos considerando o desenvolvimento como uma relação existente entre aspectos biológicos, ecológicos e culturais. A partir de tal perspectiva, alguns pesquisadores dessa área, têm adotado uma postura transcultural. Tais autores visam identificar universalismos comportamentais entre as culturas, bem como de adaptações do comportamento frente ao ambiente eco-cultural, como é o caso dos estudos sobre comportamento parental e também,

mais especificamente das etnoteorias parentais (Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Lamm & cols., 2006; Keller, Kuensemueller & cols., 2005; Lamm, Keller, Yovsi, & Chaudhary, 2008; Moinhos, Lordelo, & Seidl-de-Moura, 2007).

Em suma, em Psicologia Evolucionista, ao mesmo tempo em que se concebe a universalidade do cuidado parental como um aspecto que foi selecionado no período de evolução da espécie, uma vez que indivíduos que possuíam essas características tinham mais chance de sobreviver e deixar descendentes; entende-se que o mesmo irá também variar em função das especificidades do contexto ecológico e cultural em que se insere. No caso das crenças, por exemplo, compreende-se que todos os pais desejam que seu filho se desenvolva, porém as tarefas desenvolvimentais enfatizadas irão variar em diferentes grupos culturais.

Uma vez explicitados os principais pressupostos e conceitos abordados pela Psicologia Evolucionista, bem como sua evolução na história da Psicologia, pode-se pensar agora como abordar o sistema de crenças parentais a partir desta perspectiva.

3.2 Sistema de Crenças Parentais

Os sistemas de crenças parentais, ou etnoteorias parentais, têm emergido como um campo de estudos para a compreensão do desenvolvimento humano, despertando o interesse de pesquisadores que buscam explicar sua origem, manifestação e repercussões na vida da criança. Verifica-se, assim, nas últimas décadas, um aumento no número de estudos que focalizam sua investigação (Harkness & Super, 1996; Lordelo, Fonseca, & Araújo, 2000; Moinhos & cols., 2007). Tal movimento tem relação com uma tendência recente em Psicologia do Desenvolvimento a respeito da importância da consideração do contexto para a compreensão do comportamento e desenvolvimento infantil (Aspesi, Dessen, & Chagas, 2005; Harkness & Super, 1996).

Dentre algumas razões para que as crenças parentais sejam estudadas, Goodnow (1996) enfatiza que as idéias dos pais são uma forma interessante de cognição e desenvolvimento, e que também auxiliam na compreensão das práticas parentais. Além disso, a autora afirma que as crenças dos pais traduzem o ambiente no qual a criança se desenvolve. Ainda, Harkness e Super (1996) ressaltam que as etnoteorias parentais exercem forte influência na saúde e desenvolvimento da criança.

As compreensões de pais acerca da natureza da criança, características de seu desenvolvimento e significados de seu comportamento, são compartilhadas em maior ou menor extensão pelos membros de um grupo cultural. Ao mesmo tempo, suas crenças desenvolvem-se em um contexto específico e relacionam-se com outras concepções que os cuidadores possuem, como a natureza e significado da parentalidade, família, inserção na sociedade, etc. (Harkness & Super, 1996).

Para fins de denominação, serão utilizados no presente trabalho os termos “sistema de crenças parentais” ou “etnoteorias parentais” para designar a organização de tais compreensões que os pais possuem, em categorias de crenças mais amplas ou modelos culturais de parentalidade, de acordo com o proposto por Harkness e Super (1996). Mais especificamente, dentre outros aspectos que as etnoteorias abrangem, o presente estudo abordará as crenças maternas sobre práticas de cuidado no primeiro ano de vida da criança e as metas de socialização que as mães possuem em relação aos seus filhos de até três anos de idade.

Do ponto de vista teórico, as etnoteorias parentais constituem, ao mesmo tempo, um fenômeno que vem sendo estudado por alguns autores da Psicologia do Desenvolvimento Evolucionista a partir de uma perspectiva transcultural (Keller, 2007; Ruela & Seidl de Moura, 2007; Seidl de Moura & cols., 2004), bem como por autores que se utilizam do

referencial teórico da Psicologia Transcultural² (Harkness & Super, 2006; New & Richman, 1996). Assim, verifica-se que sua investigação encontra-se na interface de duas abordagens que possuem alguns aspectos em comum, como a ênfase no contexto como “tela de fundo” para se compreender a contínua interação entre as mudanças que ocorrem no organismo da criança e no seu ambiente imediato. Keller (1996), por exemplo, em um capítulo que trata de abordagens evolucionárias, em um manual de Psicologia Transcultural, apresentou as etnoteorias parentais como um exemplo de possibilidade de integração da Psicologia Transcultural e do pensamento evolucionário.

Apesar de partirem de abordagens distintas, no entanto, verifica-se que os pesquisadores da PDE e da Psicologia Transcultural compartilham de conceituações semelhantes do que seriam as etnoteorias parentais. Para Harkness e Super (1996), as etnoteorias parentais são compreendidas como o conjunto organizado de idéias que estão implícitas na atividade cotidiana, julgamentos, escolhas e decisões dos cuidadores, agindo como modelos para suas práticas parentais. Na Psicologia do Desenvolvimento Evolucionista, por sua vez, as etnoteorias parentais, são concebidas como idéias que os cuidadores de um grupo cultural compartilham sobre práticas de cuidado e conseqüências específicas de cada uma delas para o desenvolvimento da criança (Lamm & cols., 2008). A fim de obter um maior aprofundamento de cada uma das abordagens mencionadas, elas serão tratadas separadamente a seguir.

² A Psicologia Transcultural consiste principalmente em um campo de pesquisas comparativas que tem por objetivo demonstrar a influência de diferentes aspectos culturais no desenvolvimento e comportamento humanos (Segall, Lonner, & Berry, 1998).

3.2.1 Modelo de Harkness e Super: O Nicho de Desenvolvimento

Partindo de estudos sobre cultura e parentalidade provenientes da Antropologia e da Psicologia, Harkness e Super (1992; 1996; Harkness, Super, Vanna Axia, Palacios & Welles-Nyström, 2001; Super & Harkness, 1986) propõem seu modelo atribuindo grande ênfase para a importância do sistema de crenças parentais. Para os autores, as crenças constituem o canal através do qual elementos da cultura mais ampla são filtrados, além de serem consideradas a fonte das práticas parentais e da organização do cotidiano das crianças e das famílias. A partir desta concepção, é introduzido o *Nicho de Desenvolvimento*, um modelo que visa explicitar as interfaces entre a criança e a cultura (Harkness & Super, 1994; Super & Harkness, 1986; 1997).

O Nicho de Desenvolvimento é representado através de um esquema (Figura 1) em que a criança – com suas particularidades, história pessoal, disposições e composição familiar – encontra-se no centro. Ao seu redor, estão os três subsistemas que compõem o *Nicho de Desenvolvimento*: ambiente físico e social, costumes e práticas de cuidado regulados culturalmente e psicologia dos cuidadores (Harkness & Super, 1994; Super & Harkness, 1986; 1997).

O primeiro subsistema é caracterizado pelo ambiente físico e social no qual a criança vive. Parte-se do pressuposto de que uma das maneiras pela qual a cultura influencia o desenvolvimento infantil é através da estruturação do ambiente cotidiano da criança pelos adultos, uma vez que através dele se determinam quais oportunidades de interação a criança poderá vivenciar. Como exemplos, podem-se citar aspectos físicos – como a estrutura da residência em que a família mora, condições de higiene, etc. – bem como aspectos da estrutura social, como os arranjos de dormir, participação da criança nos trabalhos domésticos, brincadeira, etc.

Os aspectos do ambiente físico e social, por sua vez, influenciam e são influenciados por adaptações culturais provenientes dos costumes e práticas de cuidado, o segundo subsistema que compõe o *Nicho de Desenvolvimento*. Estes correspondem a comportamentos de cuidado comumente utilizados pelos membros da comunidade, os quais são profundamente integrados na cultura social ampla, fazendo com que não sejam pensados de uma forma racional ou consciente, mas encarados como uma maneira “natural” de agir. Os costumes incluem tanto rotinas habituais (ex: onde colocar o bebê, forma como carregá-lo no colo) como rituais complexos e institucionalizados (como quando colocar a criança na escola).

Embora os costumes de cuidado sejam aceitos e colocados em prática sem um exame crítico dos cuidadores, geralmente são acompanhados por crenças específicas a respeito de seu significado. A psicologia dos cuidadores, terceiro subsistema do *Nicho de Desenvolvimento*, caracteriza-se pela série de crenças e valores regulados pela cultura, compreendendo tanto as etnoteorias parentais como a orientação afetiva dos pais durante seus cuidados com a criança. Dentre as etnoteorias parentais, destacam-se as crenças sobre a natureza e necessidades de uma criança, as metas de socialização e as crenças sobre práticas parentais; sendo estas duas últimas o foco da presente dissertação.

Como colocado anteriormente, no modelo de Harkness e Super é atribuído um papel central para as etnoteorias parentais, pela sua influência no comportamento e desenvolvimento infantil. As mesmas são consideradas responsáveis pela organização das práticas parentais em função das características presentes no ambiente físico e social (Harkness & Super, 1992; Super & Harkness, 1986). Além disso, os autores sugerem que as origens das etnoteorias parentais estão na estrutura socioeconômica da vida dos pais, argumentando que, sobre esta estrutura, os pais tomam individualmente as decisões sobre como socializar a criança.

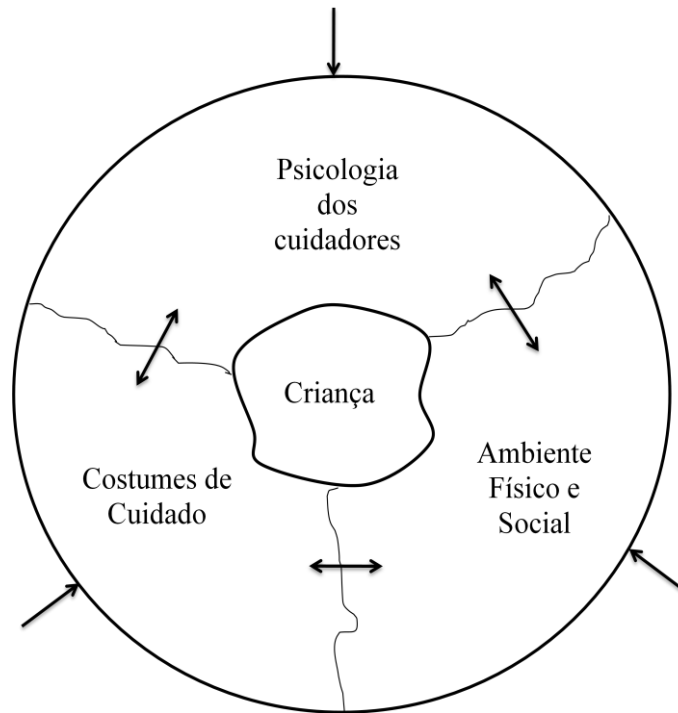


Figura 1: Nicho de Desenvolvimento (Adaptado de Super & Harkness, 1997, p.26)

A partir da Figura 1, ainda podem ser retiradas algumas conclusões, denominadas pelos autores de “corolários” do Nicho de Desenvolvimento. Como pode ser verificado, os três subsistemas funcionam de maneira coordenada, influenciando-se mutuamente. Além disso, cada componente interage de maneira diferente com o ambiente ecológico e social mais amplo, funcionando como um “sistema aberto” de trocas com o meio. Por último, os autores defendem que o organismo e o nicho são mutuamente adaptáveis, ou seja, ao mesmo tempo em que a criança é capaz de se adaptar às necessidades impostas pelo ambiente, o mesmo também se modifica em função das crenças e práticas utilizadas pelos pais e a consequência delas no desenvolvimento da criança (Super & Harkness, 1986; 1997). Pode-se afirmar, assim, que os três subsistemas do Nicho de Desenvolvimento compartilham a responsabilidade pela mediação da experiência de desenvolvimento individual da criança com a cultura ecológica e social mais ampla.

Posteriormente, Harkness e Super (2006) ainda propõem um modelo para a organização das crenças parentais através de uma ordem hierárquica (Figura 2), em que no topo encontram-se as idéias mais gerais, ou modelos culturais implícitos, sobre a natureza da criança, parentalidade e família. Logo abaixo, encontram-se idéias sobre domínios específicos a respeito da criança, das práticas parentais e suas conseqüências desenvolvimentais – traduzidas através de concepções sobre arranjos de dormir, relações pais-filhos ou desenvolvimento social, por exemplo. Tais idéias parentais, por sua vez, são colocadas em prática através da mediação de fatores intervenientes, como as características específicas da criança e dos pais, variáveis situacionais e aspectos da cultura. O resultado pode ser verificado tanto nas práticas dos pais, quanto nas conseqüências para o desenvolvimento da criança e da família (Harkness & Super, 2006; Harkness & cols., 2007).

A partir desse modelo, pode-se afirmar que o foco da presente dissertação encontra-se no primeiro nível da hierarquia proposta, ou seja, modelos culturais implícitos ou sistema de crenças parentais sobre as práticas de cuidado no primeiro ano de vida, bem como sobre metas desenvolvimentais que uma criança deve atingir até os três anos de vida.

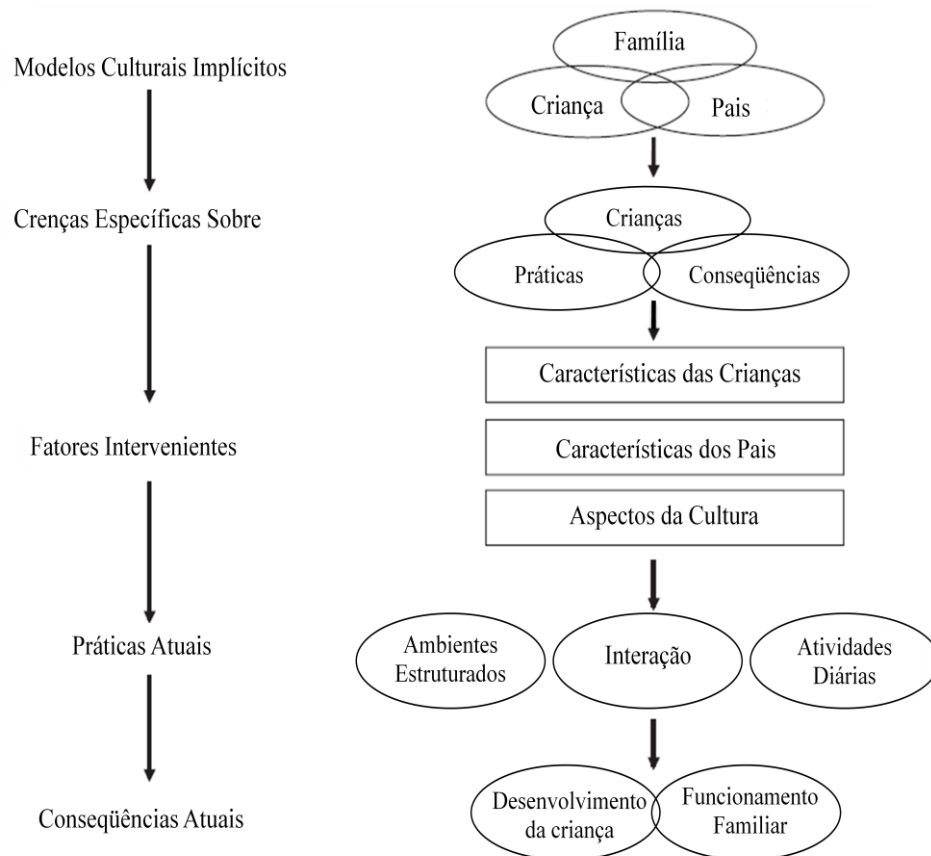


Figura 2: Modelo Teórico das Etnoteorias Parentais, Práticas e Conseqüências Desenvolvimentais (Adaptado de Harkness & cols., 2007, p. 10).

Enfim, a partir de teoria exposta a respeito do Nicho de Desenvolvimento, verifica-se que o mesmo é um modelo capaz de integrar tanto aspectos da parentalidade e dos contextos de desenvolvimento que podem ser observados – como as práticas de cuidado dos pais e o ambiente físico e social por eles estruturado – quanto aqueles que são menos aparentes, porém de grande relevância para o entendimento das funções parentais, como suas crenças, idéias e valores. Além disso, vale ressaltar novamente a importância atribuída nesse modelo para o papel das etnoteorias parentais na mediação com os demais componentes do nicho.

3.2.2 Modelo de Componentes da Parentalidade: a contribuição de Heidi Keller

Keller (2002; 2007), utilizando-se do referencial teórico da Psicologia do Desenvolvimento Evolucionista, adota uma posição interacionista para compreender o desenvolvimento humano. Seu modelo de compreensão do cuidado parental e, mais especificamente das etnoteorias parentais, apresenta alguns pontos de convergência com as idéias de Harkness e Super expostas anteriormente. Pode-se afirmar que ambos entendem a parentalidade como uma atividade cultural que é adaptada ao contexto sociocultural. Além disso, consideram a importância da interação indivíduo-contexto para o estudo do desenvolvimento e das trajetórias desenvolvimentais; enfatizando o papel das idéias, crenças e valores compartilhados por membros de um determinado contexto cultural.

No entanto, Keller (2002; 2005; 2007) acrescenta ainda uma análise da dimensão biológica, em termos evolucionários filogenéticos, como base do comportamento e do desenvolvimento humano. O estudo do comportamento parental e dos aspectos que o influenciam, como as etnoteorias parentais, portanto, é utilizado pela PDE em função de um entendimento sobre características inatas da parentalidade, as quais foram selecionadas ao longo do período de evolução por aumentarem a possibilidade de sobrevivência da espécie.

Pode-se afirmar, assim, que a autora contempla a interação entre os aspectos biológicos e culturais em sua compreensão sobre a parentalidade humana. No caso específico das etnoteorias parentais, as mesmas são concebidas como idéias que os cuidadores de um grupo cultural compartilham sobre práticas de cuidado e conseqüências específicas para o desenvolvimento da criança (Lamm & cols., 2008). Keller (1996) ainda descreve as etnoteorias como sistemas de significados compartilhados, que capacitam os indivíduos a se apoiarem em estratégias de socialização já provadas, reduzindo os custos da parentalidade.

Elas podem ser entendidas como prescrições para maximização de recursos de conhecimento do contexto e, dessa forma, manter uma função mediadora entre ambiente e

desenvolvimento. A autora afirma ainda que os pais proporcionam contextos de socialização para seus filhos coerentes com sua história pessoal e o contexto eco-cultural em que estão inseridos, permitindo que as crianças adquiram sua matriz social e aprendam modos específicos de relacionamento social (Keller, 1996; 2007).

Os cuidados que os pais dispensam à criança são compreendidos por Keller (2007) através de um “Modelo de Componentes da Parentalidade”, composto por seis sistemas parentais, os quais são definidos por uma série de comportamentos geneticamente preparados e ativados pelas demandas do ambiente, com o objetivo de promover conforto quando a criança está em risco real ou potencial. Embora estes comportamentos parentais sejam intuitivos, a avaliação sobre o que é bom ou ruim para a criança e as formas de expressão desses cuidados são culturalmente compartilhadas e fazem parte do contexto de investimento parental.

Os seis sistemas parentais propostos por Keller (2007) são os seguintes:

1) *Cuidado primário* – é filogeneticamente o sistema de cuidados mais antigo e visa prover alimentos, proteção e higiene à criança. Sua função psicológica caracteriza-se pela redução do desconforto (*distress*) no bebê. Além disso, a criança desenvolve confiança e segurança na proteção e disponibilidade do cuidador como dimensões primárias do *self* emergente;

2) *Contato corporal* – é o contato corpo-a-corpo e o carregar extensivo, envolvendo também o dormir junto. A função psicológica desse sistema consiste na experiência de calor emocional, garantindo ao bebê os sentimentos de coesão social e pertencimento ao grupo. O calor emocional contribui para que a criança aceite as regras e valores dos pais, preparando-a para uma vida baseada na harmonia e hierarquia entre os membros da família ou do grupo social primário;

3) *Estimulação corporal* – visa à comunicação corporal através do toque e movimentos motores. Sua função psicológica consiste em intensificar a percepção do bebê com relação a seu próprio corpo e ao ambiente circundante e, conseqüentemente, a promoção de um *self* corporal próprio;

4) *Estimulação por objetos* – através da utilização de brinquedos na interação cuidador-criança, o cuidado visa à vinculação do bebê com o mundo dos objetos e com o ambiente físico em geral. Nesse sistema a utilização de objeto pode substituir a presença do adulto, estando também intimamente relacionado a atividades exploratórias. Sua função psicológica consiste em promover o desenvolvimento cognitivo, bem como tornar a criança mais independente nas relações sociais;

5) *Contato face a face* – consiste de contato visual mútuo entre cuidador e bebê, em que o investimento parental é diádico e exclusivo. As trocas face a face são altamente estimulantes, carregadas de afeto e constituem-se de curtos eventos interacionais que expõem a criança a altos níveis de informação cognitiva e social. Através desse sistema de trocas, a criança percebe contingências em que a prontidão das respostas do adulto a faz se perceber como causa do comportamento parental. Além disso, também se torna consciente de que é um ser único e auto-eficaz. Esse sistema ainda é capaz de facilitar o desenvolvimento do diálogo verbal e a promoção da capacidade de auto-regulação da criança.

6) *Envelope narrativo* – consiste na utilização da linguagem por parte dos cuidadores, através do conversar com a criança, auxiliando na apropriação cultural da concepção de *self* e do outro . É muito influenciado pelo estilo narrativo da mãe ao se comunicar com o bebê, o qual é influenciado pelo modelo cultural em que ela se insere.

Keller (2007) postula um repertório universal filogenético para tais sistemas de cuidado, os quais são modulados por mecanismos interacionais de atenção, calor emocional e contingência. O mecanismo da atenção é descrito como exclusivo ou diádico, sendo que sua

forma exclusiva, em geral, é verificada nas sociedades ocidentais em que a mãe é foca-se exclusivamente para a criança, sendo a mesma a principal ou única responsável pelos cuidados. A atenção exclusiva tem como consequência o desenvolvimento do conceito de *self* como distinto e único. Por outro lado, na atenção compartilhada o bebê é carregado junto com a mãe durante suas atividades extra-diádicas diárias, enquanto que à noite permanecem também em proximidade corporal. Esta prática cultural garante a proximidade e o desenvolvimento de laços familiares fortes e leais em que o indivíduo aceita o lugar que lhe é colocado através dos costumes culturais do grupo.

O segundo mecanismo interacional é o calor emocional, o qual consiste em proporcionar afeto e trocas afetivas positivas, franqueza e acessibilidade, compreensão e empatia. O mesmo tem impacto no desenvolvimento da competência social e emocional da criança, facilitando o altruísmo e o compartilhamento. Além disso, faz com que os filhos aceitem os valores adultos, identificando-se com seus pais, e atribuindo-lhes maior confiança. Por fim, a contingência, terceiro mecanismo, caracteriza-se pela propensão dos pais e cuidadores a serem responsivos aos sinais da criança. Através da resposta rápida dos pais, a criança pode relacionar o acontecimento de eventos à sua própria ação e passa a prever o comportamento dos outros (concepção de *self* como agente causal).

A partir da combinação dos diferentes sistemas parentais e mecanismos interacionais utilizados pelos pais durante o primeiro ano de vida da criança, podem ser definidos os estilos parentais dos pais. Resultados de estudos empíricos têm encontrado predominantemente a existência de dois estilos parentais, denominados distal e proximal, os quais estão intimamente relacionados, respectivamente, com dimensões de independência/autonomia e interdependência (temática abordada logo a seguir) (Keller, 2007; Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Kuensemüller & cols., 2005; Keller, Yovsi & cols., 2004).

No estilo distal, a estratégia parental preconiza o contato face a face e na interação por objetos, propiciando à criança uma experiência de autonomia e separação. O estilo proximal, por sua vez, é caracterizado pelo contato e estimulação corporal, garantindo a criança uma relação interpessoal próxima e calorosa. Os estilos ainda são modulados por diferentes mecanismos interacionais, com a prevalência de atenção diádica e contingência frente a sinais positivos da criança no estilo distal; e predominância de contingência em resposta a sinais negativos da criança, atenção compartilhada e calor emocional no estilo proximal (Keller, 2007; Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Kuensemüller & cols., 2005; Keller, Yovsi & cols., 2004).

Em termos empíricos, Keller e seus colaboradores (Kärtner & cols., 2007; Keller, 2007; Keller, Lamm & cols., 2006; Lamm & cols., 2008) descrevem as etnoteorias parentais, traduzidas em termos de crenças sobre práticas e metas de socialização, através das dimensões de independência/autonomia e interdependência, baseando-se nos estilos parentais distal e proximal, respectivamente. Assim, a expressão das etnoteorias representaria objetivos desenvolvimentais desejáveis estabelecidos pelo sistema cultural, bem como adaptações ótimas frente ao ambiente eco-cultural específico (Keller, 2005). Pode-se afirmar, então, que as etnoteorias parentais constituem um dos aspectos do contexto sociocultural de desenvolvimento. Relacionando as etnoteorias com o conceito de cultura para a Psicologia Evolucionista, como exposto anteriormente, pode-se pensar que ao mesmo tempo em que seus significados são compartilhados por membros de um grupo social (aspecto ideal/conceitual da cultura), elas também refletem as características do contexto físico e social, constituindo-se como um aspecto da cultura evocada.

Corroborando com esta afirmação, Keller (1996) discute que as etnoteorias devem variar tanto ao longo de diferentes culturas, quanto de acordo com o status socioeconômico e sexo dos pais e da criança. De fato, muitas pesquisas transculturais de etnoteorias parentais

vêm sendo realizadas e os resultados encontrados demonstram uma grande variação das crenças sobre práticas e metas de socialização que os pais possuem, nos diferentes grupos estudados (Harkness & Super, 2006; Harwood, Schoelmerich, Schulze, & Gonzalez, 1999; Keller, Borke & cols., 2005). Pode-se afirmar, então, que existiriam padrões relacionados às etnoteorias parentais e suas justificativas no nível cultural surgiriam como respostas do organismo às condições locais.

A Figura 3 apresenta um modelo mais recente, proposto por Keller (2009), a respeito das inter-relações entre modelos culturais, estratégias parentais (incluindo suas crenças e práticas de cuidado) e desenvolvimento infantil. Segundo a autora, os modelos culturais de autonomia e interdependência estão intimamente relacionados com as estratégias estabelecidas pelos pais para a criação dos seus filhos, as quais, por sua vez, possuem impacto no desenvolvimento das crianças. Ao mesmo tempo, o próprio desenvolvimento dos filhos vai modificando as crenças e as práticas dos pais ao longo do tempo. Todos esses aspectos são também influenciados pelas características sociodemográficas do contexto familiar, como a idade, escolaridade e renda dos pais, especificidades da composição familiar, residência e comunidade/bairro em que moram, entre outros.

Nesse sentido, faz-se necessário também compreender os contextos e os modelos culturais em que a parentalidade ocorre, uma vez que os mesmos exercem grande influência sobre as crenças que os pais possuem e, conseqüentemente, em suas práticas. Concebe-se que as etnoteorias parentais funcionam como mediadores entre os modelos culturais e as práticas propriamente ditas (Keller, 2007; Keller & cols., 2008).

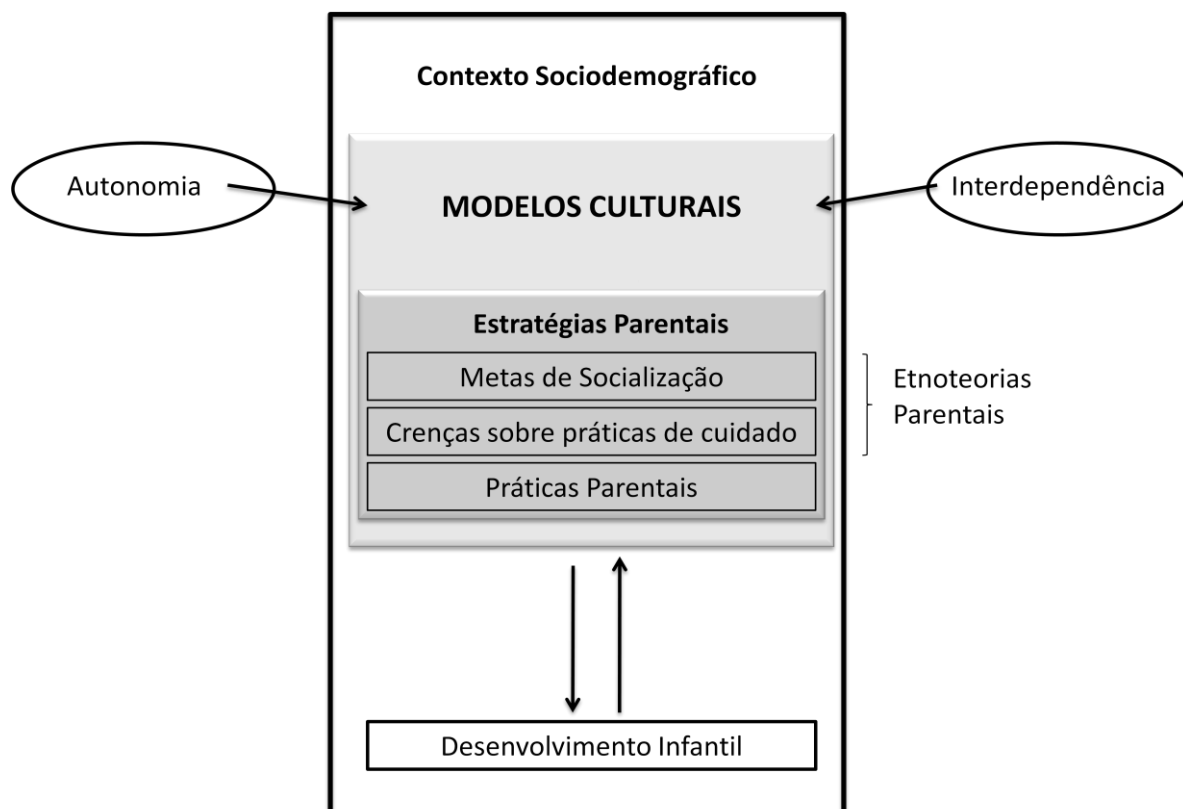


Figura 3: Esquema teórico proposto por Keller (2009) sobre modelos culturais prototípicos, estratégias parentais e desenvolvimento infantil.

3.3 Modelos culturais prototípicos

Os modelos culturais são definidos como uma série de idéias, valores e costumes, organizados e compartilhados pelos membros de um grupo cultural, geralmente implícitos, vistos como verdadeiros e traduzidos em práticas. Eles são transmitidos através de gerações e guiam as interpretações parentais (Keller, 2007; Harkness & cols., 2001; Suizzo, 2002; 2007). Para diferenciar e caracterizar um contexto cultural em estudos envolvendo processos psicológicos e desenvolvimento humano, diversos pesquisadores vêm enfocando a sobreposição dos modelos prototípicos de individualismo/coletivismo (I-C) e independência/interdependência (Keller, Lamm & cols., 2006; Keller, Abels & cols., 2007;

Suizzo, 2007). Existe, no entanto, a necessidade de diferenciação das duas dimensões, sendo a primeira utilizada em nível cultural e a segunda em caráter pessoal ou de *self*.

Com relação às dimensões de I-C, estas foram originalmente propostas por Hofstede (1980) e estudadas, de forma empírica e teórica, principalmente nos trabalhos de Triandis e seus associados (Triandis, 1996; Triandis, Chen, & Chan, 1998). Hofstede (1980), em um dos primeiros trabalhos nessa direção realizou um estudo com mais de 100.000 trabalhadores de uma companhia multinacional em 50 países, visando identificar dimensões básicas de variação cultural. O estudo identificou quatro dimensões principais, entre as quais a que corresponde ao I-C se fez mais conhecida (Ferreira, Assmar, & Souto, 2002; Gouveia & Clemente, 2000)

A dimensão I-C diz respeito ao caráter cultural das relações que os sujeitos possuem com o grupo a que pertencem. Enquanto o individualismo caracteriza-se pela predominância do interesse individual em detrimento do grupal, levando as pessoas a ocuparem-se consigo mesmas ou com sua família imediata; o coletivismo é definido através da sobreposição do interesse do grupo sobre o individual, tendo como consequência a formação de grupos coesos que protegem o indivíduo em troca de lealdade (Ferreira & cols., 2002).

Triandis (1996), nesse mesmo sentido, empregou o termo “síndromes culturais” para definir culturas individualistas e coletivistas como dimensões de variações culturais. O autor define uma síndrome cultural como um padrão de percepções compartilhadas do ambiente social; traduzidas através de crenças, valores, normas, atitudes e auto-definições que identificam uma sociedade. Nessa perspectiva, o individualismo é característico de culturas em que a experiência social se estrutura sobre indivíduos autônomos, enquanto que o coletivismo caracteriza-se por laços associativos fortes em relação ao grupo.

Inicialmente compreendidos como dimensões dicotômicas, individualismo e coletivismo são, no entanto, construtos multidimensionais e ortogonais, uma vez que os

indivíduos podem variar na forma com que combinam dimensões de ambas as orientações em seus modelos culturais. Nesse sentido, Triandis (1995) ressalta também uma estrutura mais complexa, combinando o I-C com atributos horizontais e verticais. Enquanto indivíduos horizontais vêem-se como semelhantes aos demais, os indivíduos verticais percebem-se como diferentes dos outros através de relações hierárquicas com os mesmos. O resultado dessa combinação são quatro possibilidades de padrões de orientação: 1) individualismo horizontal – com ênfase na privacidade e unicidade do indivíduo; 2) coletivismo horizontal – com importância atribuída pelo sujeito à cooperação e harmonia no grupo; 3) individualismo vertical – orientado ao êxito e prestígio do sujeito; 4) coletivismo vertical – onde o indivíduo é um servidor e cumpridor em relação aos demais.

A fim de distinguir as dimensões de I-C aplicadas ao funcionamento psicológico individual, Triandis (1989) designou uma nomenclatura específica: o individualismo traduz-se em idiocentrismo e compreende a separação do indivíduo de seu grupo de origem e confiança em si mesmo; já o coletivismo manifesta-se pelo alocentrismo e refere-se à integração grupal e interdependência solidária (Gouveia & Clemente, 2000; Lay & cols., 1998). Nesse momento inicial, os estudos e investigações teóricas tratavam da integração do indivíduo a grupos potenciais mais genéricos, sem a delimitação de um grupo de pertencimento específico. No entanto, alguns autores começaram a enfatizar a necessidade dessa delimitação e passaram a focalizar a interação do indivíduo com o grupo familiar (Lay & cols., 1998; Steidel & Contreras, 2003)

Steidel e Contreras (2003), visando construir uma escala para medir este construto, distinguem o alocentrismo em: estrutural – delimitado pelo vínculo e distância social/espacial com a família de origem; comportamental – referente aos comportamentos associados a sentimentos e atitudes em relação à família, como telefonemas e visitas, por exemplo; e atitudinal – definido como um valor cultural que envolve uma forte identificação e conexão à

família, envolvendo lealdade, reciprocidade e solidariedade. No entanto, apesar de ressaltar a importância dos dois primeiros, os autores focam sua investigação na dimensão atitudinal do alocentrismo.

Lay e cols. (1998) também se propõem a construir uma medida de vínculo com a família de origem, em termos de alocentrismo/idiocentrismo atitudinal. Para os autores a família, em geral, é considerada bastante relevante, uma vez que a maioria das pessoas compartilha uma experiência de conexão com a mesma nos seus primeiros estágios de vida. No entanto, na vida adulta esse grau de ligação pode variar, dependendo de fatores pessoais, contextuais e culturais.

Nesse sentido, a partir dessa perspectiva, o grau de alocentrismo/idiocentrismo familiar vem sendo investigado a fim de apreender dimensões pessoais de I-C. Por outro lado, outra possibilidade de investigar essas dimensões em nível individual consiste na focalização de modelos culturais de *self*, os quais envolvem a combinação das dimensões de agência e distância interpessoal. Tais modelos têm sido descritos e investigados na literatura em função de seus impactos nos processos de socialização e desenvolvimento da criança (Kagitçibasi, 1996; 2005; 2007).

Para abordar os modelos culturais de *self*, Kagitçibasi (2007) se reporta aos conceitos de individualismo e coletivismo. No entanto, levanta a necessidade de uma distinção entre dois tipos de I-C: o normativo e o relacional, similares, respectivamente, aos atributos vertical e horizontal de Triandis (1995) citados anteriormente. Para a autora, o caráter normativo reflete-se através de normas sociais, valores, convenções, regras; e tem relação com as negociações dos interesses individuais, subordinados aos interesses do grupo (coletivismo) ou de si mesmo (individualismo). Por outro lado o caráter relacional foca-se nas relações entre o *self* e os outros, tendo grande importância os conceitos de separação (individualismo) e relação (coletivismo).

A partir dessa distinção, Kagitçibasi (2007) propõe um paralelo com as *dimensões pessoais* de agência e distância interpessoal. A agência, relacionada com o I-C do tipo normativo, refere-se à capacidade do sujeito de agir voluntariamente, podendo variar entre os pólos de autonomia e heteronomia. A distância interpessoal, por sua vez, relacionada com o I-C do tipo relacional, tem a ver com as relações entre o *self* e os outros, podendo se estender entre os pólos de separação e relação. Ainda, as dimensões de agência e distância interpessoal são relatadas como ortogonais e independentes uma em relação à outra. O resultado seriam três possibilidades de modelos culturais de *self*: independência/autonomia e interdependência/relacional, bem como um modelo intermediário denominado de autônomo-relacional.

O primeiro deles, o modelo independente/autônomo, enfatiza a construção do *self* como único e distinto, sendo priorizadas metas pessoais e focando-se nas necessidades e direitos do indivíduo. O sujeito é definido através de dimensões como autocontrole, competitividade, separação, unicidade, entre outras (Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Yovsi & cols., 2004). Nesse modelo predominam as dimensões de autonomia e separação, característicos de sociedades urbanas pós-industriais com alto nível de escolaridade (Kagitçibasi, 1996; 2005; 2007).

O segundo modelo, denominado interdependente/relacional, concebe o *self* como fundamentalmente conectado aos demais membros do grupo em que está inserido – em geral a família – sendo priorizadas metas grupais e a focalização de papéis sociais, deveres e obrigações. O sujeito é definido como parte desse sistema social, visando relações harmoniosas com o mesmo e respeitando sua hierarquia (Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Yovsi & cols., 2004). Nesse tipo de orientação predominam as dimensões de heteronomia e relação, características de ambientes rurais baseados em economia de subsistência (Kagitçibasi, 1996; 2005; 2007).

Por fim, um modelo intermediário, denominado autônomo-relacional, compreende características combinadas de ambos os modelos anteriores, englobando autonomia e relação, em que o *self* é definido como autônomo quanto à sua ação (agência) e relacional quanto à proximidade interpessoal. Ele é característico de famílias de classe média, urbana e escolarizada em sociedades tradicionalmente interdependentes (Kagitçibasi, 1996; 2005; 2007).

Embora haja um consenso de que alguns ambientes culturais possam ser descritos a partir de modelos de *self* predominantemente independentes ou interdependentes, ressalta-se a existência de um debate na literatura a respeito da natureza, estrutura e relações entre estas duas dimensões. Alguns autores levantam, por exemplo, um questionamento a respeito da concepção dicotômica e bipolar das mesmas, quando generalizadas a partir dos conceitos de I-C em nível cultural (Kagitçibasi, 2005; 2007; Keller, Demuth, & cols., 2008). Assim, a tendência atual é não concebê-las de forma dicotômica, mas ressaltar a co-existência das mesmas nos diferentes modelos culturais estudados (Kagitçibasi, 2007; Keller, Demuth & cols., 2008; Suizzo, 2007).

Keller, Demuth e cols. (2008), por exemplo, concebem a co-existência das dimensões psicológicas de independência e interdependência, as quais se mantêm em uma inter-relação dinâmica entre indivíduos de uma sociedade específica e o contexto sociocultural em que eles vivem. Ou seja, para esses autores, as duas dimensões poderiam co-existir simultaneamente tanto em um determinado grupo cultural (nível cultural), quanto em um mesmo indivíduo (nível individual). Da mesma forma, Kagitçibasi (2007) enfatiza a existência de diferentes graus de proximidade interpessoal entre o *self* e os outros, refutando a natureza dicotômica das dimensões de independência e interdependência.

Diante desse modelo de entendimento dos modelos culturais prototípicos, partindo de uma orientação em nível cultural de individualismo e coletivismo e chegando a uma

concepção pessoal de *self* independente/autônomo e interdependente/relacional, entende-se que os cuidadores, como membros de sua própria cultura, compartilham modelos culturais de parentalidade e possuem concepções comuns a respeito de seu sistema de crenças parentais. Ao mesmo tempo, suas etnoteorias, traduzidas em práticas, terão um impacto direto sobre o desenvolvimento do senso de agência (voltada mais para a autonomia ou heteronomia) e distância interpessoal (priorizando a separação ou a relação com o grupo) no *self* da criança.

Nesse sentido, as dimensões de independência e interdependência têm sido utilizadas para compreender diferenças culturais presentes no cuidado parental. Entre outros aspectos, diversos pesquisadores têm tido como objetivo investigar a presença destas dimensões no sistema de crenças dos pais, visando caracterizá-lo e compreendê-lo de acordo com os modelos culturais prototípicos. De uma forma geral, os resultados desses estudos têm evidenciado diferenças entre os contextos investigados, demonstrando a influência do modelo cultural em que os pais estão inseridos (Harkness & Super, 1992; 2006; Harkness & cols., 2001; Keller, Abels & cols., 2007; Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Demuth & cols., 2008; Keller, Lamm & cols., 2006; New & Richman, 1996; Suizzo, 2002).

3.4 Sistemas de crenças parentais: Estudos nacionais e internacionais

O sistema de crenças parentais tem sido investigado empiricamente através de diferentes componentes, como as concepções dos adultos sobre o desenvolvimento infantil (Seidl de Moura & cols., 2004), percepções sobre as interações mãe-criança (Keller, Lohaus, Völker, Elben, & Ball, 2003), valores parentais (Suizzo, 2004; 2007), crenças sobre práticas parentais (Keller, 2007; Keller, Lamm & cols., 2006), metas de socialização (Kartner & cols., 2007; Keller, Lamm & cols., 2006; Suizzo, 2004), etc.

Como já colocado anteriormente, esses dois últimos aspectos são o foco da presente pesquisa, ou seja, as práticas de cuidado mais e menos valorizadas pelos pais, bem como as metas que os mesmos possuem para o desenvolvimento futuro de seus filhos. Ambas foram selecionadas em função de seu papel no desenvolvimento infantil, uma vez que influenciam diretamente as práticas de cuidado, bem como a percepção e avaliação parental sobre o comportamento da criança (Friedlmeier, Schäfermeier, Vasconcellos, & Trommsdorff, 2008).

Em termos empíricos, uma tendência de estudos a respeito do sistema de crenças parentais consiste em realizar uma caracterização e comparação do cotidiano familiar e de práticas específicas utilizadas pelos pais de diferentes grupos culturais no cuidado à criança pequena. Tais estudos, em geral partem de uma perspectiva transcultural e se utilizam do modelo do nicho de desenvolvimento para compreender o sistema de crenças parentais, como os descritos a seguir.

Harkness e Super (1992), por exemplo, investigaram o impacto das diferentes etnoteorias parentais no desenvolvimento da criança, bem como suas expressões na organização do ambiente pelos adultos e nas suas práticas de cuidado. Para tanto, os autores realizaram um estudo em dois contextos culturais distintos: uma comunidade rural do Kenya (Kokwet) e famílias americanas de classe média (Boston). Os resultados encontrados demonstraram que as competências das crianças em áreas enfatizadas culturalmente eram aceleradas, enquanto que o desenvolvimento em outros domínios não tão focalizados pela cultura acontecia mais tarde do que em outros contextos. Os autores verificaram, por exemplo, que as crianças do Kenya adquiriam responsabilidades para tarefas familiares bastante cedo, enquanto que estas mesmas crianças desempenhavam-se mal em tarefas cognitivas simples, como recontar uma história para um adulto. As crianças norte-americanas, por outro lado, apresentaram fala bastante precoce (dois anos), brincadeira imaginativa e

competiam pela atenção de um adulto; sendo pouco hábeis e envolvidas em tarefas domésticas.

Outro estudo realizado por Harkness e Super (2006) visou investigar os temas e variações das etnoteorias parentais em seis culturas ocidentais (Itália, Polônia, Espanha, Suécia, Alemanha e Estados Unidos). Em cada país, foram estudadas 60 famílias, com crianças de até oito anos de idade, através de uma combinação de métodos psicológicos e etnográficos como: diários construídos pelos pais a respeito das tarefas e rotinas cotidianas, observação direta da criança em seu ambiente físico e social e entrevista com os pais.

Dentre outros resultados, os autores verificaram a existência de temas comuns entre os contextos estudados a respeito das etnoteorias parentais, bem como variações transculturais. Todos os pais, por exemplo, demonstraram um desejo de que seus filhos fossem felizes, saudáveis, com um bom funcionamento e membros de sucesso de seus grupos culturais. No entanto, em cada contexto cultural, os pais se perguntavam de forma diferente como poderiam agir a fim de atingir tais metas para com os filhos. Os autores concluem que os temas nas etnoteorias parentais provavelmente possuem uma variação a partir do universal para o particular, sendo alguns deles compartilhados por pais de todas as culturas, outros por pais de uma determinada área cultural como o mundo ocidental, enquanto que determinados temas são específicos para um contexto cultural particular.

Também Harkness e Super (2006) relatam diferenças entre as crenças sobre práticas de cuidado que os pais alemães e norte-americanos possuem. Mais especificamente na Alemanha, os autores verificaram uma alta valorização da manutenção do estado de calma do bebê, através de uma preocupação com o descanso, regularidade e limpeza nos cuidados com a criança pequena. Os pais americanos, por outro lado, demonstraram muita importância para a estimulação, possuindo idéias conflitantes sobre os arranjos de dormir e relatando mais dificuldades em fazer com que a criança durma a noite toda.

New e Richman (1996), por sua vez, demonstram diferenças com relação às crenças e práticas de cuidado em pais da Itália e dos Estados Unidos. As autoras realizaram um estudo multimetodológico e, para isso, utilizaram-se de observações das interações cotidianas na casa, questionário sobre a rotina diária da família e entrevistas sobre as crenças parentais a respeito da concepção de desenvolvimento, papel materno nos cuidados e metas para o desenvolvimento dos filhos. Como resultados, o estudo verificou que os pais italianos valorizavam a integração da criança em todas as atividades da família, sendo focalizada sua interdependência, segurança e bem-estar. Já as famílias americanas organizavam as atividades diárias priorizando a promoção da independência e exploração ativa do ambiente pelo bebê. Além disso, visavam à autonomia da criança nos seus hábitos alimentares, habilidade de realizar atividades sozinha (como dormir e brincar) e enfatizavam o desenvolvimento social e cognitivo da mesma.

No Brasil, Ruela e Seidl de Moura (2007), empregando a noção de Nicho de Desenvolvimento, realizaram um estudo visando investigar as idéias e práticas de um grupo de mães de uma comunidade rural do Estado do Rio de Janeiro e o ambiente físico e social que as mesmas propiciam a seus filhos. Para tanto, utilizaram uma metodologia observacional da interação de seis díades mãe-bebê. Os resultados encontrados apontaram uma interação entre os componentes do nicho, indicando que determinadas características da vida familiar na comunidade eram compartilhadas e refletiam-se tanto nas falas das mães, quanto em suas práticas e no ambiente físico e social que elas ofereciam a seus filhos. Dentre essas características do contexto, as autoras destacam, por exemplo, a verificação de um cuidado compartilhado com a família estendida e outros membros da vizinhança, não ficando restrito à família nuclear.

De uma forma geral, a partir dessas pesquisas e resultados relatados, verifica-se que tal perspectiva de estudos engloba principalmente delineamentos exploratórios, os quais visam

identificar e descrever crenças específicas que os pais possuem em cada grupo cultural, contribuindo para uma melhor caracterização das mesmas. Ou seja, através desses estudos, é possível conhecer quais são as crenças existentes com relação às formas de criação de filhos, bem como identificar quais são aquelas mais e menos valorizadas em um determinado grupo cultural.

Além de caracterizar crenças específicas, uma outra perspectiva de estudos visa encontrar dimensões mais amplas que agrupem um conjunto de crenças, através de um delineamento descritivo ou correlacional e utilizando-se de uma metodologia mais quantitativa. Tais estudos visam também à comparação de tais dimensões entre diferentes grupos culturais. Nesse sentido, nos estudos descritos a seguir, não são investigadas e analisadas crenças específicas, mas o conjunto de crenças que compõem cada dimensão.

Suizzo (2002), por exemplo, visou caracterizar os modelos culturais de parentalidade entre pais e mães franceses. Foram identificadas três dimensões de crenças: estimulação – associada a práticas que visam expor a criança a diversos tipos de estímulos, como interações diádicas e grupais, utilização de brinquedos e ênfase na linguagem; apresentação – a qual contém práticas que garantam que a criança se comporte e se apresente bem em público; e responsividade – composta de práticas que focalizam respostas do adulto às necessidades das crianças. As dimensões de estimulação e apresentação foram as mais valorizadas pelos pais franceses, sendo a responsividade menos valorizada. Ainda, a autora verificou que as variáveis número de filhos e escolaridade foram positivamente relacionadas à dimensão de estimulação e que a dimensão de apresentação foi positivamente relacionada ao nível de religiosidade, e negativamente associada à idade e à escolaridade.

Posteriormente, Suizzo (2004) realizou uma pesquisa comparando as dimensões de crenças sobre práticas de cuidado de estimulação e responsividade entre mães francesas e norte-americanas. A autora parte do pressuposto de que, em ambos os países, embora

caracterizados como coletivistas, existiriam modelos culturais de parentalidade distintos. Os resultados evidenciaram que os dois grupos avaliaram a estimulação como mais importante do que a responsividade, porém as mães francesas atribuíram mais importância para a estimulação e menos importância à responsividade do que as mães americanas.

O mesmo estudo também avaliou as metas em longo prazo que as mães possuíam em relação aos seus filhos. Para isso, foi solicitado que respondessem a um questionário em que deveriam indicar o quão importante consideravam que seus filhos atingissem uma série de metas em sua vida adulta. Com resultados semelhantes entre os grupos, a autora identificou que tanto as mães americanas quanto as francesas atribuíram a maior importância à felicidade e segurança pessoal (autoconfiança e auto-estima) dos filhos e a menor importância ao conforto material e a constituição de uma família no futuro. Já com relação às diferenças encontradas, foi verificado que as mães da França avaliaram significativamente mais importante do que as mães dos Estados Unidos as seguintes metas: auto-potencialização (desenvolver forças e qualidades individuais), felicidade, senso de grupo (habilidade de integrar e participar de grupos sociais) e família (ter ou adotar crianças). As mães americanas avaliaram apenas uma meta como mais importante que as mães francesas: sucesso profissional (Suizzo, 2004).

Alguns estudos realizados no Brasil (Kobarg & Vieira, 2008; Ruela, 2006; Piovanotti, 2007) também foram desenvolvidos com o objetivo de verificar as dimensões de crenças sobre práticas de cuidado identificadas por Suizzo (2002). Resultados dessas pesquisas demonstraram que as mães urbanas de alta escolaridade valorizam principalmente a dimensão de práticas de estimulação, caracterizada por proporcionar à criança diferentes tipos de estimulações, tais como interações diádicas e grupais, estimulação com brinquedos, através da linguagem, cognição, entre outros. Já as mães de baixa escolaridade e também aquelas do

interior, parecem valorizar mais a categoria de práticas de apresentação apropriada da criança em público, como o bom comportamento e higiene da criança.

Em um estudo de metodologia semelhante (Vieira & cols., no prelo), porém de âmbito nacional, envolvendo sete capitais brasileiras, os resultados de validação do instrumento de Suizzo (2002) confirmaram as mesmas dimensões identificadas pela autora para o contexto brasileiro. Além disso, foi constatada a valorização tanto de práticas de estimulação quanto de apresentação apropriada, sendo a dimensão de responsividade a menos valorizada pelas mães. Os autores ainda concluem que, em geral, as dimensões de práticas parentais são compartilhadas por mães de diferentes regiões geográficas do país, e que as mesmas são moduladas pelo nível educacional e as condições culturais das mães.

Dentro dessa perspectiva de avaliar dimensões que compõem o sistema de crenças, um terceiro foco de estudos, caracterizado principalmente pelas pesquisas de Keller e seus colaboradores, consiste na investigação das etnoteorias parentais visando relacioná-las aos modelos culturais prototípicos de independência e interdependência (Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Lamm & cols., 2006; Keller, Abels & cols. 2007; Kartner & cols., 2007).

Keller, Borke e cols. (2005), por exemplo, investigaram as metas de socialização em três diferentes orientações culturais: a) famílias rurais Camaronesas, b) famílias urbanas da Costa Rica e c) famílias urbanas da Alemanha. As famílias de classe média alemã foram descritas com ênfase na independência, com estimulação desde cedo na criança da autonomia, auto-regulação, liberdade, introspecção, dormir sozinho e ficar um tempo sozinho para se conhecer melhor. Por outro lado, as famílias da Costa Rica, descritas por um modelo intermediário autônomo-relacional, consideraram importante as boas maneiras, a obediência, o respeito, a sociabilidade, a conduta social apropriada, a ligação aos familiares, bem como a independência quanto a realizações pessoais. Por último, as mães rurais camaronesas foram caracterizadas como provenientes de uma orientação cultural interdependente, esforçando-se

com que suas crianças conheçam as normas sociais da comunidade, valorizando a obediência, o respeito à autoridade, a conformidade às regras, a participação nas atividades familiares, além da responsabilidade pelos outros desde cedo.

Além desta caracterização, as famílias foram filmadas em situações de brincadeira livre, visando verificar as seguintes interações mãe-bebê: face a face, estimulação por objetos, contato corporal e estimulação corporal. Os resultados confirmaram que as mães alemãs possuem um estilo distal de parentalidade, com mais interações face a face e estimulação por objetos, e menos contato e estimulação corporal; o que tem sido relacionado com uma orientação cultural mais independente. As mães rurais Camaronesas, por outro lado, apresentaram um estilo mais proximal, com maior contato e estimulação corporal; interações que estão mais relacionadas com uma orientação cultural interdependente. Por último, as mães da Costa Rica, também apresentaram um estilo proximal de parentalidade, porém com menos contato e estimulação corporal que as mães rurais camaronesas, o que foi interpretado pelos autores como um estilo modificado, caracterizado como autônomo-relacional (Keller, Borke & cols., 2005).

Da mesma forma, Keller, Lamm e cols. (2006) investigaram as crenças sobre práticas de cuidado, metas de socialização e alocentrismo familiar em mães caracterizadas por três modelos culturais de *self*: classe média alemã, norte-americana e grega (independente); fazendeiros da Índia e de Camarões (interdependente); e contexto urbano da Índia, México, Costa Rica e China (autônomo-relacional). Os resultados do estudo indicaram diferenças significativas entre os grupos. Os participantes provenientes do modelo cultural independente obtiveram menores médias no que se refere ao alocentrismo familiar, bem como à dimensão interdependente dos instrumentos de metas e crenças sobre práticas. Por outro lado, os participantes do grupo cultural interdependente apresentaram escores significativamente

maiores nas três escalas, enquanto que os provenientes do grupo autônomo-relacional ocuparam uma posição intermediária.

Nessa mesma perspectiva, Kartner e cols. (2007) realizaram um estudo com mães das três orientações culturais distintas: independente (urbano - Alemanha e Estados Unidos), autônomo-relacional (urbano - Índia e Camarões) e interdependente (comunidade rural Nso camaronesa). O objetivo do estudo foi investigar as metas de socialização de mães de bebês de três meses de idade, bem como as dimensões de autonomia e interdependência no discurso das mesmas sobre suas etnoteorias a respeito das práticas de cuidado. Para isso, as participantes responderam a um questionário sobre metas de socialização e a uma entrevista baseada em figuras que representavam os sistemas de cuidado parental: cuidados primários, contato corporal, estimulação corporal, contato face a face e estimulação por objetos.

Como esperado pelos autores, as mães residentes nos contextos de orientação independente e autônomo-relacional de *self*, valorizaram significativamente mais as metas autônomas do que as mães rurais Nso camaronesas. Com relação às metas relacionais, as mães rurais e urbanas camaronesas valorizaram mais esta dimensão do que as mães dos Estados Unidos e Alemanha. Já as mães da Índia, ocuparam uma posição intermediária, valorizando esta dimensão significativamente menos que as mães camaronesas e mais que as mães alemãs, porém não diferiram quanto às mães americanas. Quanto às dimensões de autonomia e interdependência nas etnoteorias das mães, os autores verificaram que as mães residentes nos contextos de orientação independente e autônomo-relacional de *self* utilizaram mais elementos de discurso voltados para a autonomia do que as mães rurais Nso camaronesas. No entanto, nem todas as diferenças esperadas foram encontradas no estudo. Os pesquisadores concluem que, em geral, as diferenças entre o contexto rural e urbano, em termos de elementos de discurso relacionados à autonomia, são menos aparentes do que as diferenças associadas às metas de socialização.

Uma pesquisa semelhante, utilizando a mesma metodologia, porém com mães e avós, foi realizada por Lamm e cols. (2008) para investigar mudanças intergeracionais entre as etnoteorias. Esta foi realizada em quatro grupos distintos: famílias rurais Nso camaronesas (interdependente), urbanas Nso camaronesas e classe média na Índia (autônomo-relacional) e classe média Alemã (independente). Os resultados indicaram tanto a transmissão das crenças parentais de uma geração para a próxima, quanto variações nas etnoteorias como respostas adaptativas às mudanças ambientais. Mais especificamente, com relação à dimensão de metas de socialização relacionais, foi verificado que as mães Nso camaronesas rurais e urbanas foram as que mais a valorizaram, seguidas das indianas e das alemãs. Já quanto às metas autônomas, as mães alemãs, indianas e Nso urbanas não diferiram nesta dimensão, porém, apresentaram média significativamente maior que as mães Nso rurais.

Keller, Abels e cols. (2007) estudaram o ambiente de socialização de bebês em famílias chinesas e norte-americanas através de um estudo multimetodológico. Para isso, os autores investigaram o alocentrismo familiar das mães, filmaram a interação mãe-criança durante o brincar livre a fim de avaliar os sistemas parentais e o discurso verbal da cuidadora e, por fim, realizaram uma entrevista de etnoteorias parentais através de fotos dos sistemas parentais. Como esperado, os resultados indicaram que as mães chinesas, mais alocêntricas, organizam e avaliam seu cuidado em torno da dimensão interdependente; enquanto que as mães americanas possuem uma orientação mais voltada para a autonomia. Quanto aos sistemas parentais abordados na entrevista, as mães chinesas enfatizaram mais o contato corporal e menos a estimulação por objetos do que as mães americanas.

As metas de socialização também têm sido investigadas e relacionadas aos modelos culturais prototípicos de *self*. Estes estudos têm verificado diferentes valorizações das metas por pais residentes em contextos culturais distintos, indicando que as mães residentes em contextos mais independentes enfatizam metas relacionadas ao auto-aperfeiçoamento e auto-

realização dos filhos, visando o desenvolvimento da independência e da autonomia através do aumento da auto-estima e autoconfiança. Já as mães residentes em contextos mais interdependentes valorizam o bom comportamento da criança e sua adequação às expectativas sociais, com ênfase no respeito, cooperação dentro do contexto social, conduta apropriada, relações interpessoais adequadas, capacidade de se entender com os outros e o cumprimento de todas as obrigações, particularmente dentro da família (Harwood & cols., 1999; Leyendecker, Harwood, Lamb, & Sholmerich, 2002; Miller & Harwood, 2001).

Leyendecker e cols. (2002), por exemplo, realizaram um estudo comparando metas de mães imigrantes européias e de mães imigrantes latinas, nos Estados Unidos. Os autores constataram diferenças de acordo com a orientação cultural de cada grupo. Em geral, as mães latinas imigrantes, mais interdependentes, enfatizaram metas de socialização que priorizam o bom comportamento da criança, como o respeito, a cooperação dentro do contexto social e a conduta apropriada dos filhos. As mães americanas de origem européias, por sua vez, enfatizaram qualidades associadas à independência tais como auto-aperfeiçoamento, autocontrole e autonomia, através do aumento da auto-estima e autoconfiança dos filhos.

Um outro estudo, desenvolvido por Miller e Harwood (2001), examinou a relação entre as metas de socialização e a rede social que mães americanas e porto-riquenhas constroem para seus filhos. Os resultados indicaram que as metas de socialização das mães correlacionaram-se com o tipo e a frequência de contatos sociais que elas estruturam para seus filhos, sendo também verificadas diferenças de acordo com a orientação cultural de cada grupo. Mães americanas não possuíam uma rede social tão ampla quanto as porto-riquenhas e como metas, enfatizaram mais qualidades relacionadas à auto-aperfeiçoamento, autoconfiança, auto-potencialização da criança e independência. Já as mães porto-riquenhas enfatizaram qualidades relacionadas ao bom comportamento da criança, como relações

interpessoais adequadas, capacidade de se entender com os outros e o cumprimento de todas as obrigações, particularmente dentro da família.

Harwood e cols. (1999) entrevistaram mães anglo-americanas e porto-riquenhas a respeito de suas metas de socialização e estratégias de cuidado. Como resultados, os autores também verificaram que as mães anglo-americanas apresentaram metas mais voltadas a auto-aperfeiçoamento e autocontrole, enquanto que as mães de Porto Rico demonstraram metas mais relacionadas ao bom comportamento e as expectativas sociais. Quando questionadas a respeito do que elas poderiam fazer para encorajar ou não tais qualidades, as mães tenderam a apresentar estratégias que correspondiam à orientação cultural em que se inserem. Mães anglo-americanas falaram do exemplo pessoal, bem como de prover oportunidades para que as crianças aprendam sozinhas, enfatizando o próprio senso de autonomia e escolha pessoal da criança. Enquanto que mães porto-riquenhas responderam que ensinariam suas crianças através da autoridade parental, enfatizando senso de obrigação interpessoal da criança. Os autores também verificaram aspectos em comum entre os dois contextos, como a capacidade para intimidade emocional e o desejo de prover um ambiente de suporte emocional para a criança.

No Brasil, alguns estudos foram realizados para investigar as dimensões de metas de socialização existentes em diferentes contextos do país, sendo identificada a predominância de metas como auto-aperfeiçoamento, expectativas sociais e bom comportamento (Moinhos & cols., 2007; Piovanotti, 2007; Ruela, 2006).

Ruela (2006) comparou as metas das mães e avós de uma comunidade rural no Rio de Janeiro, verificando que as metas das mães concentraram-se nas categorias auto-aperfeiçoamento e expectativas sociais, respectivamente; enquanto entre as avós houve um predomínio do bom comportamento, auto-aperfeiçoamento e expectativas sociais. Os resultados de Piovanotti (2007), com mães urbanas de Florianópolis, indicaram que as

categorias expectativas sociais e auto-aperfeiçoamento, respectivamente, fazem parte do sistema de crenças da maioria absoluta da amostra pesquisada, não sendo verificadas influências das variáveis sociodemográficas.

Resultados similares foram verificados por Moinhos e cols. (2007) em mães de diferentes contextos socioeconômicos residentes da capital da Bahia. As metas mais mencionadas pelas mães foram respectivamente: “expectativas sociais”, “auto-aperfeiçoamento” e “bom comportamento”, não havendo diferenças significativas quanto ao nível socioeconômico. Assim como Piovanotti (2007), essas autoras afirmaram que a ausência de diferenças poderia indicar uma maior homogeneidade de crenças e ideologias sustentadas por mães que compartilham do mesmo contexto cultural em comparação às práticas, que parecem ser mais afetadas pelas condições de vida presentes no contexto mais imediato.

Um estudo nacional, realizado por Seidl de Moura e cols. (2008), investigou as metas de socialização de mães residentes nas cinco regiões brasileiras, tendo como objetivo caracterizar as metas, bem como identificar diferenças intra-culturais baseadas no tamanho das cidades em que as participantes residiam e no nível educacional das mesmas. Para isso, as mães foram separadas em três grupos: cidades médias (< 800.000 habitantes), cidades grandes I (de 800.000 a 2.000.000) e cidades grandes II (mais de 2.000.000). Os resultados indicaram que as mães valorizaram principalmente o auto-aperfeiçoamento e o bom comportamento, apresentando um padrão que estimula o desenvolvimento do *self* autônomo-relacional na criança.

Foram também verificadas diferenças intra-culturais, tanto em relação à região do país em que as mães residiam, quanto em relação ao tamanho das cidades e o nível educacional das mesmas. Comparando as dimensões de auto-aperfeiçoamento e bom comportamento, os autores identificaram uma igual valorização das mesmas na região Norte e Nordeste, enquanto que no Sul houve maior ênfase no bom comportamento e no Sudeste no auto-

aperfeiçoamento. Também foi verificado que mesmo as mães residindo em contextos urbanos, elas apresentaram diferenças orientadas a interdependência e a autonomia, dependendo do tamanho das cidades que moravam. Além disso, mães com um maior nível de escolaridade valorizaram mais a autonomia do que mães com menor nível de educação.

Por fim, Friedlmeier e cols. (2008) realizaram um estudo com mães e cuidadoras de creche, de crianças de cinco anos de idade, no Brasil e na Alemanha. Os autores investigaram as metas de socialização através de três categorias: orientação individualista (autonomia, independência, auto-realização e tolerância); orientação grupal (responsabilidade pelos outros, habilidade para interagir, sensibilidade para a necessidade dos outros, cooperação); e orientação para a realização (criatividade, habilidade de concentração, disciplina e iniciativa). Os resultados encontrados evidenciaram que as participantes alemãs, comparadas com as brasileiras, demonstraram significativamente mais preferências para metas individualistas, principalmente, com relação à autonomia e tolerância. Por outro lado, não foram encontradas diferenças para as metas de orientação grupal, indicando que as mães valorizaram igualmente esta categoria. Por fim, as participantes brasileiras priorizaram significativamente mais do que as alemãs a categoria de metas orientada para a realização da criança, mais especificamente, com relação à disciplina e à iniciativa.

Em síntese, verifica-se que é possível caracterizar contextos diversos em função dos modelos culturais predominantes. Tal caracterização pode ser realizada com base na avaliação de diferentes aspectos das etnoteorias parentais, assim como a partir da vinculação dos adultos com sua família de origem. Além disso, é importante investigar a relação existente entre estas dimensões, bem como suas diferentes configurações de acordo com as características sociodemográficas do contexto em que se inserem.

No entanto, enquanto na tradição da pesquisa transcultural internacional, é bastante comum comparar-se, por exemplo, cultura japonesa com cultura estadunidense, cultura alemã

com cultura francesa, considera-se complicado proceder dessa forma em vista dos problemas referentes à complexa formação cultural dos países. Especificamente no caso do Brasil, ressalta-se que ao analisar a questão cultural das crenças parentais, é preciso levar em conta sua imensa variabilidade de contextos, sendo marcantes os esforços para retratar essa diversidade, ligada às diferentes regiões do país, à localização litoral versus cidade, às origens étnicas, entre outras.

O país é marcado por uma alta taxa populacional e uma imensa área territorial, o que contribui para uma diversidade de vegetação e clima ao longo de suas diversas regiões. Além disso, o povo brasileiro é formado por diferentes origens étnicas, resultando na miscigenação entre indígenas nativos, negros africanos e brancos imigrantes principalmente do continente europeu. Tais diferenças, relacionadas tanto a aspectos físicos quanto culturais, acabam por formar grandes sub-culturas dentro de um mesmo território, as quais precisam ser levadas em conta (Dessen & Torres, 2002).

Nesse sentido, o presente estudo visa contemplar tais diversidades, delineando-se como uma pesquisa nacional que considerará diferentes regiões do país. Além disso, toma-se a dimensão de capitais e cidades pequenas de interior como outra fonte de variação cultural relevante para o problema de pesquisa, em função principalmente de fatores como: possíveis diferenças significativas no nível de urbanização e no tamanho da população, nas taxas de natalidade, na economia predominante (agrária versus serviços), no nível de educação, na estabilidade da ocupação e no acesso a bens culturais, entre outros. Ressalta-se ainda que diferente das investigações de Keller (2007; 2009), o presente estudo não teve como objetivo lidar com modelos culturais prototípicos, mas focar na investigação de contextos brasileiros diversos, com distintos graus de urbanização, visando contemplar a variação existente.

Descreve-se a seguir as hipóteses do estudo, bem como o método de coleta e análise dos dados que possibilitaram o desenvolvimento da presente pesquisa.

4. HIPÓTESES

Os principais conceitos teóricos e resultados de estudos empíricos, expostos na seção de revisão da literatura, apontam para a existência de dois modelos culturais prototípicos, denominados de Independente/Autônomo e Interdependente/Relacional, os quais são considerados dois pólos de um mesmo contínuo.

De um lado, no modelo interdependente, os estudos têm indicado menor nível de escolarização e de urbanização, associados a uma maior valorização das crenças e práticas de cuidado voltadas a interdependência, em detrimento da autonomia. As mães residentes nesses contextos preconizam tanto a proximidade e o contato interpessoal com as crianças, quanto a adequação dos filhos às normas sociais da comunidade, focando-se na obediência, no respeito à autoridade, na conformidade às regras, na participação nas atividades familiares, além da responsabilidade pelos outros desde cedo. Nesses contextos o grau de aloctrismo familiar é maior (Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Lamm & cols., 2006; Kartner & cols., 2007; Lamm & cols., 2008).

Já no modelo autônomo, os mesmos estudos apontam para um maior nível de escolarização, industrialização e urbanização da população. Nesses contextos, tem sido verificado que as mães valorizam prioritariamente a dimensão de autonomia nas suas crenças e práticas de cuidado dos filhos, incluindo a independência dos mesmos desde cedo, bem como a apreciação das metas, desejos e necessidades pessoais dos infantes. A competitividade também é um atributo considerado necessário para a garantia do desenvolvimento e sucesso das crianças em sua vida adulta. Além dessas características, o grau de aloctrismo familiar das mães é menor.

Atualmente, verifica-se na literatura uma tendência de considerar a coexistência das dimensões de autonomia e interdependência em um mesmo contexto, tanto em um nível

cultural quanto em um nível individual (Kagitçibasi, 2007). Nesse sentido, assume-se o pressuposto de que tais dimensões podem variar no presente estudo de acordo com o próprio contexto em que as mães residem (cidades pequenas ou capitais), bem como em função de características sociodemográficas das mesmas (idade, escolaridade, renda e outras). Assim, postula-se que as capitais se aproximarão mais dos contextos tradicionalmente caracterizados como autônomos/independentes, enquanto que as cidades pequenas apresentarão características mais próximas do modelo interdependente/relacional.

Tais variações entre contextos mais rurais ou urbanos tradicionalmente têm sido interpretadas na literatura como o resultado de especificidades principalmente oriundas da organização social de cada um deles. Triandis (1989) aponta que viver em grandes cidades parece, por exemplo, aumentar o número de pequenos grupos e a competitividade, diminuir a lealdade entre indivíduos e o suporte social da família extensa, bem como produzir um maior isolamento social. O autor pontua também que indivíduos residentes nas grandes cidades focam-se principalmente em suas metas pessoais.

Dessa forma, as seguintes hipóteses de pesquisa foram assumidas:

1) Existem diferenças entre as crenças das mães residentes nas capitais e nas cidades pequenas: a) Mães das capitais, provavelmente com maior nível de urbanização e escolaridade, valorizarão mais a autonomia em detrimento da interdependência e apresentarão menor grau de aloctrismo familiar; b) Mães de cidade pequenas, possivelmente com menor nível de urbanização e escolaridade, valorizarão mais a interdependência em detrimento da autonomia e apresentarão maior grau de aloctrismo familiar.

2) Além dessas diferenças, espera-se encontrar, principalmente, efeito do nível educacional na valorização das dimensões de autonomia e interdependência pelas mães. Aquelas com mais anos de escolaridade tenderão a valorizar menos a interdependência e mais a autonomia em comparação com mães de menor nível educacional.

5. MÉTODO

Como já explicitado, o presente estudo é parte de um projeto nacional, associado a um grupo de pesquisadores da Psicologia Evolucionista, pertencentes ao diretório dos Institutos do Milênio do CNPq, intitulado “*Investimento e cuidado parentais: aspectos biológicos, ecológicos e culturais*”. O projeto foi contemplado no ano de 2006 e, desde então, iniciaram-se os procedimentos necessários para que a coleta de dados pudesse ser realizada. O mesmo foi aprovado pelo Comitê de Ética de todas as instituições participantes (USP, UERJ, UFSC, UFPA, UFBA e UFES), bem como pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por se tratar de uma pesquisa multicêntrica.

Após isso, o grupo realizou diversas reuniões bem como estudos piloto em cada estado, a fim de refinar o instrumento de coleta de dados, bem como padronizar os procedimentos a serem utilizados nos diferentes locais em que a pesquisa seria realizada. Foi então construído um Manual de Procedimentos para Coleta de Dados, disponível na íntegra na tese de Sachetti (2007).

A coleta ocorreu entre o segundo semestre do ano de 2006 e o primeiro semestre de 2007. O passo seguinte caracterizou-se pela tabulação dos dados, primeiramente em cada Estado e, em seguida, foi criada uma planilha de dados nacionais, incluindo-se a capital e as cidades pequenas de interior de cada um dos seis Estados. A partir disso, uma vez que se tratava de uma pesquisa bastante ampla em sua totalidade, no início do ano de 2008, foram realizados recortes temáticos e análises subseqüentes, sendo este o andamento da presente dissertação.

5.1 Caracterização da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, comparativo e correlacional, uma vez que visa à descrição de características de grupos especificados, a comparação entre esses grupos, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis. Para Sampieri, Collado e Lucio (1994), os estudos descritivos buscam compreender propriedades importantes de pessoas ou grupos, avaliando-se cada dimensão investigada de forma independente e com a maior precisão possível. Este tipo de estudo requer do pesquisador um conhecimento considerável da área, permitindo-o formular perguntas específicas a que deseja responder.

Além dessa descrição, o presente estudo possui como objetivo relacionar diferentes variáveis dentro da população estudada. Em função disso, caracteriza-se também como correlacional. Segundo os mesmos autores citados, os estudos correlacionais visam medir o grau de relação entre dois ou mais conceitos, a fim de conhecer como se comporta uma variável conhecendo o comportamento de uma outra. O presente estudo configura-se ainda como transversal, uma vez que analisa um momento específico, no espaço e no tempo atual da trajetória de vida dos participantes

5.2 Participantes

Participaram 606 mulheres maiores de 18 anos, mães de pelo menos uma criança entre zero e seis anos de idade, nos seguintes Estados do Brasil: Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo. Em cada Estado foram estudadas em média 100 mães, aproximadamente metade na capital e metade nas cidades pequenas.

Os critérios de inclusão das participantes foram principalmente a idade das mães e das crianças. A mãe deveria ser maior de idade e ter pelo menos um filho pequeno (idade de zero a seis anos), já que as questões do instrumento referiam-se a crianças dessa idade. Além disso, a faixa etária das crianças foi delimitada por corresponder a um estágio do desenvolvimento

humano em que o investimento parental é decisivo para a sobrevivência dos filhos, além de que as características do comportamento parental alteram-se ao longo do desenvolvimento da criança (Martins, Macarini, Minetto, & Vieira, no prelo).

Vale ressaltar que, com poucos critérios de controle da amostra, as características das participantes acabaram apresentando-se de forma aleatória e diversa, não sendo objetivo do presente estudo garantir a representatividade da amostra de cada localidade estudada, mas buscar uma maior variabilidade ao estudar diferentes localidades em dois grandes contextos principais (capital e cidades pequenas).

5.3 Contextos

Concebe-se a localização do grupo de mães na dimensão capital e cidade pequena como uma fonte de variabilidade cultural relevante para o problema de pesquisa. Nesse sentido, a Capital de cada estado foi escolhida como o contexto urbano a ser pesquisado, pelo papel relevante em termos de economia e papel político e pela aglomeração de pessoas, além das facilidades em termos de serviços, escolaridade e opções de trabalho. As cidades pequenas de interior, por sua vez, foram compostas de cidades, vilas, povoados ou distritos, com populações de até 24.000 habitantes, que não estivessem situadas em localidades próximas a grandes centros urbanos. As participantes e suas respectivas famílias poderiam ou não ter na agricultura ou agropecuária sua fonte de renda. Na Tabela 1 são apresentadas algumas características populacionais das cidades estudadas em cada Estado.

Tabela 1: Cidades estudadas em cada Estado, população total e distribuição percentual por situação do domicílio (urbana ou rural).

Estado	Localidade	População		
		Total	Urbana (%)	Rural (%)
ES	Boa Esperança	13.679	67.0	33
ES	Vitória	292.304	100	0.0
BA	Wenceslau Guimarães	23.926	28.4	71.6
BA	Salvador	2443.107	100	0.0
PA	Santa Bárbara do Pará	11.378	35.2	64.8
PA	Belém	1280.614	99.4	0.6
RJ	Distrito de Amparo	1.283	70.1	29.9
RJ	Rio de Janeiro	5857.904	100	0.0
SC	Corupá	11.847	73.7	26.3
SC	Florianópolis	342.315	97.0	3.0
SP	Taiúva	5.506	86.4	13.6
SP	São Paulo	10435.546	94.0	6.0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2000.

5.4 Instrumentos

Dentre os instrumentos utilizados na pesquisa nacional, foram selecionados aqueles compatíveis com o problema de pesquisa e objetivos da presente dissertação. As três escalas utilizadas no presente estudo foram traduzidas e adaptadas para o português, através do procedimento de *back-translation*, pelo núcleo de pesquisa “Interação social e desenvolvimento” coordenado pela Prof^{ta}. Maria Lúcia Seidl de Moura, no Instituto de Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Foram mantidas as mesmas dimensões dos instrumentos originais a fim de manter a estrutura das escalas, as quais já foram utilizadas em diversos países nos estudos de Keller (2007), sendo possível a realização de comparações posteriores. Os instrumentos selecionados foram os seguintes:

Questionário de dados sócio-demográficos: visa investigar a idade das mães, número de filhos, local de residência, configuração da família, escolaridade e renda familiar mensal (ANEXO A).

Escala de Crenças sobre Práticas Parentais (Keller, Lamm & cols., 2006): Consiste de uma escala tipo *Likert* de cinco pontos (1 = concordo nem um pouco e 5 = concordo completamente), contendo dez afirmativas para investigar crenças sobre a maneira de cuidar de bebês ou crianças pequenas de até um ano de idade. A escala é formada por duas dimensões: 1) *práticas relacionais* ($\alpha = 0,86$) – a qual contém itens que enfatizam o contato corporal e a satisfação imediata das necessidades físicas da criança (por exemplo, se é importante embalar um bebê que chora para consolá-lo); e 2) *práticas autônomas* ($\alpha = 0,78$) – a qual contém itens que focam a auto-regulação precoce da criança, estimulação por objetos e interação face-a-face (por exemplo, é bom para um bebê dormir sozinho) (ANEXO B).

Escala de Metas de Socialização (Keller, Lamm & cols., 2006): A escala tipo *Likert* de cinco pontos (1 = concordo nem um pouco e 5 = concordo completamente), é formada por dez afirmativas para investigar crenças sobre o que uma criança deveria aprender ou desenvolver durante os três primeiros anos de idade. A escala também é composta por duas dimensões: 1) *metas relacionais* ($\alpha = 0,89$) – a qual inclui itens como “aprender a obedecer a pessoas mais velhas” e “aprender a animar os outros”; e 2) *metas autônomas* ($\alpha = 0,93$) – a qual inclui itens como “desenvolver autoconfiança” e “desenvolver um senso de auto-estima”. (ANEXO C).

Escala de Alocentrismo Familiar (Lay & cols., 1998): Consiste de uma escala tipo *Likert* de cinco pontos (1 = concordo nem um pouco e 5 = concordo completamente), contendo 21 itens, sendo seis com sentido invertido. A mesma mede dimensões de alocentrismo e idiocentrismo, os quais se referem a um conjunto de valores pessoais que refletem dependência ou separação da família de origem e do grupo social mais próximo,

respectivamente. Tais dimensões são úteis para investigar variações culturais e serão utilizadas como uma medida do contexto cultural. Ainda, tal medida poderá também auxiliar na interpretação dos dados a respeito das crenças sobre práticas e metas de socialização das mães, indicando se as mesmas são mais ou menos orientadas para um grupo social. Esta escala foi utilizada por Keller, Lamm e cols. (2006) e apresentou índices satisfatórios de consistência interna, variando de 0,74 a 0,89 para a amostra total estudada. (ANEXO D).

5.5 Procedimento de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por entrevistadoras, que seguiram as instruções constantes no Manual de Procedimentos para Coleta de Dados elaborada pelo grupo de pesquisa, sobre como recrutar mães para participar da pesquisa, como realizar o primeiro contato, como manejar a entrevista, entre outros aspectos.

As mães foram recrutadas, principalmente, através de creches, postos de saúde, agentes comunitárias, bem como por indicações de outras participantes. No primeiro contato, eram dadas informações a respeito da pesquisa, como os objetivos, a responsabilidade, o método empregado, entre outros. A inclusão na amostra foi condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Informado (ANEXO E). Cada participante era identificada apenas por um código constante no instrumento e seus dados pessoais eram colocados em uma ficha que era lacrada em um envelope logo no início da entrevista (ANEXO F).

Com o consentimento das mães, iniciava-se a coleta de dados, de forma individual, no local de preferência das mães (em geral a própria residência). As questões dos instrumentos eram lidas por uma entrevistadora que também registrava as respostas, enquanto as mães acompanhava a leitura em uma outra via impressa. As entrevistas tinham duração aproximada de uma a duas horas e, ao final, as participantes ganhavam um presente, procedimento usual em coleta de dados longa com pais, utilizado também em Keller (2007).

5.6 Análise dos dados

Os dados foram tabulados em uma planilha de dados nacional, a qual passou por diferentes verificações e conferências a fim de eliminar possíveis erros existentes. Foram, então, realizadas análises descritivas (média, desvio padrão e cálculo de frequência) de caracterização sociodemográfica das participantes. Para verificar diferenças significativas entre as características sociodemográficas das mães residentes nos contextos de capital e cidades pequenas, foram realizados testes-t (amostras independentes), comparando-se variáveis métricas entre os grupos. Também foram realizadas análises de qui-quadrado para verificar associação entre os contextos estudados e algumas variáveis sociodemográficas não-métricas da amostra.

Dentro de cada contexto, capital e cidades pequenas, foram conduzidos testes-t (amostras relacionadas) com o objetivo de comparar a importância atribuída pelas mães às dimensões de autonomia e interdependência de crenças sobre práticas e metas de socialização. Além disso, os escores das mães residentes nos dois contextos em crenças sobre práticas (autonomia e interdependência), metas de socialização (autonomia e interdependência) e aloctrismo familiar foram comparados utilizando-se o teste-t para amostras independentes. O nível de significância para essas análises foi de 0.001.

Visando especificar um pouco mais as dimensões de autonomia e interdependência nas escalas de crenças sobre práticas e metas de socialização, foram calculadas médias e desvios padrões de cada um dos itens destes instrumentos, bem como testes-t para verificar a existência de diferenças significativas nessas médias entre os dois grupos de mães estudados.

Por fim, para atingir ao objetivo de identificar a relação entre variáveis sociodemográficas e as dimensões de crenças sobre práticas (autonomia e interdependência), metas de socialização (autonomia e interdependência) e aloctrismo familiar das mães estudadas, realizou-se as seguintes análises: 1) Cálculo do Coeficiente de Correlação de

Pearson entre as variáveis; 2) Análise de Regressão Linear Múltipla (*stepwise*), através de dois modelos. No primeiro deles apenas as características sociodemográficas foram incluídas como variáveis independentes, e no segundo, além dessas variáveis, o contexto de residência das mães também foi utilizado (variável *dummy*)³. Considerando-se que o contexto de residência é uma variável nominal, a mesma não poderia ser utilizada na análise de regressão, uma vez que a mesma aceita apenas variáveis numéricas. Assim, atribui-se valor “1” ao fato de a participante residir em uma capital e valor “0” ao fato de ela morar uma cidade pequena.

Para essas últimas análises listadas (1 e 2), o N utilizado foi de 400 sujeitos, uma vez que os dados referentes a Santa Catarina ($n = 100$) e São Paulo ($n = 100$) não continham as informações da escolaridade das mães em anos e a renda mensal bruta das famílias, sendo estas variáveis coletadas através de faixas e, dessa forma, não recomendadas em uma Análise de Regressão.

³ Também denominada de variável binária, em que é atribuído um valor 0 e 1 para uma variável originalmente categórica, a fim de poder utilizá-la na análise de regressão.

6. RESULTADOS

6.1 Caracterização Sociodemográfica da Amostra

As mães residentes nas cidades de capital apresentaram uma média de idade de 30,53 anos (DP = 6,59). A maioria delas foi criada em contexto urbano (87,3%), tinha apenas um filho (56,5%) e, no momento da coleta de dados, estava casada ou vivia em união estável (75,5%). As mães residentes nas cidades pequenas de interior, por sua vez, possuíam em média 28,19 anos (DP = 6,03). A maioria delas foi criada na zona rural (62,9%), tinha um (44%) ou dois filhos (37,8%) e era casada ou vivia em união estável (83,3%). A religião católica foi predominante em ambos os grupos (capital - 53,2%; cidades pequenas - 63,2%). O resumo das principais características sociodemográficas das participantes encontra-se na Tabela 2.

Para verificar diferenças entre as características sociodemográficas das mães residentes nos contextos de capital e cidades pequenas, foram realizados testes-*t* para amostras independentes, comparando-se as seguintes variáveis métricas entre os grupos: idade das mães, número de pessoas que moram na residência da família, número de cômodos na residência e número de cômodos por pessoa na residência. Os resultados apontaram diferenças significativas para a idade ($t(596) = 4,56; p < 0,01$), indicando que as mães residentes nas capitais eram mais velhas que as mães das cidades pequenas do interior. Também foi verificado que, apesar de não haver diferenças no número de pessoas que moram na casa da família entre os dois grupos, nas capitais o número de cômodos é maior ($t(593) = 3,07; p < 0,01$), o que torna menor a proporção de pessoas por cômodo na casa (densidade habitacional) ($t(604) = 2,16; p < 0,05$) neste contexto.

Tabela 2: Resumo das principais características sociodemográficas das participantes

<i>Variáveis Sociodemográficas</i>	<i>Contexto</i>	
	Capital	Cidades Pequenas
	<i>Média (DP)</i>	
<i>Idade das mães (anos) **</i>	30,53 (6,59)	28,19 (6,03)
<i>Idade do filho mais novo (meses)</i>	34,31 (21,3)	32,90 (21,7)
<i>Número de filhos</i>	1,70 (0,99)	1,85 (1,00)
<i>Escolaridade das Mães ***</i>		%
1. Até o Ensino Fundamental incompleto	14,4	31,3
2. Ensino Fundamental completo ou Médio incompleto	14,4	21,8
3. Ensino Médio completo ou Superior incompleto	34,7	37,5
4. Ensino Superior completo ou Pós-Graduação	36,5	9,4
<i>Renda Familiar Mensal ***</i>		%
1. Até R\$ 500,00	13,4	31,9
2. De R\$ 501,00 a R\$ 1000,00	15,7	29,3
3. De R\$ 1001,00 a R\$ 2000,00	23,1	27,7
4. De R\$ 2001,00 a R\$ 3000,00	10,7	7,8
5. De R\$ 3001,00 a R\$ 4000,00	10,0	2,0
6. Acima de R\$ 4000,00	27,1	1,3
<i>Mães casadas ou com união estável (%)</i>	75,5	83,3
<i>Mães com trabalho remunerado (%)</i>	63,2	45,9
<i>Local de Criação das Mães ***</i>		%
Zona urbana	87,3	37,1
Zona rural	12,7	62,9
<i>Variáveis da Residência</i>		<i>M (DP)</i>
Número de pessoas vivendo na mesma casa	4,22 (1,58)	4,36 (1,53)
Número de cômodos na casa **	7,06 (2,93)	6,36 (2,63)
Densidade habitacional (nº de pessoas por cômodo) *	0,75 (0,64)	0,87 (0,71)

Diferença significativa (*t*): * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$

Associação significativa (χ^2): *** $p < 0,01$

Também foram realizadas análises de Qui-quadrado para verificar associação entre os contextos estudados e as seguintes variáveis sociodemográficas não-métricas da amostra: local de criação das mães (urbano ou rural), escolaridade e faixa de renda familiar mensal. Os resultados indicaram uma associação significativa entre o local de residência presente e o local em que as mães foram criadas ($\chi^2=161,55$; $gl = 1$; $p < 0,001$), sendo possível concluir que as mães da capital foram criadas predominantemente na capital e as mães das cidades pequenas no interior, havendo pouca migração de contextos. Este resultado é interessante para o presente estudo, uma vez que a migração poderia ser uma variável interveniente nos resultados relativos ao sistema de crenças das mães.

Com relação à variável escolaridade, também foi verificada uma associação com o contexto. As mães da capital e das cidades pequenas diferiram significativamente entre os quatro níveis educacionais considerados ($\chi^2=72,28$; $gl = 3$; $p < 0,001$). Como pode ser observado na Tabela 3, os valores referentes ao resíduo ajustado (> 2) indicam que enquanto as mães residentes nas capitais foram mais representativas no maior nível educacional (4 = 79%), as mães das cidades pequenas foram mais prevalentes nos três primeiros níveis (1 = 69,1%; 2 = 60,9%; 3 = 52,5%). Além disso, foi significativa a associação entre possuir ou não um trabalho remunerado e a faixa de escolaridade da mãe ($\chi^2= 83,76$; $gl = 3$; $p < 0,001$): entre as que não possuíam um trabalho, 59% tinham no máximo o ensino médio incompleto; já entre as que possuíam um trabalho, 73,9% tinham no mínimo o ensino médio completo.

Tabela 3: Teste qui-quadrado de associação entre o contexto (capital ou cidades pequenas) e o nível de escolaridade das mães.

		Nível de Escolaridade (NE)			
		1. Até o Ensino Fundamental incompleto	2. Fundamental completo ou Médio incompleto	3. Médio completo ou Superior incompleto	4. Ensino Superior completo ou Pós-Graduação
Capital	Frequência	43	43	104	109
	% dentro dos NEs	30,9%	39,1%	47,5%	79%
	Resíduo Ajustado	- 4,9	- 2,4	- 7,0	7,9
Cidades Pequenas	Frequência	96	67	115	29
	% dentro dos NEs	69,1 %	60,9%	52,5%	21%
	Resíduo Ajustado	4,9	2,4	7,0	- 7,9
Total	Frequência	139	110	219	138
	% dentro dos NEs	100%	100%	100%	100%

Por fim, também foi verificada uma associação significativa entre o contexto e as faixas de renda familiar mensal (1 – Até R\$ 500,00; 2 – De R\$ 501,00 a R\$ 1000,00; 3 – De R\$ 1001,00 a R\$ 2000,00; 4 – De R\$ 2001,00 a R\$ 3000,00; 5 – De R\$ 3001,00 a R\$ 4000,00; 6 – Acima de R\$ 4000,00) consideradas ($\chi^2=127,61$; $df = 6$; $p < 0,001$). A partir dos dados constantes na Tabela 4, pode-se verificar que nas duas maiores faixas de renda – referentes aos valores de R\$ 3001,00 a R\$ 4000,00 (5) e acima de R\$ 4000,00 (6) – são mais prevalentes as famílias das mães residentes na capital (83,3% e 95,3%). Já nas duas menores faixas de renda – referentes aos valores de até R\$ 500,00 ou R\$ 501,00 a R\$ 1000,00 – predominaram as mães das cidades pequenas.

Tabela 4: Teste qui-quadrado de associação entre o contexto (capital ou cidades pequenas) e a faixa de renda familiar mensal das mães

		Faixa de Renda Familiar Mensal (FR)					
		Até R\$ 500,00	De R\$ 501,00 a R\$ 1000,00	De R\$ 1001,00 a R\$ 2000,00	De R\$ 2001,00 a R\$ 3000,00	De R\$ 3001,00 a R\$ 4000,00	Acima de R\$ 4000,00
Capital	Frequência	40	47	69	32	30	81
	% dentro das FRs	29%	34,4%	44,8%	57,1%	83,3%	95,3%
	Resíduo Ajustado	- 5,4	- 4,0	- 1,3	1,2	4,2	9,1
Cidades Pequenas	Frequência	98	90	85	24	6	4
	% dentro das FRs	71%	65,7%	55,2%	42,9%	16,7%	4,7%
	Resíduo Ajustado	5,4	4,0	1,3	- 1,2	- 4,2	- 9,1
Total	Frequência	138	137	154	56	36	85
	% dentro das FRs	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A partir desses resultados referentes às características sociodemográficas das mães, pôde-se identificar algumas diferenças e similaridades entre os grupos. Nas capitais as mães são mais velhas, possuem maior nível de escolaridade e uma maior faixa de renda familiar mensal, além de residirem em uma casa com maior número de cômodos que as mães de cidades pequenas de interior. Por outro lado, em ambos os grupos boa parte das mães possui um parceiro fixo, vivendo em uma composição de família nuclear, com um ou dois filhos, sendo a maioria católica.

6.2 Crenças sobre práticas de cuidado, Metas de socialização e Alocentrismo familiar: semelhanças e diferenças entre contextos

A importância atribuída às dimensões de autonomia e interdependência nas escalas de crenças sobre práticas de cuidado e metas de socialização variou entre os dois contextos estudados, indicando especificidades em cada um deles. Examinando-se os contextos separadamente, nas cidades pequenas, como esperado, as mães valorizaram mais as crenças sobre práticas de cuidado voltadas a interdependência ($M = 3,61$; $DP = 0,76$) do que as de

autonomia ($M = 3,33$; $DP = 0,74$), [$t(306) = 4,38$; $p < 0,001$]. O mesmo ocorreu em relação às metas de socialização. As mães enfatizaram mais as metas interdependentes ($M = 3,78$; $DP = 0,67$) do que as de autonomia ($M = 3,49$; $DP = 0,81$), [$t(306) = 7,06$; $p < 0,001$].

Já nos contextos de capitais, verificou-se um padrão diferente de respostas das mães. Ambas as dimensões foram valorizadas igualmente, não sendo identificadas diferenças significativas na importância atribuída às práticas de autonomia ($M = 3,35$; $DP = 0,78$) e interdependência ($M = 3,36$; $DP = 0,81$). Da mesma forma, não foi significativa a diferença entre metas de autonomia ($M = 3,64$; $DP = 0,79$) e interdependência ($M = 3,53$; $DP = 0,82$).

As comparações entre os dois grupos confirmam que as mães apresentam sistemas de crenças diferenciados. Essa diferença se apresenta somente em relação à dimensão de interdependência. As mães residentes nas cidades pequenas de interior apresentaram médias significativamente maiores nas crenças sobre práticas interdependentes ($M = 3,61$; $DP = 0,76$) do que as mães das capitais ($M = 3,36$; $DP = 0,81$), [$t(604) = 3,8$; $p < 0,001$]. Em relação à valorização de aspectos interdependentes nas metas de socialização, o mesmo tipo de resultado foi encontrado. As médias das mães das cidades pequenas ($M = 3,78$; $DP = 0,67$) são maiores do que as das mães das capitais ($M = 3,53$; $DP = 0,82$), [$t(604) = 3,98$; $p < 0,001$].

Quanto à dimensão autônoma dos dois instrumentos, não foram verificadas diferenças significativas entre os contextos, indicando que tanto nas cidades pequenas como nas capitais as mães valorizam igualmente esta dimensão. Este resultado indica que as mães dos dois contextos valorizam igualmente a autonomia, porém as mães das cidades pequenas, comparadas com as mães das capitais, enfatizam ainda mais o aspecto interdependente tanto para crenças sobre práticas quanto para metas de socialização. Já no contexto urbano, as duas dimensões são igualmente valorizadas, mas a dimensão interdependente é menos importante do que para as mães das cidades pequenas.

Finalmente, para complementar esse quadro de informações sobre os sistemas de crenças das mães dos dois contextos, foram comparados os resultados dos dois grupos na escala de alocentrismo, que indica a valorização e proximidade de relações familiares. Tal como esperado, de acordo com evidências da literatura, no nas cidades pequenas de interior as mães apresentaram um grau de alocentrismo familiar significativamente maior que na capital ($t(604) = 3,54$; $p < 0,001$). A Tabela 5 apresenta os principais resultados referente às crenças sobre práticas, metas de socialização e alocentrismo familiar entre as mães das capitais e das cidades pequenas.

Tabela 5: Comparação das dimensões de interdependência e autonomia nas crenças sobre práticas, metas de socialização e do alocentrismo familiar dentre e entre os grupos de mães.

	Capitais M (DP)	Cidades Pequenas M (DP)	<i>t (604)</i>
Crenças sobre Práticas			
Interdependência	3,36 (0,81)	3,61 (0,75)	3,80*
Autonomia	3,35 (0,78)	3,33 (0,74)	0,18
	<i>t(298) = 0,27</i>	<i>t(306) = 4,38*</i>	
Metas de Socialização			
Interdependência	3,53 (0,82)	3,78 (0,67)	3,98*
Autonomia	3,64 (0,79)	3,49 (0,81)	2,4
	<i>t(298) = 2,43</i>	<i>t(306) = 7,06*</i>	
Alocentrismo Familiar			
	3,33 (0,51)	3,46 (0,41)	3,54*

* $p < ,001$

Uma vez constatadas diferenças nas dimensões de autonomia e interdependência nas crenças sobre práticas de cuidado e metas de socialização das mães das capitais e de cidades pequenas, optou-se ainda por verificar, dentro de cada escala, quais itens especificamente contribuíram para essas diferenças. As Tabelas 6 e 7 apresentam as médias das mães dos dois

contextos em cada item da escala de crenças sobre práticas e metas de socialização, respectivamente, bem como os valores do teste *t*.

Na escala de crenças sobre práticas de cuidado (Tabela 6), entre as mães das capitais, o item de maior média foi “É importante embalar (ninar) um bebê que chora para consolá-lo”, enquanto que as mães de cidades pequenas atribuíram maior valor à crença de que “Um bebê deve sempre estar perto de sua mãe, para que ela possa reagir imediatamente aos seus sinais”. O item que apareceu em segundo lugar, tanto entre as mães das capitais quanto nas cidades pequenas foi “Nunca é cedo demais para se começar a dirigir a atenção do bebê para objetos e brinquedos”. Já o item “Não é necessário atender imediatamente um bebê que chora” foi o menos valorizado pelas mães de ambos os contextos estudados.

Na dimensão de autonomia, dois itens apresentaram médias com diferenças estatisticamente significativas entre as mães dos dois contextos: (1) “Não é necessário atender imediatamente um bebê que chora”, o qual, apesar de ser o menos valorizado entre as mães de ambos os grupos, foi um pouco melhor avaliado pelas mães residentes nas cidades pequenas; e (2) “É bom para o bebê dormir sozinho”, o qual foi mais pontuado pelas mães das capitais. Também na dimensão de interdependência, médias de dois itens apresentaram diferenças estatisticamente significativas: (1) “É importante embalar (ninar) um bebê que chora para consolá-lo”, mais valorizado pelas mães do grupo das capitais; e (2) “Um bebê deve sempre estar perto de sua mãe, para que ela possa reagir imediatamente aos seus sinais”, considerado como mais importante pelas mães das cidades pequenas.

Tabela 6: Médias, desvios-padrões e comparações entre os contextos nos itens da escala de Crenças sobre Práticas

<i>Itens</i>	<i>Capitais</i>		<i>Cidades Pequenas</i>		<i>t (604)</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
Autonomia					
Dormir a noite toda deve ser treinado o mais cedo possível.	3,87	1,28	3,92	1,24	0,17
Não é necessário atender imediatamente um bebê que chora.	2,41	1,43	2,50	1,53	0,77*
Nunca é cedo demais para se começar a dirigir a atenção do bebê para objetos e brinquedos.	4,03	1,20	4,13	1,09	1,03
É bom para o bebê dormir sozinho.	3,61	1,36	3,38	1,50	1,91**
Deve-se deixar que os bebês chorem um pouco para ver se eles se consolam sozinhos.	2,83	1,38	2,76	1,30	0,64
Interdependência					
É importante embalar (ninar) um bebê que chora para consolá-lo.	4,08	1,03	3,85	1,15	2,54 *
Ginástica faz um bebê forte	2,96	1,51	3,13	1,41	1,48
Se um bebê está enjoadinho, deve ser logo pego no colo.	3,40	1,32	3,73	1,28	3,04
Quando um bebê chora deve-se dar o peito a ele imediatamente.	2,60	1,37	3,09	1,36	4,45
Um bebê deve sempre estar perto de sua mãe, para que ela possa reagir imediatamente aos seus sinais	3,81	1,29	4,25	1,06	4,66**

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$

Na escala de metas de socialização (Tabela 7), o item considerado mais importante pelas mães de ambos os grupos foi “Aprender a obedecer seus pais”, seguido de “Desenvolver um senso de identidade” entre as mães das capitais e “Aprender a obedecer a pessoas mais velhas” entre as das cidades pequenas. O item menos valorizado nos dois contextos foi “Desenvolver competitividade”. Na dimensão de autonomia, verificou-se diferença estatisticamente significativa nas médias atribuídas pelas mães residentes nas capitais e cidades pequenas em apenas um item: “Desenvolver um senso de identidade”, o qual foi mais pontuado pelo grupo das capitais. Já na dimensão de interdependência, médias de três itens apresentaram diferenças estatisticamente significativas, todos mais valorizados pelas mães residentes nas cidades pequenas: “Aprender a obedecer seus pais”, “Aprender a obedecer a pessoas mais velhas” e “Aprender a animar os outros”.

Tabela 7: Médias, desvios-padrões e comparações entre os contextos nos itens da escala de Metas de Socialização

<i>Itens</i> <i>Durante os primeiros três anos de vida, as crianças deveriam:</i>	<i>Capitais</i>		<i>Cidades Pequenas</i>		<i>t (604)</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
Autonomia					
Desenvolver independência.	3,53	1,24	3,28	1,31	2,42
Desenvolver auto-confiança.	3,97	1,08	3,79	1,13	1,97
Desenvolver um senso de auto-estima.	4,05	1,16	3,87	1,11	2,02
Desenvolver competitividade.	2,51	1,33	2,71	1,34	1,89
Desenvolver um senso de identidade.	4,18	,996	3,81	1,14	4,16**
Interdependência					
Aprender a controlar as emoções.	2,85	1,33	3,02	1,33	1,50
Aprender a obedecer seus pais.	4,38	,808	4,65	,600	4,62**
Aprender a obedecer a pessoas mais velhas.	4,17	,985	4,57	,694	5,68**
Aprender a cuidar do bem-estar dos outros.	3,21	1,36	3,32	1,31	1,05
Aprender a animar os outros.	3,08	1,37	3,36	1,20	2,64*

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$

6.3 Relações entre as dimensões de Crenças sobre Práticas, Metas de Socialização e Alocentrismo Familiar com as características sociodemográficas dos contextos

Visando verificar a relação entre variáveis sociodemográficas e as dimensões de crenças sobre práticas (autonomia e interdependência), metas de socialização (autonomia e interdependência) e alocentrismo familiar das mães estudadas, realizou-se uma análise em duas etapas. Inicialmente, calculou-se o Coeficiente de Correlação de Pearson entre as variáveis de interesse. Após isso, a fim de determinar mais precisamente o papel das variáveis explicativas em cada uma das variáveis dependentes, foram realizadas análises de Regressões Múltiplas (*stepwise*), através de dois modelos: 1) no primeiro deles apenas as características sociodemográficas foram incluídas como variáveis independentes, e 2) no segundo, além dessas variáveis, o contexto de residência das mães também foi utilizado (variável *dummy*).

Na Tabela 8 são apresentados os resultados referentes à Matriz de Correlação entre as variáveis estudadas. Como pode ser observado, a escolaridade das mães correlacionou-se positivamente com a dimensão autônoma de crenças sobre práticas e metas de socialização, indicando que quanto mais anos de escolaridade as mães possuem, mais elas valorizam a autonomia dos filhos. Ainda, o número de filhos correlacionou-se negativamente com crenças sobre práticas autônomas, apontando que quanto menos filhos, maior é a importância atribuída a essa dimensão. Também foi verificada uma correlação positiva entre a densidade habitacional e o escore de metas autônomas, ou seja, quanto mais cômodos por pessoa na casa, mais as mães valorizam essas metas.

Já a dimensão interdependente de crenças sobre práticas e metas de socialização correlacionou-se negativamente com a idade, escolaridade e renda das mães, assim como positivamente com a densidade habitacional das mesmas. Além disso, foi verificada uma correlação positiva entre o número de filhos e as crenças sobre práticas relacionais, bem como uma correlação negativa entre a idade da criança e essa mesma dimensão. Esses dados indicam que quanto mais novas, com menos anos de escolaridade, menor renda familiar e maior número de pessoas por cômodos na residência, mais as mães atribuem importância ao caráter interdependente no desenvolvimento dos filhos. Algumas especificidades das crianças, como a idade das mesmas e a quantidade de filhos, parecem estar mais relacionadas com as crenças sobre práticas relacionais, sendo estas mais valorizadas em função de uma menor idade da criança e uma maior quantidade de filhos. Por fim, o grau de aloctrismo familiar das mães não apresentou correlação significativa com nenhuma variável sociodemográfica, o que indica que esta dimensão não foi afetada pelas mesmas.

Tabela 8: Matriz de Correlação entre variáveis sociodemográficas e as dimensões de crenças sobre práticas, metas de socialização e aloctrismo familiar

	<i>Idade da mãe</i>	<i>Escolaridade da mãe (anos)</i>	<i>Número de filhos</i>	<i>Idade da criança</i>	<i>Renda familiar mensal</i>	<i>Densidade Habitacional</i>
Práticas Autônomas	-0,028	0,147**	-0,111**	0,018	0,043	0,006
Práticas Interdependentes	-0,090*	-0,283**	0,154**	-0,098*	-0,268**	0,199**
Metas Autônomas	0,071	0,178**	-0,033	0,042	0,086	-0,047
Metas Interdependentes	-0,126**	-0,152**	0,030	0,003	-0,213**	0,138**
Aloctrismo Familiar	0,020	-0,005	-0,016	-0,002	-0,055	0,030

** $p < 0,01$ * $p < 0,05$

Os resultados referentes à análise de regressão múltipla, sem incluir o contexto de residência da mãe (Tabela 9), confirmaram e refinaram os dados obtidos com a matriz de correlação. O modelo para crenças sobre práticas autônomas incluiu somente a variável “anos de escolaridade” da mãe, a qual se mostrou positivamente associada à dimensão. Essa mesma variável também foi a única a ser incluída e positivamente associada no modelo para metas de socialização autônomas. O modelo que apresentou melhor porcentagem de variância explicada (12%) foi o de práticas interdependentes, sendo incluídas as variáveis “anos de escolaridade da mãe”, “idade da criança” e “renda familiar mensal”, todas negativamente associadas à dimensão; bem como a variável “densidade habitacional”, positivamente associada. No último modelo, de metas relacionais, foi incluída apenas a variável “renda familiar mensal”.

Tabela 9: Modelos de regressão múltipla (*stepwise*) prevendo efeitos de variáveis sociodemográficas sobre as dimensões de crenças sobre práticas de cuidado e metas de socialização

Modelo	Variável Dependente	Constante (DP)	Anos de Escolaridade	Densidade Habitacional	Idade da Criança	Renda Mensal	F	R ²
M1	Práticas Autônomas	3,25** (0,039)	0,116** (0,039)				8,74**	0,022
M2	Práticas Interdependentes	3,56** (0,037)	-0,127** (0,049)	0,091* (0,039)	-0,078* (0,038)	-0,096** (,048)	13,42**	0,120
M3	Metas Autônomas	3,50** (0,041)	0,149** (0,041)				2,99**	0,038
M4	Metas Interdependentes	3,61** (0,037)				-0,159** (0,037)	8,27**	0,044

* $p < ,05$ ** $p < ,01$

A análise de regressão múltipla incluindo-se também o contexto de residência da mãe como variável *dummy*, confirmou que o contexto afeta somente a dimensão interdependente das crenças sobre práticas e das metas de socialização, não possuindo efeito sobre a dimensão autônoma. No modelo de crenças sobre práticas relacionais ($F = 12,98$; $p < ,001$), a variância explicada foi de 13% e a variável “morar nas cidades pequenas” foi significativa e positivamente associada a essa dimensão ($\beta = ,237$; $DP = ,081$; $p < ,001$). As outras variáveis inclusas no modelo foram a escolaridade da mãe ($\beta = -,141$; $DP = ,042$; $p < ,001$) e a idade do filho mais novo ($\beta = -,080$; $DP = ,038$; $p < ,05$), as quais se mostraram negativamente associadas, bem como a densidade habitacional ($\beta = ,087$; $DP = ,039$; $p < ,05$), que se apresentou positivamente associada. No modelo de metas de socialização relacionais ($F = 13,89$; $p < ,001$), a variância explicada foi de 7%, sendo a variável “morar nas cidades pequenas” também significativa e positivamente associada a essa dimensão ($\beta = ,252$; $DP = ,083$; $p < ,001$), juntamente com a renda familiar ($\beta = -,102$; $DP = ,041$; $p < ,05$), a qual se mostrou negativamente associada.

7. DISCUSSÃO

No presente estudo, assume-se o pressuposto de que o sistema de crenças que mães e pais possuem a respeito das formas de criação e cuidado dos filhos está relacionado com o ambiente físico, social e cultural em que a família vive, fazendo parte do nicho de desenvolvimento, conforme apontado por Harkness e Super (1992). Ao mesmo tempo, concebe-se que o cuidado parental, e conseqüentemente as idéias e crenças que os pais possuem a respeito dele, é eliciado por mecanismos biológicos que se mostraram eficazes ao longo da evolução para garantir a sobrevivência da espécie, em função da dependência e imaturidade do filhote humano durante a sua infância (Keller, 2007).

Diante disso, focando-se nas relações mãe-criança durante a primeira infância, este estudo buscou investigar dimensões de autonomia e interdependência nas crenças sobre práticas maternas durante o primeiro ano de vida do bebê e nas metas de socialização que as mães possuem a respeito do desenvolvimento de seus filhos, bem como o grau de aloctrismo familiar que as mesmas apresentam, em dois contextos distintos: cidades pequenas e capitais, distribuídas em seis estados do Brasil.

Como já apontado anteriormente, diferente das pesquisas que vêm sendo realizadas por Keller (2007; 2009), o presente estudo não buscou trabalhar com modelos culturais prototípicos, mas, focar na investigação de distintos contextos brasileiros, com graus diversos de urbanização, tendo como objetivo contemplar a variação existente. Os resultados obtidos confirmam os pressupostos assumidos, indicando uma complexa relação entre tais crenças e as características do contexto em que as mães residem. Foram verificadas algumas semelhanças entre os locais estudados, bem como diferentes ênfases nas crenças em função de especificidades de cada contexto.

Inicialmente vale ressaltar alguns aspectos relativos às características sociodemográficas dos contextos estudados, os quais dão suporte e auxiliam na discussão das semelhanças e diferenças verificadas com relação às dimensões de autonomia e interdependência nas crenças sobre práticas, metas de socialização e no alocentrismo familiar das mães. Na capital, verificou-se que as mães eram mais velhas, possuíam em média apenas um filho e possuíam maior escolaridade que as mães residentes nas cidades pequenas de interior, dados que indicam a valorização do ensino e a postergação do nascimento do primeiro filho. Além disso, estas mães também possuíam maior renda mensal e uma residência com mais número de cômodos do que o verificado nas cidades pequenas de interior. Apesar de serem mais novas, as mães residentes nas cidades pequenas não apresentaram número de filhos mais elevado que as da capital.

Com relação às dimensões de crenças investigadas, verificou-se que as mães dos dois grupos estudados valorizaram a autonomia, mas diferiram no “balanço” que elas estabelecem entre a autonomia e a interdependência. Nas cidades de capital, as mães valorizaram igualmente a autonomia e a interdependência. Já nas cidades pequenas de interior, as mães valorizaram mais a interdependência do que a autonomia, tanto em suas crenças sobre práticas quanto em suas metas de socialização.

A diferença existente entre as crenças parentais de contextos rurais e urbanos tem sido interpretada na literatura como decorrente de especificidades na organização social de cada um deles (Triandis, 1989). No entanto, estudos mais recentes, como o de Seidl de Moura e cols. (2008), têm focado não somente essa dicotomia rural *versus* urbano, mas diferentes níveis de urbanização, baseados no tamanho da população e no nível de escolarização dos participantes. Considera-se, assim, que os dados encontrados no presente estudo dão suporte a esta hipótese e expandem seu poder de explicação. Verificou-se que diferentes graus de urbanização influenciam as etnoteorias voltadas às dimensões de autonomia e

interdependência. Além disso, os resultados corroboram com a tendência atual de reconhecer a co-existência dessas duas dimensões, tanto em um nível individual quanto em um nível cultural, com diferentes ênfases em cada uma delas de acordo com características do contexto (Keller, Yovsi & cols., 2004; Keller, Demuth & cols., 2008; Kagitçibasi 1996, 2005, 2007).

Os resultados encontrados entre as mães residentes nas cidades pequenas, com uma maior ênfase na interdependência, mostram-se consistentes com estudos previamente realizados no Brasil, em que a valorização do grupo social também foi verificada (Kobarg & Vieira, 2008; Ruela, 2006; Ruela & Seidl de Moura, 2007). Tais estudos foram conduzidos com mães residentes em comunidades rurais isoladas, diferente das pequenas cidades aqui investigadas que tinham até 24.000 habitantes e eram relativamente distantes das capitais. No entanto, considera-se que tais similaridades encontradas possam estar relacionadas à maior limitação de aspectos sociais, econômicos e de infra-estrutura, quando comparados com as cidades de capital onde há mais oportunidades para crescimento pessoal, educacional e profissional.

Esses resultados referentes às mães residentes nas cidades pequenas também podem ser comparados com os dados obtidos nos estudos de Keller e seus colaboradores com mães de comunidades rurais Camaronesas (Nso), consideradas tradicionalmente interdependentes (Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Lamm & cols., 2006; Kartner & cols., 2007; Lamm & cols., 2008). A autora tem verificado que tais mães valorizam predominantemente a dimensão interdependente, em detrimento da autonomia, no cuidado dos filhos. Nesse sentido, elas preconizam tanto a proximidade e o contato interpessoal com as crianças, quanto a adequação dos filhos às normas sociais da comunidade, focando-se na obediência, no respeito à autoridade, na conformidade às regras, na participação nas atividades familiares, além da responsabilidade pelos outros desde cedo.

Além da maior valorização da interdependência, as mães residentes nas cidades pequenas também se apresentaram mais próximas de sua família de origem, com maior grau de aloctrismo familiar do que as mães das capitais. O aloctrismo refere-se a um conjunto de sentimentos, atitudes e crenças pessoais relacionados à proximidade com o outro, uma vez que indicam o grau em que as metas de socialização e comportamentos são orientados para o grupo social. Resultados encontrados no presente estudo corroboram dados teóricos e empíricos que sugerem que em contextos em que a interdependência é forte, é também esperado um alto grau de aloctrismo familiar (Keller, Lamm & cols., 2006; Lay & cols., 1998).

Um resultado que não era esperado refere-se ao fato de as mães residentes nas capitais não diferirem no “balanço” estabelecido entre a autonomia e a interdependência no cuidado dos filhos, ou seja, tais mães valorizaram igualmente estas duas dimensões. Considerando-se as expectativas relativas aos ambientes altamente urbanizados, com a presença de um modelo cultural que privilegia a autonomia e a independência desde cedo (Keller, 2007), esperar-se-ia encontrar resultados significativos nessas comparações, no sentido de uma maior valorização da dimensão de autonomia nas crenças sobre práticas e nas metas de socialização entre as mães das capitais.

No entanto, essa ausência de diferenças parece corroborar com os dados obtidos em estudos anteriores com mães de contextos urbanos do Brasil, como o de Seidl de Moura e cols. (2008), por exemplo, que indica um sistema de crenças que privilegia o desenvolvimento de um *self* autônomo-relacional na amostra brasileira como um todo. Tal estudo aponta para a valorização de aspectos que focam tanto a autonomia quanto a interdependência dos filhos. Segundo os autores, em geral, as mães brasileiras desejam que os seus filhos sejam felizes, saudáveis, auto-confiantes, assertivos, que façam boas decisões e tenham uma boa educação.

Ao mesmo tempo, valorizam também qualidades como um comportamento apropriado da criança no grupo de pares e o cumprimento de regras dentro do grupo familiar.

Ainda pode-se acrescentar que os resultados encontrados no presente estudo, bem como em outras pesquisas que vêm sendo realizadas no contexto brasileiro, como a de Seidl de Moura e cols. (2008), apontam mudanças no padrão cultural do país em termos de individualismo e coletivismo. Nos anos 90, o Brasil, quando comparado com outras nações, havia sido caracterizado como um país em que predominava o coletivismo (Torres & Dessen, 2006). Nesse sentido, pode-se destacar que pesquisas mais recentes têm identificado também a presença do individualismo e da autonomia no país, sem deixar de lado o coletivismo tradicional.

Além de não haver diferenças na valorização da autonomia e da interdependência entre as mães das capitais, um outro resultado interessante refere-se ao fato de a autonomia ter sido valorizada igualmente pelas mães residentes nas capitais e nas cidades pequenas. Da mesma forma, esperava-se que esta dimensão fosse considerada mais importante pelas mães das capitais. Apesar disso, tais dados parecem corroborar com as idéias de Keller, Lamm e cols. (2006) em seu estudo multicultural, através dos quais os autores discutem que concepções de autonomia modificam-se mais rapidamente do que concepções de interdependência. Segundo os autores, isso ocorre possivelmente em função de mudanças no estilo de vida da população, sendo que as mães residentes nas cidades pequenas acabaram incorporando e valorizando dimensões que focalizam a autonomia no cuidado e desenvolvimento dos filhos. Porém, as dimensões de interdependência, voltadas principalmente para a proximidade interpessoal e o acatamento de regras, não foram deixadas de lado por estas mães, sendo ainda mais intensamente valorizadas que as primeiras.

Os resultados relativos a valorização da autonomia em ambos os contextos também podem ser comparados aos de Friedlmeier e cols. (2008), em um estudo que investigou metas

de socialização de mães alemãs e de mães brasileiras residentes em uma região industrializada e urbanizada. Os autores verificaram um modelo mais coletivista/interdependente na amostra brasileira, porém não identificaram diferenças entre os grupos quanto às metas independentes/autônomas. Portanto, concluem que valores da modernidade parecem estar combinados a orientações mais tradicionais nas regiões urbanizadas do Brasil. Os dados obtidos no presente estudo dão suporte a esses achados e, por sua vez, também os ampliam, no sentido de indicar que tais valores já estão indo além dos grandes centros urbanos e atingindo cidades com menores graus de urbanização.

Pode-se hipotetizar, assim, que essa valorização da autonomia em ambos os contextos esteja relacionada com algumas transformações que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos anos. Dentre essas mudanças, Dessen e Torres (2002) citam a globalização e a modernização, os novos padrões de consumo e a flexibilidade no mundo do trabalho. Para essas autoras, tais fatores macro-sociais e históricos possivelmente modificaram as características das famílias brasileiras e conseqüentemente as idéias acerca do desenvolvimento da criança e a maneira de criar os filhos. Biasoli-Alves (2002) cita ainda alguns aspectos mais específicos como o aumento da escolarização, a entrada cada vez mais precoce das crianças na escola, as alterações dos papéis femininos e masculinos, bem como a disseminação dos conhecimentos científicos como base para a orientação das relações interpessoais. Além disso, pode-se citar também a maior facilidade e disseminação de informação através dos meios de comunicação, como o acesso à televisão, principalmente, mas também internet e meios impressos como jornais e revistas.

Os dados obtidos através da análise de regressão, porém, indicaram que a alta escolaridade das mães constitui-se como o principal fator que exerce efeito sobre sua valorização da autonomia. Outros estudos, realizados dentro e fora do Brasil, também encontraram resultados semelhantes no que se refere ao nível de escolaridade das mães, a qual

é considerada variável chave para o estudo da parentalidade (Goodnow, 1988; Lordelo & cols., 2000; Suizzo, 2002; Seidl de Moura & cols., 2004; Kobarg & Vieira, 2008; Piovanotti, 2007).

No caso do Brasil, o aumento da escolarização é um fator que parece exercer grande influência na estrutura do cotidiano das pessoas, trazendo reflexos também na forma de criar e educar os filhos (Biasoli-Alves, 2002). Segundo dados do IBGE (2000), a situação da educação no Brasil apresentou melhorias significativas na última década do século XX: entre os anos de 1991 e 2000, houve um aumento de 17,2% da população acima de 25 anos de idade que possuem curso superior completo (graduação, mestrado ou doutorado). Além disso, entre 1970 e 2002 a taxa de população analfabeta no país caiu de 33,6% para 11,8% (IBGE, 2002).

Pode-se hipotetizar aqui que a ênfase dada para a autonomia por mães que possuem um maior nível de escolaridade, tenha relação com a preparação de seus próprios filhos para o mercado de trabalho. Atualmente, a educação das crianças foca-se em aprimorá-las para a sua profissionalização e sucesso na vida adulta. As carreiras mais bem pagas, em geral, requerem um longo tempo de estudo, sendo necessário um curso de graduação e, muitas vezes, uma pós-graduação. Assim, qualidades como auto-aprimoramento e desenvolvimento pessoal teriam um grande valor, canalizando esforços dos pais para práticas e metas autônomas.

Por outro lado a análise de regressão indicou que a escolaridade da mãe mostrou-se negativamente correlacionada a dimensão de interdependência, somente na escala de crenças sobre práticas. Esse resultado também era esperado, uma vez que outros estudos já vêm demonstrando que na medida em que a escolaridade da mãe aumenta, maior é a valorização da autonomia e da estimulação, mas menor é a ênfase na interdependência (Suizzo, 2002; Seidl de Moura & cols., 2004; Kobarg & Vieira, 2008; Piovanotti, 2007).

Os itens componentes da dimensão de crenças sobre práticas voltadas a interdependência relacionam-se, principalmente ao contato e proximidade corporal da mãe com a criança. Nesse sentido, é possível sugerir que, mães com maior nível de escolaridade, provavelmente tinham menos disponibilidade de garantir essa proximidade física com os filhos, possivelmente em função de sua inserção no mercado de trabalho. Essa hipótese confirma-se através da associação significativa existente entre a escolaridade das mães e o fato de as mesmas terem ou não um trabalho remunerado. Mães com maior nível de escolaridade apresentaram-se significativamente mais inseridas no mercado de trabalho.

As outras variáveis sociodemográficas que apresentaram efeito nos modelos de interdependência foram a idade da criança foco, a densidade habitacional e a renda familiar mensal. A análise indicou que quanto mais novas as crianças, quanto menor a renda e quanto mais pessoas por cômodo na residência, maior é a valorização da dimensão de interdependência pelas mães, principalmente no que diz respeito as suas crenças sobre práticas de cuidado no primeiro ano de vida da criança. Esse resultado também pode ser discutido a partir dos estudos que já vem sendo realizados em contextos tradicionalmente considerados interdependentes, em que são verificadas mais pessoas residindo na casa, menor renda e escolaridade dos pais (Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Lamm & cols., 2006; Kartner & cols., 2007; Lamm & cols., 2008).

Quanto a relação negativa verificada entre idade da criança e crenças maternas a respeito de interdependência, vale citar dados semelhantes obtidos no estudo de Martins (2009), a qual investigou dimensões de cuidado primário e estimulação entre mães com filhos até seis anos. A autora verificou que quanto mais novo o filho, maior é a realização de cuidados primários (dimensão ligada a interdependência) e que, ao longo da idade, mais as mães realizam e valorizam práticas de estimulação (dimensão ligada a autonomia).

Por fim, a análise de regressão em que foi inserido o contexto como uma variável *dummy* complementou esses resultados e confirmou que o contexto afeta somente a dimensão interdependente das crenças sobre práticas e das metas de socialização, não possuindo efeito sobre a dimensão autônoma. Ou seja, pode-se afirmar que o fato de morar em cidades pequenas faz a diferença para que a dimensão interdependente seja valorizada, juntamente com a escolaridade da mãe, idade do filho e renda familiar. Esses resultados confirmam a manifestação da dimensão de interdependência tanto a nível cultural, influenciada pelo contexto, quanto a nível individual, influenciada por características mais pessoais (Keller, Yovsi & cols., 2004; Keller, Demuth & cols, 2008; Kagitçibasi 1996, 2005, 2007).

Vale mencionar ainda que os modelos da análise de regressão explicaram pouco a variância, provavelmente em função de que outras variáveis do nicho de desenvolvimento, não inclusas no estudo, também devem ajudar na porcentagem explicada. Pode-se citar, por exemplo, o nível de desenvolvimento da criança, a rede de apoio social da família, a qualidade do ambiente familiar, entre outras.

Para finalizar, além de considerar as dimensões de autonomia e interdependência como um todo, serão apresentados a seguir alguns dados a respeito da análise das médias atribuídas aos itens de cada escala, a fim de vislumbrar uma melhor compreensão de como se delineiam tais dimensões entre as mães dos dois grupos estudados. Na escala de crenças sobre práticas, por exemplo, o item mais pontuado pelas mães das capitais foi “É importante embalar (ninar) um bebê que chora para consolá-lo”, enquanto que as mães de cidades pequenas atribuíram maior valor à crença de que “Um bebê deve sempre estar perto de sua mãe, para que ela possa reagir imediatamente aos seus sinais”. Com esse resultado, pode-se afirmar que ambos os grupos valorizaram em primeiro lugar um item da dimensão de interdependência, que foca a proximidade e o calor emocional com o bebê, porém em resposta a diferentes estímulos do mesmo.

Enquanto as mães das capitais afirmam esperar um estímulo da criança, para então responder à mesma; as mães das cidades pequenas relatam que, antes de o bebê apresentar algum sinal, já ficam próximas do filho para poder reagir imediatamente. Esses itens escolhidos por cada um dos grupos, inclusive, apresentaram diferenças estatisticamente significativas quando comparadas suas médias, apontando para especificidades importantes nas crenças relativas à proximidade e responsividade frente aos estímulos infantis.

Uma semelhança encontrada entre os dois grupos foi o reconhecimento da importância de voltar a atenção do bebê para objetos e brinquedos desde cedo. É possível que tal valorização seja influenciada pelo fato de esta ser uma prática bastante explorada e estimulada pelos meios que os pais obtêm informação a respeito das formas de criação dos filhos, como a televisão, revistas especializadas e profissionais da área da saúde e educação.

Já na escala de metas de socialização, a obediência aos pais, também pertencente à dimensão de interdependência, foi considerado o aspecto mais importante para o desenvolvimento dos filhos, tanto entre as mães das capitais quanto das cidades pequenas. No entanto, tal obediência foi ainda mais valorizada nas cidades pequenas do que nas capitais, onde ao mesmo tempo foram focalizados aspectos mais voltados ao desenvolvimento pessoal da criança, como um senso de identidade. Esses resultados vão ao encontro da literatura no que diz respeito a uma maior ênfase na hierarquia e adequação às normas sociais em contextos em que a interdependência é mais forte (Keller, Borke & cols., 2005; Keller, Lamm & cols., 2006; Kartner & cols., 2007; Lamm & cols., 2008). Ainda de acordo com Keller (2009), a dimensão de interdependência é formada tanto pela proximidade interpessoal quanto pela hierarquização social. A partir dos resultados obtidos na escala de metas de socialização, assim como na de crenças sobre práticas, verifica-se que as mães residentes nas cidades pequenas valorizaram ambos os aspectos com mais intensidade que as mães das capitais.

Um último resultado que vale ser mencionado ainda com relação a escala de metas, foi a baixa valorização, em ambos os grupos, do item que se refere ao desenvolvimento da competitividade nos filhos. Considerando-se que a autonomia foi valorizada em ambos os grupos, esperava-se que, da mesma forma, a competitividade também fosse bastante pontuada, principalmente nas capitais. No entanto, é possível que tal posicionamento das mães tenha relação com o fato de elas desejarem que seus filhos obtenham sucesso por méritos próprios, sem precisar competir e ser melhor que as outras crianças.

Após descrever e discutir os principais dados obtidos na presente pesquisa, apresenta-se a seguir uma figura de sistematização das diferenças e semelhanças obtidas entre capitais e cidades pequenas.

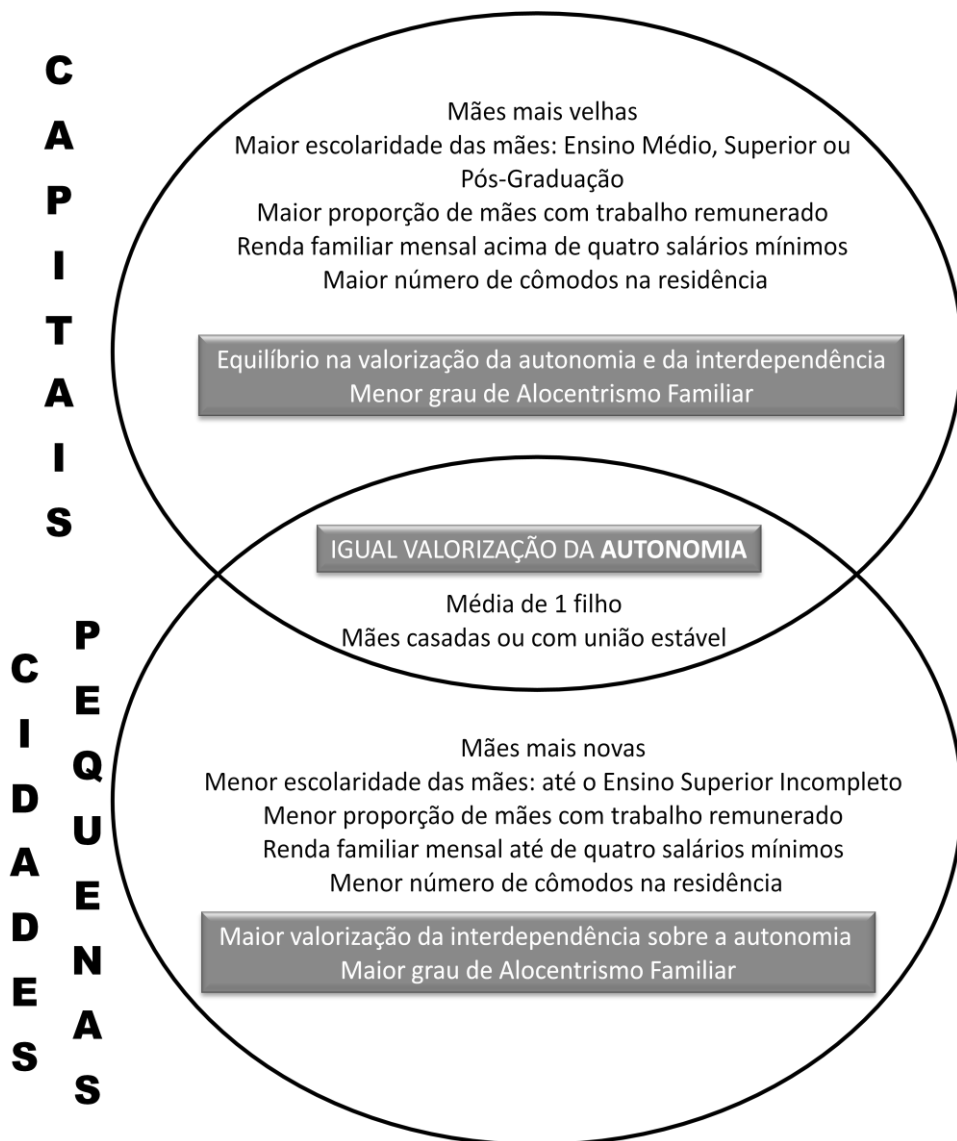


Figura 4: Sistematização das principais diferenças e semelhanças entre capitais e cidades pequenas

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os objetivos da presente pesquisa foram atingidos e que seus resultados possam abrir novas perspectivas para o estudo das complexidades do sistema de crenças maternas no contexto brasileiro como um todo, bem como para a investigação das dimensões de autonomia e interdependência. Os dados obtidos podem também complementar a compreensão que a literatura já possui sobre como os pais criam seus filhos, que qualidades esperam que os mesmos desenvolvam ao longo do seu crescimento e a relação de tais estratégias com o grau de ligação dos pais com sua família de origem.

Um ponto positivo do estudo foi a inclusão de um grande grupo de participantes, residentes em dezesseis diferentes cidades, representando regiões geográficas e contextos variados do Brasil. Com essa dimensão do estudo, bem como com o complemento de resultados de pesquisas que vêm sendo realizadas no Brasil discutidas anteriormente, pode-se sugerir uma mudança no padrão cultural do país, em que a autonomia está cada vez mais presente, porém sem deixar de ser valorizada a interdependência, principalmente nas cidades pequenas.

Vale uma discussão aqui a respeito dessas dimensões, de autonomia e interdependência, que foram o foco do presente estudo. Considera-se que as mesmas são adaptativas ao contexto cultural e às características mais proximais da família e do ambiente. Nesse sentido, a posição da autora é que não se pode considerar uma estratégia melhor ou pior que a outra sem se considerar tais adaptações. Ou seja, as diferenças verificadas no presente estudo ressaltam que as crenças maternas possuem a função de garantir à criança a aprendizagem de habilidades específicas necessárias a sua inserção no contexto social e cultural em que vive.

O presente estudo também possui algumas limitações que merecem ser destacadas a fim de proporcionar aprimoramentos nas futuras investigações da área. Tendo-se em vista os quatro planos de análise necessários para a compreensão do desenvolvimento humano e, conseqüentemente, do comportamento parental (filogênese, ontogênese, histórico cultural e microgênese), avalia-se que alguns dados podem ser mais bem explicados do que outros, uma vez que não foi possível contemplar todas essas perspectivas de investigação. Além disso, os próprios resultados do estudo indicaram a necessidade de inclusão de outras variáveis presentes no nicho de desenvolvimento, como o nível de desenvolvimento e as características da criança, a rede de apoio social da família, a qualidade do ambiente familiar, aspectos relativos à fratria e a configuração familiar, entre outras.

Por outro lado, embora ampla, diversa e capaz de contemplar um pouco da diversidade do país, a amostra estudada não pode ser considerada representativa da população de mães brasileiras. Nesse sentido, os resultados não devem ser generalizados de forma absoluta. Outro fator que merece ser discutido é a grande heterogeneidade da população nos grandes centros urbanos e as conseqüências desse fenômeno na vida diárias das famílias (incluindo condições ecológicas, sociais, culturais e psicológicas). Os próximos estudos devem levar em conta tal heterogeneidade, focando-se não somente nas mães, mas nas famílias como um todo e suas condições socioeconômicas. Tais estudos devem também avaliar as implicações das crenças e práticas parentais na dinâmica familiar e no desenvolvimento das crianças.

Em termos de teoria, os resultados abrem novas indagações, especialmente voltadas à compreensão do desenvolvimento do *self* autônomo-relacional. Embora tenham sido identificadas diferenças entre os dois contextos, foram verificadas características de autonomia e interdependência em ambos. No entanto, levanta-se a seguinte questão: É possível que as manifestações tanto de autonomia quanto de interdependência sejam também diferentes nos dois contextos? A análise realizada com os itens das escalas indica que sim. No

entanto são necessários mais estudos que enfoquem estas duas dimensões através de uma abordagem mais qualitativa. Tal questão se torna ainda mais importante quando se consideram problemas potenciais ao se comparar grupos culturais, com suas diferentes linguagens. Qual seria, por exemplo, o significado da palavra “forte” ou do termo “senso de identidade” para as mães estudadas? Diante de tais questionamentos, destaca-se a necessidade do desenvolvimento de novos instrumentos e metodologias de investigação, embasadas teoricamente e capazes de acessar tais peculiaridades nos diferentes padrões culturais.

Por fim, outras formas de investigar as crenças e o comportamento materno poderiam ser utilizadas, como a observação direta, utilização de fotos dos sistemas parentais e a entrevista. Além disso, avalia-se a necessidade de estudos longitudinais, que investiguem desde a concepção do bebê, seu nascimento, crenças e práticas de cuidado dos pais na primeira infância, metas de socialização a curto e longo prazo e impactos no desenvolvimento infantil.

9. REFERÊNCIAS

- Ades, C. (2009). Um olhar evolucionista para a psicologia. In: E. Otta, & M. E. Yamamoto, *Fundamentos de Psicologia: Psicologia Evolucionista* (pp. 13-20). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Aspesi, C. C., Dessen, M. A., & Chagas, J. F. (2005). A ciência do desenvolvimento humano: Uma perspectiva interdisciplinar. In: M. A. Dessen, & A. L. Costa Junior, *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 19-36). Porto Alegre: Artmed.
- Biasoli-Alves, Z. M. (2002). A questão da disciplina na prática de educação da criança, no Brasil, ao longo do século XX. *Veritati*, 2 (2), 243-259.
- Bjorklund, D. F., & Pellegrini, A. D. (2000). Child development and Evolutionary Psychology. *Child Development*, 71 (6), 1687-1708.
- Bjorklund, D. F., & Smith, P. K. (2003). Evolutionary developmental psychology: Introduction to the special issue. *J. Experimental Child Psychology*, 85, 195-198.
- Bussab, V. S., & Ribeiro, F. L. (1998). Biologicamente cultural. In: L. Souza, M. F. Freitas, & M. M. Rodrigues, *Psicologia: Reflexões (im)pertinentes*. (pp. 175-193). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Charlesworth, W. R. (1992). Darwin and developmental psychology: Past and present. *Developmental Psychology*, 8 (1), 5-16.
- Cole, M. (2002). Culture and development. In: H. Keller, Y. H. Poortinga, & A. Schöolmerich, *Between culture and biology: Perspectives on ontogenetic development* (pp. 303-319). Cambridge: Cambridge University Press.

- Cosmides, L., & Tooby, J. (1997). *Evolutionary Psychology: A Primer*. Acesso em 15 de Maio de 2008, disponível em Center for Evolutionary Psychology: <http://www.psych.ucsb.edu/research/cep/primer.html>
- Dessen, M. A., & Torres, C. V. (2002). Family and socialization factors in Brazil: An overview. (Unit 13, Chapter 2). In: W. J. Lonner, D. L. Dinnel, S. A. Hayes, & D. N. Sattler, *Online Readings in Psychology and Culture*. Center for Cross-Cultural Research, Western Washington University, Bellingham, Washington USA. Disponível em: <<http://www.wvu.edu/~culture>>.
- Ferreira, M. C., Assmar, E. M., & Souto, S. O. (2002). O individualismo e o coletivismo como indicadores de culturas nacionais: Convergências e divergências teórico-metodológicas. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 7 (1), 81-89.
- Friedlmeier, W., Schäfermeier, E., Vasconcellos, V., & Trommsdorff, G. (2008). Self-construal and cultural orientation as predictors for developmental goals: A comparison between Brazilian and German caregivers. *European Journal of Developmental Psychology*, 5 (1), 39-67.
- Geary, D. C., & Bjorklund, D. F. (2000). Evolutionary Developmental Psychology. *Child Development*, 71 (1), 57-65.
- Goodnow, J. (1996). From household practices to parents' ideas about work and interpersonal relationships. In: S. Harkness, & C. Super, *Parents' cultural belief systems* (pp. 313-344). New York: Guilford Press.
- Gouveia, V. V., & Clemente, M. (2000). O individualismo-coletivismo no Brasil e na Espanha: Correlatos sócio-demográficos. *Estudos de Psicologia*, 5 (2), 317-346.
- Greenfield, P. M. (2002). The mutual definition of culture and biology in development. In: H. Keller, Y. Poortinga, & A. Schölmerich, *Between culture and biology* (pp. 57-76). Cambridge: Cambridge Press.

- Greenfield, P. M., Keller, H., Fuligni, A., & Maynard, A. (2003). Cultural pathways through universal development. *Annual Review Psychology* , 54, 461–490.
- Harkness, S., & Super, C. (1992). Parental ethnotheories in action. In: J. E. Sigel, A. V. McGillicuddy, & J. J. Goodnow, *Parental belief systems: The psychological* (2 ed., pp. 373-391). Hillsdale: LEA.
- Harkness, S., & Super, C. M. (1994). The developmental niche: A theoretical framework for analyzing the household production of health. *Social Science & Medicine* , 38 (2), 217-226.
- Harkness, S., & Super, C. M. (1996). Introdução. In: S. Harkness, & C. M. Super, *Parents' cultural beliefs systems: Their origins expressions, and consequences* (pp. 1-23). New York: The Guilford Press.
- Harkness, S., & Super, C. (2006). Themes and variations: Parental ethnotheories in western cultures. In: K. Rubin, & O. B. Chung, *Parental beliefs, parenting, and child development in cross-cultural perspective* (pp. 61-79). New York: Psychology Press.
- Harkness, S., Super, C. M., Moscardino, U., Rha, J.-H., Blom, M., Huitrón, B., et al. (2007). Cultural models and developmental agendas: Implications for arousal and self-regulation in early infancy. *The Journal of Developmental Processes* , 2 (1), 5-39.
- Harkness, S., Super, C. M., Vanna Axia, A. E., Palacios, J., & Welles-Nyström, B. (2001). Cultural pathways to successful parenting. *International Society for the Study of Behavior Development Newsletter* , 38, 9-11.
- Harwood, R. L., Schoelmerich, A., Schulze, P. A., & Gonzalez, Z. (1999). Cultural differences in maternal beliefs and behaviors: A study of middle-class Anglo and Puerto Rican mother-infant pairs in four everyday situations. *Child Development* , 70, 805-816.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills, CA: Sage.

- IBGE. (2000). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo demográfico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- IBGE. (2002). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- Kagitçibasi, Ç. (1996). The autonomous-relational self: A new synthesis. *European Psychologist*, 1 (3), 180-186.
- Kagitçibasi, Ç. (2005). Autonomy and relatedness in cultural context: Implications for self and family. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 36, 403-422.
- Kagitçibasi, Ç. (2007). *Family, self, and human development across cultures*. Mahwah (NJ): Lawrence Erlbaum Associates.
- Kärtner, J., Keller, H., Lamm, B., Abels, M., Yovsi, R. D., & Chaudhary, N. (2007). Manifestations of autonomy and relatedness in mothers' accounts of their ethnotheories regarding child care across five cultural communities. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 38, 613-628.
- Keller, H. (1996). Evolutionary approaches. In: J. Berry, Y. Poortinga, & J. Pandey, *Handbook of Cross-cultural Psychology* (Vol. 1, pp. 215-256). Boston: Allyn and Bacon.
- Keller, H. (2002). Development as the interface between biology and culture: A conceptualization of early ontogenetic experiences. In: H. Keller, Y. H. Poortinga, & A. Schöolmerich, *Between culture and biology: Perspectives on ontogenetic development* (pp. 215-235). Cambridge: Cambridge Press University.
- Keller, H. (2005). The dynamic interplay of culture and development. *Newsletter of International Society for the Study of Behavioral Development*, 1 Serial n. 47, 19-20.
- Keller, H. (2007). *Cultures of Infancy*. Mahwah, NJ: Erlbaum.

- Keller, H. (2009). The expression of positive emotions during early childhood (apresentação oral). *Anais do I Simpósio Internacional de Psicologia Evolucionista no Milênio: Plasticidade e Adaptação*. Natal-RN.
- Keller, H., Abels, M., Borke, J., Lamm, B., Lo, W., Su, Y., et al. (2007). Socialization environments of Chinese and Euro-American middle-class babies: Parenting behaviors, verbal discourses and ethnotheories. *International Journal of Behavioral Development* , 31 (3), 210-217.
- Keller, H., Borke, J., Yovsi, R., Lohaus, A., & Jensen, H. (2005). Cultural orientations and historical changes as predictors of parenting behaviour. *International Journal of Behavioral Development* , 29 (3), 229-237.
- Keller, H., Demuth, C., & Yovsi, R. D. (2008). The multi-voicedness of independence and interdependence: The case of the cameroonian Nso. *Culture & Psychology* , 14, 115-144.
- Keller, H., Kuensemüller, P., Abels, M., Voelker, S., Yovsi, R., Jensen, H., et al. (2005). *Parenting, culture, and development: A comparative study*. San José, C.R.: Instituto de Investigaciones Psicológicas.
- Keller, H., Lamm, B., Abels, M., Yovsi, R., Borke, J., Jensen, H., et al. (2006). Cultural models, socialization goals and parenting ethnotheories: A multicultural analysis. *Journal of Cross-cultural Psychology* , 155-172.
- Keller, H., Lohaus, A., Völker, S., Elben, C., & Ball, J. (2003). Warmth and contingency and their relationship to maternal attitudes toward parenting. *The Journal of Genetic Psychology* , 164 (3), 273-292.
- Keller, H., Yovsi, R., Borke, J. K., Jensen, H., & Papaligoura, Z. (2004). Developmental consequences of early parenting experiences: Self-recognition and self-regulation in three cultural communities. *Child Development* , 75 (6), 1745 – 1760.

- Kobarg, A., & Vieira, M. L. (2008). Crenças e práticas de mães sobre o desenvolvimento infantil nos contextos rural e urbano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21 (3), 401-408.
- Laland, K., & Brown, G. (2002). *Sense & Nonsense: Evolutionary Perspectives on Human*. Oxford: Oxford University Press.
- Lamm, B., Keller, H., Yovsi, R. D., & Chaudhary, N. (2008). Grandmaternal and maternal ethnotheories about early child care. *Journal of Family Psychology*, 22 (1), 80–88.
- Lay, C., Fairlie, P., Jackson, S., Ricci, T., Eisenberg, J., Sato, T., et al. (1998). Domain-specific allocentrism-idiocentrism: A measure of family connectedness. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 29, 434-460.
- Leyendecker, B., Harwood, R. L., Lamb, M. E., & Sholmerich, A. (2002). Mothers' socialisation goals and evaluations of desirable and undesirable everyday situations in two diverse cultural groups. *International Journal of Behavioral Development*, 26 (3), 248-258.
- Lordelo, E., Fonseca, A., & Araújo, M. (2000). Responsividade do ambiente de desenvolvimento: crenças e práticas como sistema cultural de criação de filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (1), 73-80.
- Martins, G. D. (2009). *Influência do apoio social sobre crenças e práticas maternas em capitais e pequenas cidades brasileiras*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Martins, G. D., Macarini, S. M., Minetto, F., & Vieira, M. L. (no prelo). Práticas Parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*.
- Mayr, E. (2005). *Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Miller, S. A., & Harwood, R. L. (2001). Long-term socialisation goals and the construction of infants' social networks among middle class Anglo and Puerto Rican mothers. *International Journal of Behavioral Development* , 25 (5), 450-457.
- Moinhos, M. V., Lordelo, E. R., & Seidl-de-Moura, M. L. (2007). Metas de socialização de mães baianas de diferentes contextos socioeconômicos. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano* , 17 (1), 114-125.
- New, R. S., & Richman, A. L. (1996). Maternal beliefs and infant care practices in Italy and the United States. In: S. Harkness, & C. M. Super, *Parents' cultural belief systems: Their origins, expressions, and consequences* (pp. 385-406). New York: Guilford Press.
- Piovanotti, M. (2007). *Crenças maternas sobre práticas de cuidado parental e metas de socialização infantil*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Ruela, S. F. (2006). *Um estudo intergeracional de crenças valorizadas por mães em uma comunidade rural do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Ruela, S. F., & Seidl de Moura, M. L. (2007). Um estudo do nicho de desenvolvimento de um grupode de criança em uma comunidade rural. *Psicologia em Estudo (Maringá)* , 12 (2), 315-324.
- Sachetti, V. A. (2007). *Um estudo das crenças maternas sobre cuidados com crianças em dois contextos culturais do estado de Santa Catarina*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (1994). *Metodología de la investigación*. México: McGraw-Hill.

- Segall, M. H., Lonner, W. J., & Berry, J. W.-C. (1998). Cross-Cultural Psychology as a Scholarly Discipline: On the Flowering of Culture in Behavioral Research. *American Psychologist* , 53 (10), 1101-1110.
- Seidl de Moura, M. L., & Ribas, A. F. (2009). Evolução e desenvolvimento humano. In E. Otta, & M. E. Yamamoto, *Fundamentos de Psicologia: Psicologia Evolucionista* (pp. 77-85). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Seidl de Moura, M. L., Lordelo, E., Vieira, M. L., Piccinini, C. A., Siqueira, O., Magalhães, C. M., et al. (2008). Brazilian mothers' socialization goals: Intracultural differences in seven Brazilian cities. *International Journal of Behavioral Development* , 32 (6), 465-472.
- Seidl de Moura, M. L., Ribas Jr., R. C., Piccinini, C. A., Bastos, A. C., Magalhães, C. M., Vieira, M. L., et al. (2004). Conhecimento sobre desenvolvimento infantil em mães primíparas de diferentes centros urbanos do Brasil. *Estudos de Psicologia (Natal)* , 9 (3), 421-429.
- Souza, A. A., Ferreira, J., Cosentino, L., & Varella, M. (2007). Uma longa história. *Revista Psique Especial* , 8-13.
- Steidel, A. G., & Contreras, J. M. (2003). A new familism scale for use with latino populations. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences* , 25, 312-330.
- Suizzo, M. A. (2002). French parents' cultural models and childrearing beliefs. *International Journal of Behavioral Development* , 26, 297-307.
- Suizzo, M. A. (2004). French and American mothers' childrearing beliefs: stimulating, responding, and long-term goals. *Journal of Cross-Cultural Psychology* , 35, 606-626.
- Suizzo, M. A. (2007). Parents' goals and values for children: Dimensions of independence and interdependence across four U.S. ethnic groups. *Journal of Cross-Cultural Psychology* , 38, 506-530.

- Super, C., & Harkness, S. (1986). The developmental niche: A conceptualization at the interface of child and culture. *International Journal of Behavioral Development* , 9, 545-569.
- Super, C., & Harkness, S. (1997). The cultural structuring of child development. In: J. W. Berry, P. R. Dasen, & T. S. Saraswathi, *Handbook of cross-cultural psychology* (2 ed., Vols. 2 - Basic processes and human development, pp. 1-39). Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.
- Tooby, J. (1985). The emergence of Evolutionary Psychology. In: D. Pines, *Emerging Syntheses in Science* (pp. 67-75). Santa Fe: Santa Fe Institute.
- Tooby, J., & Cosmides, L. (1992). The psychological foundations of culture. In: J. Barkow, L. Cosmides, & J. Tooby, *The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture* (pp. 19-136). New York: Oxford University Press.
- Tooby, J., & Cosmides, L. (2005). Conceptual foundations of Evolutionary Psychology. In: D. M. Buss, *The Handbook of Evolutionary Psychology* (pp. 5-67). Hoboken, NJ: Wiley.
- Torres, C. V., & Dessen, M. A. (2006). The Brazilian jeitinho: Brazil's sub-cultures, its diversity of social contexts, and its families structures. In: J. Georgas, J. W. Berry, F. J. Van de Vijver, Ç. Kagitçibasi, & Y. H. Poortinga, *Families across cultures: a 30-nation psychological study* (pp. 259-266). Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- Triandis, H. (1989). The self and social behavior in differing cultures. *Psychological Review* , 96, 506-520.
- Triandis, H. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder, CO: Westview Press.
- Triandis, H. (1996). The psychological measurement of cultural syndromes. *American Psychologist* , 51, 407-415.

- Triandis, H., Chen, X., & Chan, D. (1998). Scenarios for the measurement of collectivism and individualism. *Journal of Cross-Cultural Psychology* , 29, 275-289.
- Vieira, M. L., & Prado, A. B. (2004). Abordagem evolucionista sobre a relação entre filogênese e ontogênese no desenvolvimento infantil. In: M. L. Seidl de Moura, *O bebê do século XXI: a psicologia em desenvolvimento* (pp. 155-203). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vieira, M. L., Seidl-de-Moura, M. L., Lordelo, E., Piccinnini, C. A., Martins, G. D., Macarini, S. M., et al. (no prelo). Brazilian mother's beliefs about childrearing practices. *Journal of Cross Cultural Psychology* .

10. ANEXOS

10.1 Anexo A – Questionário Sociodemográfico

Código

DADOS DA FAMÍLIA

1- Local de residência

- Pará..... 1
- Bahia..... 2
- Rio de Janeiro.....3
- São Paulo.....4
- Santa Catarina.....5
- Espírito Santo.....6

2 - Contexto

- Capital..... 1
- Interior..... 2

3 – Número de pessoas na casa

Por favor, você pode informar quem são as pessoas que moram aqui na sua casa, sem contar os empregados? **Total:** _____ **pessoas**

4 – Quem vive na casa

Anote idade

- Respondente..... → 1

--	--

 Anos
- Marido / companheiro..... → 2

--	--

 Anos

Anote número de pessoas

- Filhos de 0 a 4 anos → 3 Quantos? _____
- Filhos de 5 a 8 anos → 4 Quantos? _____
- Filhos de 9 a 12 anos → 5 Quantos? _____
- Filhos de 13 a 16 anos..... → 6 Quantos? _____
- Filhos com mais de 16 anos → 7 Quantos? _____
- Outras crianças e jovens menores de 18 anos (ex. enteados ou adotados, de criação, filhos de parentes e amigos).. → 8 Quantos? _____
- Outros parentes adultos..... → 9 Quantos? _____
- Amigos adultos → 10 Quantos? _____

Total de pessoas declaradas na P.4: _____

Número de filhos: _____

5 - Composição familiar:

- Família nuclear (pai, mãe e filhos)
- Família nuclear estendida (pai, mãe, filhos e outros parentes e amigos)
- Família mononuclear (mãe e filhos).....
- Família mononuclear estendida (mãe, filhos e outros parentes e amigos).....

6 - Escolaridade

- a) Qual a sua escolaridade? Quantos anos concluídos? _____
- b) E a do seu marido / companheiro? Quantos anos concluídos? _____
- c) O que você/ seu marido concluíram? Ensino fundamental? Médio? Superior? Pós-graduação?

Para a entrevistadora:
Assinale no quadro abaixo, a escolaridade da respondente.

	Respondente	Marido/ companheiro
• Não alfabetizado	1	1
• Ensino fundamental incompleto: primário incompleto	2	2
• Ensino fundamental incompleto: primário completo e ginásio incompleto	3	3
• Ensino fundamental completo	4	4
• Ensino médio incompleto	5	5
• Ensino médio completo	6	6
• Ensino superior incompleto	7	7
• Ensino superior completo	8	8
• Pós-graduação	9	9
• Não sabe	10	10
• Não tem marido / companheiro na casa	-	11

7 - Renda familiar mensal (mês passado)

Por favor, vamos ver quanto você, seu marido e outros da casa ganham por mês. Vamos pensar no mês passado...

Entrevistadora: inclua salários, gorjetas, bicos, pensão, rendas de aluguel e outro capital, ajudas financeiras sistemáticas, etc. Registre sempre com,00. Se a respondente não souber, anote NÃO SABE.

	Salário	Outros rendimentos	TOTAL (R\$)
• Respondente			
• Marido/companheiro			
• Outro (anote abaixo parentesco)			
• Outro (anote abaixo parentesco)			
• Outro (anote abaixo parentesco)			
• Outro (anote abaixo parentesco)			
• Outro (anote abaixo parentesco)			
TOTAL (R\$)			

Renda familiar total do mês passado

Obrigado(a)! Existe(m) algum(ns) mês(es) do ano no(s) qual(is) a renda total é muito maior ou menor do que a do mês passado?

- Sim
- Não (PULE P/ P 8.)
- Não sei..... (PULE P/ P 8)

A renda nesse(s) outro(s) mês(es) é muito maior ou muito menor?

- Muito maior.....
- Muito menor.....

Quantos meses são esses de rendimento muito _____ (RESPOSTA DA PERGUNTA ANTERIOR)?

									0	1
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---

Quanto é esse rendimento (maior ou menor)? _____

Entrevistadora: a) se não houver variação nos meses, verifique a renda familiar TOTAL do mês passado e classifique conforme opções abaixo. b) se houver, faça a soma da renda dos diferentes meses e calcule a média e classifique conforme opções abaixo.

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------------|
| • Menos de R\$100,00..... 1 | • R\$801,00 a R\$1.000,00 8 |
| • R\$101,00 a R\$200,00..... 2 | • R\$1.001,00 a R\$1.300,00 9 |
| • R\$201,00 a R\$300,00..... 3 | • R\$1.301,00 a R\$1.600,00 10 |
| • R\$301,00 a R\$400,00..... 4 | • R\$1.601,00 a R\$2.000,00 11 |
| • R\$401,00 a R\$500,00..... 5 | • R\$2.001,00 a R\$3.000,00 12 |
| • R\$501,00 a R\$600,00..... 6 | • R\$3.001,00 a R\$4.000,00 13 |
| • R\$601,00 a R\$800,00..... 7 | • Acima de R\$4.000,00 14 |

8 – Número de cômodos da residência

Quantos cômodos tem essa casa? (Incluir quarto, cozinha, banheiro e varanda):

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE

1. Onde você foi criada?

- Zona urbana (cidade) 1
- Zona rural (vila, sítio) 2

Nome do município/cidade: _____

2. Você tem um trabalho remunerado?

- Não..... 1
- Sim..... 2 _____ horas/dia _____ dias/semana

3. Você tem religião, qual?

- Não..... 1
- Sim..... 2 Qual ? _____

INVESTIMENTO E CUIDADO

Agora vamos falar um pouco mais sobre seus filhos. Por favor, responda as próximas perguntas pensando em seu filho ou filha **mais novo(a)** que tem menos de 6 anos.

Quem é? Nome da criança: _____

Qual a idade dele ou dela agora? _____

10.2 Anexo B - Escala de Crenças sobre Práticas Parentais

A seguir você vai encontrar uma seleção de frases sobre como é a maneira correta de uma mãe lidar com seu bebê ou filho pequeno. Algumas coisas podem ser mais familiares a você e outras não. Talvez você concorde com umas frases e não concorde com outras. Por favor, pense em um bebê de mais ou menos três meses de idade quando eu ler cada frase, e diga se concorda ou não com um número de 1 a 5. Não pense muito sobre cada frase, reaja espontaneamente!

	Concordo				
	1 Nem um pouco	2	3	4	5 Comple- tamente
1. É importante embalar (ninar) um bebê que chora para consolá-lo.					
2. Dormir a noite toda deve ser treinado o mais cedo possível.					
3. Não é necessário atender imediatamente um bebê que chora.					
4. Nunca é cedo demais para se começar a dirigir a atenção do bebê para objetos e brinquedos.					
5. Ginástica faz um bebê forte.					
6. Se um bebê está enjoadinho, deve ser logo pego no colo.					
7. É bom para o bebê dormir sozinho.					
8. Quando um bebê chora deve-se dar o peito a ele imediatamente.					
9. Deve-se deixar que os bebês chorem um pouco para ver se eles se consolam sozinhos.					
10. Um bebê deve sempre estar perto de sua mãe, para que ela possa reagir imediatamente a seus sinais.					

10.3 Anexo C - Escala de Metas de Socialização

Agora você vai encontrar uma lista de opiniões sobre metas que os pais vão tentar alcançar no desenvolvimento de seus filhos durante seus *primeiros três anos de idade*. Vou ler uma da cada vez. Por favor, expresse se concorda ou não concorda **espontaneamente** da mesma forma que antes.

Durante os primeiros três anos de vida, as crianças deveriam:	Concordo				
	1 Nem um pouco	2	3	4	5 Completa- mente
1. aprender a controlar emoções.					
2. desenvolver independência.					
3. desenvolver auto-confiança.					
4. aprender a obedecer a seus pais.					
5. aprender a obedecer a pessoas mais velhas.					
6. aprender a cuidar do bem-estar dos outros.					
7. desenvolver um senso de auto-estima.					
8. aprender a animar os outros.					
9. desenvolver competitividade.					
10. desenvolver um senso de identidade					

10.4 Anexo D - Escala de Alocentrismo familiar

Agora você vai encontrar uma lista de características que as pessoas podem ter. Eu vou falar uma da cada vez, por favor, expresse se concorda ou não concorda com elas, **sem pensar muito**, da mesma forma que antes.

	Concordo				
	1 Nem um pouco	2	3	4	5 Completa mente
1. Sou muito parecida com meus pais.					
2. Trabalho duro para agradar minha família.					
3. Faço o que sinto mesmo que isto desagrade meus pais.					
4. As conquistas da minha família me fazem sentir orgulhosa.					
5. Minha capacidade para me relacionar com minha família é um sinal da minha competência como uma pessoa madura.					
6. Depois que você casa seus pais não deveriam mais se envolver em decisões importantes da sua vida.					
7. As opiniões da minha família são importantes para mim.					
8. Saber que posso contar com minha família me deixa feliz.					
9. Vou cuidar dos meus pais quando eles ficarem velhos.					
10. Se alguém da minha família tem um fracasso, sinto-me responsável.					
11. Mesmo estando longe de casa, devo levar em conta os valores dos meus pais.					
12. Eu me envergonharia se negasse aos meus pais algo que eles me pedissem.					
13. Minha felicidade depende da felicidade dos meus pais.					
14. Tenho certas tarefas e obrigações na minha família.					
15. Há muitas diferenças entre eu e outros membros da minha família.					
16. Penso que é importante manter uma relação amistosa com a minha família a qualquer custo.					
17. Não devo dizer o que me passa pela cabeça se isto aborrecer minha família.					
18. Minhas necessidades são diferentes daquelas da minha família.					
19. Depois que saio da casa dos meus pais, não preciso dar satisfações a eles.					
20. Respeito os desejos dos meus pais, mesmo quando diferem dos meus.					
21. É importante que as pessoas se sintam independente da família.					

10.5 Anexo E - Termo de Consentimento Informado

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Prezada Senhora:

Vimos através deste convidá-la a participar de uma pesquisa que está sendo realizada em várias cidades do Brasil e que tem como título “Investimento e cuidado parentais: aspectos biológicos, ecológicos e culturais”. **Essa pesquisa tem como objetivo** caracterizar os valores, crenças e práticas de criação de filhos que são, por um lado, compartilhados, e por outro, que distinguem grupos urbanos e rurais de diferentes ambientes culturais.

A participação é voluntária. Caso você aceite participar, solicitamos a permissão para que possamos utilizar os questionários que por você serão respondidos. Apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações neles relatadas. Estes procedimentos a princípio, não trazem riscos ou desconfortos, uma vez que abordam tema referente a experiências e informações sobre a sua história de vida e de como você acha que os filhos devem ser cuidados. Informamos, também, que a qualquer momento você poderá desistir da participação da mesma.

Qualquer informação adicional ou esclarecimentos acerca desta pesquisa poderão ser obtidos junto aos pesquisadores pelos telefones (48) 3721-8606 Eu, Sra: _____ Considero-me informada sobre a pesquisa “Investimento e cuidado parentais: aspectos biológicos, ecológicos e culturais”, e aceito participar da mesma, consentindo que os questionários sejam aplicados e utilizados para a coleta de dados.

Florianópolis, ____/____/____.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do Pesquisador Responsável – Mauro Luis Vieira

10.6 Anexo F – Folha de Relatório

Código

Muito obrigada pela sua participação. Vamos iniciar o questionário pedindo que você nos informe alguns dados pessoais, como os nomes e as ocupações das pessoas da família. Os dados que podem identificá-la e a sua família não serão disponíveis durante a análise.

Cidade: _____

Nome da mãe (respondente): _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Nome do aplicador: _____

Data da aplicação: ___/___/___ Início: ___ h: ___ min Duração: _____

Observações sobre a aplicação (dificuldade no entendimento de algum item, local da aplicação, etc.)._____

Nome do verificador: _____

Data e hora da verificação: _____

Observações: _____

Nome do digitador: _____

Observações: _____

Data e hora da digitação: _____